

Prospecto de Distribuição Pública das Quotas da Primeira Emissão do

**MELLON FAMA PRIVATE EQUITY I - FUNDO DE INVESTIMENTO
EM QUOTAS DE FUNDOS DE INVESTIMENTO MULTIMERCADO**

CNPJ/MF n.º 09.321.556/0001-54

Código ISIN das Quotas: BRFMA1CTF001

Administração – Mellon Serviços Financeiros Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.

Gestão – FAMA Private Equity Administração de Carteira de Valores Mobiliários Ltda.

Custódia - Banco Bradesco S.A.

Distribuição - Mellon Serviços Financeiros Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. e Allocation Agente Autônomo de Investimentos Ltda.

Classificação do Fundo – Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”)
Fundo Multimercado

Classificação do Fundo – Associação Nacional de Bancos de Investimento (“ANBID”)
Multimercado com Renda Variável

A data deste Prospecto é 28 de fevereiro de 2008.

Distribuição pública de 400.000 (quatrocentas mil) quotas (“Quotas”), da primeira emissão (“Primeira Emissão”) do **MELLON FAMA PRIVATE EQUITY I - FUNDO DE INVESTIMENTO EM QUOTAS DE FUNDOS DE INVESTIMENTO MULTIMERCADO (“Fundo”)**, totalizando

R\$ 400.000.000,00
(quatrocentos milhões de reais)

O objetivo do Fundo é obter rendimentos para seus quotistas (“**Quotistas**”), por meio da aplicação dos recursos de sua carteira de investimentos (“**Carteira**”), preponderantemente, em quotas do FAMA Private Equity I – Fundo de Investimento em Participações (“**Fundo Investido**”), sem prejuízo de outros investimentos que poderão ser realizados pelo Fundo, a exclusivo critério do Gestor (conforme abaixo definido), nos termos do Regulamento (conforme abaixo definido), sem o compromisso de concentração, mesmo que indiretamente, em nenhum mercado, ativo ou fator de risco específico. Para informações sobre o Fundo Investido, os investidores devem ler a seção “Informações sobre o Fundo Investido” deste Prospecto.

O Fundo foi constituído em 23 de janeiro de 2008 e seu regulamento foi registrado no 5º Oficial de Registro de Títulos e Documentos da Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, em 23 de janeiro de 2008, sob o n.º 710822, conforme alterado por instrumento particular celebrado em 26 de fevereiro de 2008, registrado no 5º Oficial de Registro de Títulos e Documentos da Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, em 26 de fevereiro de 2008, sob o n.º 712832 (“**Regulamento**”), no qual foi aprovada a realização da Primeira Emissão por ato único do Administrador, nos termos Instrução CVM n.º 409, de 18 de agosto de 2004, conforme alterada. O administrador do Fundo é a Mellon Serviços Financeiros Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. (“**Administrador**”) e o gestor da Carteira do Fundo é a FAMA Private Equity Administração de Carteira de Valores Mobiliários Ltda. (“**Gestor**”).

A Oferta foi registrada na CVM, nos termos da Instrução CVM n.º 409/04.

As Quotas do Fundo serão objeto de distribuição pública exclusivamente no mercado brasileiro, em mercado de balcão não organizado. A Oferta será conduzida exclusivamente pelo Administrador, sob o regime de melhores esforços, em condições que assegurem tratamento equitativo aos destinatários e aceitantes da Oferta, observado, ainda, que a Oferta poderá ser concluída mesmo mediante distribuição parcial das Quotas, inexistindo reservas antecipadas e lotes mínimos e máximos de Quotas a serem colocados no âmbito da Oferta.

A Primeira Emissão é composta por 400.000 (quatrocentas mil) Quotas, sendo que não existirá quantidade mínima de Quotas a serem subscritas no âmbito da Primeira Emissão, totalizando a Primeira Emissão o montante máximo equivalente a R\$ 400.000.000,00 (quatrocentos milhões de reais).

As Quotas do Fundo serão registradas no Sistema de Fundo Fechado – SFF, e, eventualmente, a critério do Administrador, no Mercado de Balcão Organizado de Renda Variável.

ESTE PROSPECTO FOI PREPARADO COM AS INFORMAÇÕES NECESSÁRIAS AO ATENDIMENTO DAS DISPOSIÇÕES DO CÓDIGO DE AUTO-REGULAÇÃO DA ANBID PARA OS FUNDOS DE INVESTIMENTO, BEM COMO ÀS NORMAS EMANADAS DA COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS - CVM. A AUTORIZAÇÃO PARA FUNCIONAMENTO E/OU VENDA DAS QUOTAS DESTE FUNDO NÃO IMPLICA, POR PARTE DA CVM OU DA ANBID, GARANTIA DE VERACIDADE DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS OU JULGAMENTO SOBRE A QUALIDADE DO FUNDO, DE SEU ADMINISTRADOR OU DEMAIS INSTITUIÇÕES PRESTADORAS DE SERVIÇOS.

O FUNDO PODE APLICAR EM FUNDOS QUE UTILIZAM ESTRATÉGIAS COM DERIVATIVOS COMO PARTE INTEGRANTE DE SUA POLÍTICA DE INVESTIMENTO. TAIS ESTRATÉGIAS, DA FORMA COMO SÃO ADOTADAS, PODEM RESULTAR EM PERDAS PATRIMONIAIS PARA OS QUOTISTAS.

O FUNDO É UM FUNDO DE INVESTIMENTO EM QUOTAS DE FUNDOS DE INVESTIMENTO MULTIMERCADO CONSTITUÍDO NOS TERMOS DA INSTRUÇÃO CVM N.º 409/04, SOB A FORMA DE CONDOMÍNIO FECHADO, E SUAS QUOTAS PODEM SER TRANSFERIDAS, MEDIANTE TERMO DE CESSÃO E TRANSFERÊNCIA OU ATRAVÉS DE BOLSA DE VALORES OU ENTIDADE DE BALCÃO ORGANIZADO EM QUE AS QUOTAS DO FUNDO SEJAM ADMITIDAS À NEGOCIAÇÃO. DE ACORDO COM OS TERMOS E CONDIÇÕES DO SEU REGULAMENTO, CONFORME DISPOSTO NESTE PROSPECTO, AS QUOTAS DO FUNDO SOMENTE SERÃO RESGATADAS NA DATA DE LIQUIDAÇÃO DO FUNDO.

AS INFORMAÇÕES CONTIDAS NESTE PROSPECTO ESTÃO EM CONSONÂNCIA COM O REGULAMENTO DO FUNDO, MAS NÃO O SUBSTITUEM. É RECOMENDADA A LEITURA CUIDADOSA TANTO DESTE PROSPECTO QUANTO DO REGULAMENTO, COM ESPECIAL ATENÇÃO PARA AS CLÁUSULAS RELATIVAS AO OBJETIVO E À POLÍTICA DE INVESTIMENTO DO FUNDO, BEM COMO ÀS DISPOSIÇÕES DO PROSPECTO QUE TRATAM DOS FATORES DE RISCO A QUE O FUNDO ESTÁ EXPOSTO.

O INVESTIMENTO NO FUNDO APRESENTA RISCOS PARA O INVESTIDOR. AINDA QUE O ADMINISTRADOR MANTENHA SISTEMA DE GERENCIAMENTO DE RISCOS, NÃO HÁ GARANTIA DE COMPLETA ELIMINAÇÃO DA POSSIBILIDADE DE PERDAS PARA O FUNDO E PARA O INVESTIDOR. OS INVESTIDORES DEVEM LER A SEÇÃO “FATORES DE RISCO” NAS PÁGINAS 54 A 58 DESTE PROSPECTO PARA OBTER INFORMAÇÕES SOBRE OS FATORES DE RISCO QUE DEVEM SER LEVADOS EM CONSIDERAÇÃO ANTES DO INVESTIMENTO EM QUOTAS DO FUNDO.

A RENTABILIDADE OBTIDA NO PASSADO NÃO REPRESENTA GARANTIA DE RENTABILIDADE FUTURA.

O FUNDO DE QUE TRATA ESTE PROSPECTO NÃO CONTA COM GARANTIA DO ADMINISTRADOR DO FUNDO, DO GESTOR DA CARTEIRA, DE QUALQUER MECANISMO DE SEGURO OU, AINDA, DO FUNDO GARANTIDOR DE CRÉDITOS (FGC).

A CARTEIRA DE ATIVOS DO FUNDO PODE POSSUIR PRAZO MÉDIO SUPERIOR A 365 DIAS, O QUE PODE LEVAR A UMA MAIOR OSCILAÇÃO NO VALOR DA QUOTA SE COMPARADA À DE FUNDOS SIMILARES COM PRAZO INFERIOR.

O TRATAMENTO TRIBUTÁRIO APLICÁVEL AO INVESTIDOR DO FUNDO DEPENDE DO PERÍODO DE APLICAÇÃO DO INVESTIDOR BEM COMO DO PRAZO MÉDIO DOS ATIVOS QUE COMPÕEM SUA CARTEIRA. NÃO HÁ GARANTIAS DE QUE A ALÍQUOTA APLICÁVEL, QUANDO DO RESGATE DAS COTAS, SERÁ A MENOR DENTRE AS PREVISTAS PELA LEGISLAÇÃO VIGENTE.

NÃO HÁ GARANTIA DE QUE ESTE FUNDO TERÁ O TRATAMENTO TRIBUTÁRIO PARA FUNDOS DE LONGO PRAZO.

“O REGISTRO DA OFERTA NÃO IMPLICA, POR PARTE DA CVM, GARANTIA DE VERACIDADE DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS OU EM JULGAMENTO SOBRE A QUALIDADE DO FUNDO, DO ADMINISTRADOR E DAS QUOTAS.”

Todo Quotista ao ingressar no Fundo deverá atestar, por meio da assinatura de termo de adesão ao Regulamento e a este Prospecto, que está ciente das disposições contidas no Regulamento e neste Prospecto, nos termos da regulamentação aplicável.

Quaisquer outras informações ou esclarecimentos sobre o Fundo, a Oferta e este Prospecto poderão ser obtidas junto ao Administrador e à CVM.

ÍNDICE

1. INTRODUÇÃO

Definições	6
------------------	---

2. TERMOS E CONDIÇÕES DA OFERTA

Termos e Condições da Oferta	14
Características da Oferta	14
Registro das Quotas	16
Custos da Distribuição Pública das Quotas	16
Outras Informações	17
Identificação dos Assessores Legais	17

3. INFORMAÇÕES RELATIVAS AO FUNDO

Informações Relativas ao Fundo	19
Público Alvo do Fundo	19
Prazo de Duração do Fundo	19
Base Legal do Fundo	19
Objetivo e Política de Investimento do Fundo	19
Política de Gerenciamento dos Riscos Relacionados ao Fundo	21
Regras de Movimentação do Fundo	21
Período de Liquidação do Fundo	24
Política de Distribuição de Resultados do Fundo	25
Da Assembléia Geral de Quotistas do Fundo e suas Responsabilidades e Atribuições	25
Política de Exercício de Direito de Voto do Fundo	27
Prestadores de Serviços do Fundo	27
O Administrador e o Gestor do Fundo	28
Remuneração do Administrador, do Gestor e dos Demais Prestadores de Serviços do Fundo e Demais Despesas do Fundo	29
Política de Divulgação de Informações do Fundo	31
Regras de Tributação do Fundo	32

4. INFORMAÇÕES SOBRE O FUNDO INVESTIDO

Informações Relativas ao Fundo Investido	35
Público Alvo do Fundo Investido	35
Prazo de Duração do Fundo Investido	35
Objetivo e Política de Investimento do Fundo Investido	35
Do Período de Investimentos para a Formação da Carteira do Fundo Investido	38
Do Período de Liquidação dos Investimentos do Fundo Investido	39
Dos Procedimentos de Liquidação dos Investimentos do Fundo Investido	39
Regras de Movimentação do Fundo Investido	40
Política de Distribuição de Resultados do Fundo Investido	44
Da Assembléia Geral de Quotistas do Fundo Investido e suas Responsabilidades e Atribuições	44
Da Administração e da Estrutura de Governança Corporativa do Fundo Investido	45
Remuneração do Administrador e do Gestor do Fundo Investido e Demais Despesas do Fundo Investido	48
Política de Divulgação de Informações do Fundo Investido	50
Regras de Tributação do Fundo Investido	51

5. FATORES DE RISCO

Fatores de Risco Relacionados ao Fundo	55
Fatores de Risco Relacionados ao Fundo Investido	56

6. ANEXOS

Regulamento do Mellon FAMA Private Equity I - Fundo de Investimento em Quotas de Fundos de Investimento Multimercado.....	60
Regulamento do FAMA Private Equity I – Fundo de Investimento em Participações	91

1. INTRODUÇÃO

DEFINIÇÕES

Os termos constantes deste Prospecto iniciados em letra maiúscula e que não estejam definidos nesta Seção terão os significados que lhes foram atribuídos no corpo deste Prospecto.

Administrador	Mellon Serviços Financeiros Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., sociedade devidamente autorizada pela CVM para o exercício profissional de administração de fundos de investimento, com sede na Cidade e Estado do Rio de Janeiro, na Avenida Presidente Wilson n.º 231, 11º andar, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 02.201.501/0001-61.
Administrador do Fundo Investido	Credit Suisse Hedging-Griffo Corretora de Valores S.A., sociedade devidamente autorizada pela CVM para o exercício profissional de administração de fundos de investimento, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Juscelino Kubitschek n.º 1.830, Torre IV, 7º andar, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 61.809.182/0001-30.
Agente de Avaliação	Empresa especializada na avaliação de empresas escolhida pelo Comitê de Investimento ou pelo Gestor do Fundo Investido, conforme a Cláusula 7.4. do Regulamento do Fundo Investido, dentre uma das maiores empresas de auditoria e/ou consultoria e/ou banco de investimento atuantes no mercado, a qual será responsável pela elaboração do Estudo de Avaliação.
Assembléia Geral	Assembléia Geral de Quotistas do Fundo.
Assembléia Geral do Fundo Investido	Assembléia Geral de Quotistas do Fundo Investido.
BOVESPA	Bolsa de Valores de São Paulo S.A. – BVSP.
Capital Comprometido	Valor correspondente à quantidade de Quotas do Fundo Investido que todos os subscritores de Quotas do Fundo Investido se comprometam a integralizar, de forma irrevogável e irretratável, por meio de assinatura de cada Compromisso de Investimento, multiplicado pelo Preço de Emissão do Fundo Investido.
Carteira	Carteira de investimentos do Fundo, formada por títulos, valores mobiliários e outros ativos financeiros.
Carteira do Fundo Investido	Carteira de investimentos do Fundo Investido, formada por Valores Mobiliários e Outros Ativos.
CETIP	Câmara de Custódia e Liquidação – CETIP.
Chamadas de Capital	Cada chamada de capital aos Quotistas do Fundo Investido para aportar recursos no Fundo Investido, mediante a integralização, parcial ou total, das Quotas do Fundo Investido que tenham sido subscritas por cada um dos Quotistas do Fundo Investido, nos termos dos Compromissos de Investimento

	celebrados com o Fundo Investido. As Chamadas de Capital serão realizadas pelo Administrador do Fundo Investido, de acordo com orientação do Comitê de Investimento, na medida em que o Fundo Investido (i) identifique necessidades de investimento em Valores Mobiliários ou (ii) identifique necessidades de recebimento pelo Fundo Investido de aportes adicionais de recursos para pagamento de despesas e encargos.
Co-Investimentos	Os investimentos em uma ou mais Companhias Investidas que sejam realizados pelo Fundo Investido em conjunto com (i) Quotistas do Fundo Investido e/ou respectivas Partes Relacionadas, ou (ii) o Administrador do Fundo Investido e/ou respectivas Partes Relacionadas, ou (iii) o Gestor do Fundo Investido e/ou respectivas Partes Relacionadas, ou (iv) quaisquer terceiros interessados, nos termos da Seção XXI do Regulamento do Fundo Investido.
Comitê de Investimento	O Comitê de Investimento do Fundo Investido, que terá por função principal auxiliar e orientar o Gestor do Fundo Investido na gestão da Carteira do Fundo Investido.
Companhias Alvo	As companhias que atendam aos requisitos descritos no Regulamento do Fundo Investido, de forma que sejam passíveis de investimento pelo Fundo Investido.
Companhias Investidas	As Companhias Alvo que efetivamente recebam aporte de recursos pelo Fundo Investido.
Compromisso de Investimento	Cada “Instrumento Particular de Compromisso de Investimento para Subscrição e Integralização de Quotas”, que será assinado por cada Quotista do Fundo Investido na data de subscrição de suas Quotas do Fundo Investido.
Conflito de Interesses	Qualquer situação em que uma Parte Interessada e/ou uma Parte Relacionada possua interesse pessoal, efetivo ou em potencial, direto ou indireto, na resolução de determinada questão ou negócio relacionado com o Fundo e/ou com Companhia Alvo e/ou Companhia Investida, efetivo ou potencial, pelo Fundo.
Conselho Consultivo	O Conselho Consultivo do Fundo Investido, que terá como funções analisar e opinar acerca de eventuais Conflitos de Interesse, envolvendo investimentos em Companhias Alvo e/ou Companhias Investidas, quando solicitado pela Assembleia Geral do Fundo Investido, pelo Administrador do Fundo Investido ou pelo Gestor do Fundo Investido, auxiliar o Gestor do Fundo Investido nas atividades relacionadas à gestão da Carteira do Fundo Investido e aconselhar o Fundo Investido com relação às Companhias Investidas.
Contrato de Gestão	O contrato de administração de carteira de títulos e valores mobiliários celebrado entre o Administrador e o Gestor.
Contrato de Gestão do Fundo Investido	O contrato de administração de carteira de títulos e valores mobiliários a ser

	celebrado entre o Administrador do Fundo Investido e o Gestor do Fundo Investido.
CPMF	Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira.
Custodiante	Banco Bradesco S.A., com sede na Cidade de Osasco, Estado de São Paulo, na Cidade de Deus s/nº, Vila Yara, inscrito no CNPJ/MF sob n.º 60.746.948/0001-12.
Custo de Aquisição	Valor de aquisição inicial de cada Quota.
CVM	A Comissão de Valores Mobiliários – CVM.
Data de Encerramento para Subscrição da Primeira Emissão	Último dia útil do período de distribuição das Quotas, que poderá ter prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias contados da data de início da Oferta do Fundo, nos termos da regulamentação aplicável.
Data de Encerramento para Subscrição da Primeira Emissão do Fundo Investido	Último dia útil do período de distribuição das Quotas do Fundo Investido, que poderá ter prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias contados da data de publicação do anúncio de início da Oferta do Fundo Investido, nos termos da regulamentação aplicável.
Empréstimos	Empréstimos a serem eventualmente contratados pelo Fundo Investido, mediante decisão exclusiva do Comitê de Investimento, para completar a sua estratégia de investimento, desde que tais empréstimos sejam concedidos por organismos multilaterais, agências de fomento e/ou bancos de desenvolvimento, que possuam recursos provenientes de contribuições e quotas integralizadas majoritariamente com recursos orçamentários de um único ou diversos governos, e cujo controle seja governamental ou multi-governamental, e desde que não representem valor superior a 30% (trinta por cento) do valor total dos ativos da Carteira do Fundo Investido.
Estudo de Avaliação	Relatório de avaliação econômico-financeira elaborado pelo Agente de Avaliação em conformidade com métodos de avaliação adequados e apropriados sugeridos pelo próprio Agente de Avaliação e previamente aprovados pelo Administrador do Fundo Investido e pelo Gestor do Fundo Investido, nos termos da Cláusula 7.4. do Regulamento do Fundo Investido, para a reavaliação dos Valores Mobiliários de renda variável sem liquidez.
FIQs	O Fundo e o CSHG FAMA Private Equity I – Fundo de Investimento em Quotas de Fundo de Investimento Multimercado, quando referidos em conjunto.
Fundo	Mellon FAMA Private Equity I - Fundo de Investimento em Quotas de Fundos de Investimento Multimercado.
Fundo Investido	FAMA Private Equity I – Fundo de Investimento em Participações.

Gestor	FAMA Private Equity Administração de Carteira de Valores Mobiliários Ltda., sociedade devidamente autorizada pela CVM para o exercício profissional de administração de carteira de títulos e valores mobiliários, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, à Rua Samuel Morse, n.º 74, conjunto 172, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 09.224.821/0001-86.
Gestor do Fundo Investido	FAMA Private Equity Administração de Carteira de Valores Mobiliários Ltda., sociedade devidamente autorizada pela CVM para o exercício profissional de administração de carteira de títulos e valores mobiliários, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, à Rua Samuel Morse, n.º 74, conjunto 172, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 09.224.821/0001-86.
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE.
Instrução CVM n.º 391/03	Instrução da CVM n.º 391/03, de 16 de julho de 2003, conforme alterada.
Instrução CVM n.º 400/03	Instrução da CVM n.º 400/03, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada.
Instrução CVM n.º 409/04	Instrução da CVM n.º 409/04, de 18 de agosto de 2004, conforme alterada.
IOF/Câmbio	Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio, Seguro e relativas a Operações de Câmbio.
IOF/Títulos	Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio, Seguro e relativas a Títulos ou Valores Mobiliários.
IPCA	Índice de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, divulgado pelo IBGE.
IR	Imposto de Renda.
Mercado de Balcão Organizado de Renda Variável	Mercado de Balcão Organizado de Renda Variável, mantido e operacionalizado pela BOVESPA.
Oferta	Distribuição pública da Primeira Emissão de Quotas do Fundo registrada, na CVM nos termos da Instrução CVM n.º 409/04.
Oferta do Fundo Investido	Distribuição Pública da Primeira Emissão de Quotas do Fundo Investido, registrada na CVM nos termos da Instrução CVM n.º 391/03 e Instrução CVM n.º 400/03.
Outros Ativos	Quotas de emissão de fundos de investimento em quotas de fundo de investimento e/ou quotas de emissão de fundos de investimento classe renda fixa e/ou referenciado DI e/ou multimercado, regulados pela Instrução CVM n.º 409/04, títulos públicos federais, títulos de emissão do Banco Central do Brasil e certificados de depósito bancário.

Partes Interessadas	Serão consideradas partes interessadas: (i) Quotistas do Fundo Investido; (ii) Administrador do Fundo Investido; (iii) Gestor do Fundo Investido; e (iv) membros dos comitês e conselhos criados pelo Fundo Investido que tenham sido nomeados pelo Administrador do Fundo Investido ou pelo Gestor do Fundo Investido.
Partes Relacionadas	Serão consideradas Partes Relacionadas (i) funcionário, diretor, sócio ou representante legal de qualquer Parte Interessada; (ii) cônjuges e/ou parentes até o 2º grau de parentesco de qualquer Parte Interessada; (iii) sociedade controladora, coligada, subsidiárias ou que exerça controle comum em relação a qualquer Parte Interessada; e (iv) conforme o caso, fundos de investimento e/ou carteiras de títulos e valores mobiliários administrados pelo Administrador e/ou pelo Gestor do Fundo Investido.
Patrimônio Inicial	O patrimônio do Fundo, após a Primeira Emissão de Quotas, que será formado por até 400.000 (quatrocentas mil) Quotas.
Patrimônio Inicial do Fundo Investido	O patrimônio do Fundo Investido, após a Primeira Emissão de Quotas do Fundo Investido, que será formado por até 400.000 (quatrocentas mil) Quotas.
Período de Carência para Distribuição de Rendimentos	O período, para cada Quota, que se inicia na data de cada integralização da Quota e se encerra com a amortização da totalidade do Custo de Aquisição da referida Quota.
Período de Desinvestimento	Período que se iniciará no 1º dia útil seguinte ao término do Período de Investimento e se estenderá até a data de liquidação do Fundo Investido, durante o qual o Gestor do Fundo Investido interromperá todo e qualquer investimento nas Companhias Investidas e dará início a um processo de desinvestimento total do Fundo Investido, mediante estudos, análises e estratégias de desinvestimento elaborados em conjunto com o Comitê de Investimento que, conforme a conveniência e oportunidade, e sempre no melhor interesse do Fundo Investido, propiciem aos Quotistas do Fundo Investido o melhor retorno possível.
Período de Investimento	Período inicial de investimentos do Fundo Investido em Valores Mobiliários, que se iniciará no primeiro dia útil seguinte à publicação do anúncio de encerramento da distribuição pública da Primeira Emissão do Fundo Investido e se estenderá por até 3 (três) anos ou até a data em que o Comitê de Investimento entender não ser mais necessária a realização de qualquer investimento pelo Fundo.
Preço de Emissão	O preço inicial e unitário de emissão das Quotas da Primeira Emissão, correspondente a R\$ 1.000,00 (hum mil reais).
Preço de Emissão do Fundo Investido	O preço inicial e unitário de emissão das Quotas da Primeira Emissão do

	Fundo Investido, correspondente a R\$ 1.000,00 (hum mil reais).
Preço de Integralização	O valor de integralização de cada Quota do Fundo representativa do Patrimônio Inicial do Fundo, correspondente ao Valor da Quota do Fundo no dia da efetiva disponibilidade dos recursos confiados pelo Quotista ao Administrador, em sua sede ou dependência. O Preço de Integralização da Quota objeto da primeira integralização corresponde ao Preço de Emissão.
Preço de Integralização do Fundo Investido	O valor de integralização de cada Quota do Fundo Investido representativa do Patrimônio Inicial do Fundo Investido, correspondente ao valor da Quota do Fundo Investido na data da integralização.
Primeira Emissão	Primeira Emissão de Quotas do Fundo formada por até 400.000 (quatrocentas mil) Quotas.
Primeira Emissão do Fundo Investido	Primeira Emissão de Quotas do Fundo Investido formada por até 400.000 (quatrocentas mil) Quotas do Fundo Investido.
Prospecto	O prospecto do Fundo.
Prospecto do Fundo Investido	O prospecto do Fundo Investido.
Quotistas	Investidores qualificados, assim classificados nos termos da Instrução CVM n.º 409/04, que venham a adquirir Quotas.
Quotistas do Fundo Investido	Investidores que venham a adquirir Quotas do Fundo Investido.
Quotista Inadimplente	Quotista do Fundo Investido que deixar de cumprir, total ou parcialmente, sua obrigação de aportar recursos no Fundo Investido, mediante integralização de Quotas do Fundo Investido por ele subscritas, conforme estabelecido no respectivo Compromisso de Investimento.
Quotas	Quotas de uma única classe, nominativas e escriturais, de emissão do Fundo, representativas do patrimônio do Fundo.
Quotas do Fundo Investido	Quotas de uma única classe, nominativas e escriturais, de emissão do Fundo Investido, representativas do patrimônio do Fundo Investido.
Regulamento	O regulamento do Fundo.
Regulamento do Fundo Investido	O regulamento do Fundo Investido.
Remuneração do Administrador	A remuneração devida ao Administrador em contraprestação ao serviço de administração do Fundo, conforme estabelecido no Contrato de Gestão.
Remuneração do Gestor	A remuneração devida ao Gestor em contraprestação ao serviço de gestão da

	Carteira do Fundo, conforme estabelecido no Contrato de Gestão.
Remuneração do Administrador do Fundo Investido	A remuneração devida ao Administrador do Fundo Investido em contraprestação ao serviço de administração do Fundo Investido, conforme estabelecido no Contrato de Gestão do Fundo Investido.
Remuneração do Gestor do Fundo Investido	A remuneração devida ao Gestor do Fundo Investido em contraprestação ao serviço de gestão da Carteira do Fundo Investido, conforme estabelecido no Contrato de Gestão do Fundo Investido.
Resolução CMN n.º 2689/00	Resolução do Conselho Monetário Nacional n.º 2689, de 26 de janeiro de 2000, conforme alterada.
SFF	Sistema de Fundo Fechado – SFF, mantido e operacionalizado pela CETIP.
Taxa de Administração	A taxa de administração do Fundo.
Taxa de Administração do Fundo Investido	A taxa de administração do Fundo Investido.
Taxa de Performance	A taxa de performance do Fundo.
Valor da Quota	Aquele resultante da divisão do patrimônio líquido do Fundo pelo número de Quotas, apurados, ambos, no encerramento do dia dos mercados em que o Fundo opera (“quota de fechamento”).
Valores Mobiliários	Ações, debêntures, bônus de subscrição e/ou outros títulos e valores mobiliários conversíveis ou permutáveis em ações de emissão de Companhias Alvo e/ou Companhias Investidas que poderão ser adquiridos pelo Fundo Investido.

2. TERMOS E CONDIÇÕES DA OFERTA

TERMOS E CONDIÇÕES DA OFERTA

Características da Oferta

A Oferta

As Quotas da Primeira Emissão serão objeto de distribuição pública, exclusivamente no mercado brasileiro, em mercado de balcão não organizado.

A Oferta será conduzida pelo Administrador, sob o regime de melhores esforços, em condições que assegurem tratamento equitativo aos destinatários e aceitantes da Oferta, observado, ainda, que a Oferta poderá ser concluída mesmo mediante distribuição parcial das Quotas, inexistindo reservas antecipadas e lotes mínimos e máximos de Quotas a serem colocados no âmbito da Oferta.

Foi contratada a Allocation Agente Autônomo de Investimentos Ltda., sociedade regularmente constituída e devidamente autorizada a exercer a atividade profissional de agente autônomo de investimento pela CVM, com sede na Cidade de Santana do Parnaíba, Estado de São Paulo, à Rua Max Zendron, n.º 8, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 05.747.319/0001-07, para auxiliar o Administrador na condução da Oferta.

Público Alvo da Oferta

O Fundo é destinado exclusivamente a investidores qualificados, assim classificados nos termos da Instrução CVM n.º 409/04.

Registro da Oferta das Quotas

A Oferta foi registrada na CVM, nos termos da Instrução CVM n.º 409/04.

Quantidade de Quotas da Primeira Emissão

A Primeira Emissão é composta por 400.000 (quatrocentas mil) Quotas, sendo que não existirá quantidade mínima de Quotas a serem subscritas no âmbito da Primeira Emissão, totalizando a Primeira Emissão o montante máximo equivalente a R\$ 400.000.000,00 (quatrocentos milhões de reais).

Preço de Emissão no Âmbito da Oferta

O Preço de Emissão das Quotas da Primeira Emissão foi fixado em R\$ 1.000,00 (um mil reais) por Quota.

Procedimento de Subscrição e Integralização das Quotas e Prazo de Colocação

No ato de subscrição das Quotas, o subscritor (i) assinará o boletim individual de subscrição, que será autenticado pelo Administrador, (ii) integralizará as Quotas subscritas pelo Preço de Integralização e (iii) receberá exemplar atualizado do Regulamento e deste Prospecto, quando deverá declarar, por meio da assinatura de termo de adesão ao Regulamento e a este Prospecto, que está ciente das disposições contidas no Regulamento e neste Prospecto, nos termos da regulamentação aplicável.

As Quotas representativas do Patrimônio Inicial poderão ser subscritas pelos Quotistas até a Data de Encerramento para

Subscrição da Primeira Emissão e serão integralizadas pelo Preço de Integralização em moeda corrente nacional no ato da subscrição das Quotas, de acordo com o disposto abaixo.

As Quotas do Fundo serão integralizadas pelo Preço de Integralização.

O pagamento do Preço de Integralização deverá ser realizado em moeda corrente nacional, por meio de ordem de pagamento, débito em conta corrente, documento de ordem de crédito, ou outro mecanismo de transferência de recursos autorizado pelo Banco Central do Brasil.

As Quotas representativas do Patrimônio Inicial que não forem subscritas e integralizadas até a Data de Encerramento para Subscrição da Primeira Emissão serão canceladas pelo Administrador.

Cronograma de Etapas da Oferta

Início da Oferta	A Oferta, devidamente registrada perante a CVM, terá início na data de publicação do anúncio de início da Oferta do Fundo.
Prazo de Colocação	As Quotas representativas do Patrimônio Inicial deverão ser subscritas dentro do prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias contados da data de publicação do anúncio de início da Oferta do Fundo, nos termos da regulamentação aplicável.
Manifestação de aceitação da Oferta pelos investidores	Iniciada a Oferta, os investidores interessados em adquirir Quotas no âmbito da Oferta poderão manifestar a sua intenção junto ao Administrador, a qualquer momento a partir da data de publicação do anúncio de início da Oferta do Fundo até a Data de Encerramento para Subscrição da Primeira Emissão.
Distribuição junto ao público	As Quotas serão colocadas exclusivamente junto a investidores qualificados, assim classificados nos termos da Instrução CVM n.º 409/04.
Subscrição e Integralização de Quotas	No ato de subscrição das Quotas, o subscritor (i) assinará o boletim individual de subscrição, que será autenticado pelo Administrador, (ii) integralizará as Quotas subscritas pelo Preço de Integralização e (iii) receberá exemplar atualizado do Regulamento e deste Prospecto, quando deverá declarar, por meio da assinatura de termo de adesão ao Regulamento e a este Prospecto, que está ciente das disposições contidas no Regulamento e neste Prospecto, nos termos da regulamentação aplicável. O pagamento do Preço de Integralização deverá ser realizado em moeda corrente nacional, por meio de ordem de pagamento, débito em conta corrente, documento de ordem de crédito, ou outro mecanismo de transferência de recursos autorizado pelo Banco Central do Brasil.
Divulgação do Resultado da Oferta	O resultado da Oferta será divulgado ao término da Oferta, por meio da publicação de anúncio de encerramento da Oferta.

Valor Mínimo de Investimento

A aplicação inicial de cada Quotista no Fundo deverá ser equivalente ao montante de, no mínimo, R\$ 100.000,00 (cem mil reais).

Registro das Quotas

As Quotas do Fundo serão registradas no Sistema de Fundo Fechado – SFF, e, eventualmente, a critério do Administrador, no Mercado de Balcão Organizado de Renda Variável.

As Quotas do Fundo poderão ser negociadas nos termos previstos na regulamentação em vigor.

Caberá ao intermediário, no caso de operações de aquisição de Quotas nesses mercados, assegurar a condição de investidor qualificado do adquirente de Quotas, não sendo o Administrador ou o Gestor responsáveis por verificar tal fato.

Sem prejuízo do disposto no item acima, todo Quotista, ao ingressar no Fundo, compromete-se à somente alienar ou ceder suas Quotas a terceiros e/ou a outros Quotistas mediante prévia notificação por escrito ao Administrador, com antecedência mínima de 10 (dez) dias úteis. Juntamente com tal notificação, o Quotista que estiver alienando ou cedendo as suas Quotas a terceiros e/ou a outros Quotistas deverá apresentar documentação original (ou cópia autenticada) que comprove a classificação do adquirente das Quotas como investidor qualificado. Caso tal documentação não seja satisfatória ao Administrador, a alienação ou cessão das Quotas poderá ser vetada pelo Administrador.

Caso um Quotista venha a alienar suas Quotas a terceiros e/ou a outros Quotistas sem observância do disposto no Regulamento, especialmente ao disposto no item acima, tal operação poderá ser considerada nula pelo Administrador, quando não surtirá quaisquer efeitos perante as partes do negócio e/ou terceiros. O Administrador notificará tal fato à CVM, de forma a discutir com o regulador quais as medidas e remédios legais a serem implementados para garantir a observância do disposto no Regulamento.

Custos de Distribuição Pública das Quotas

A tabela abaixo traz uma indicação dos custos relacionados à estruturação do Fundo e ao registro da Oferta:

<i>Custo da Distribuição</i>	<i>Montante (R\$)</i>	<i>% em relação ao valor total da Oferta</i>
<i>Despesas de Registro</i>	<i>83.497,00</i>	<i>0,021%</i>
<i>Publicações*</i>	<i>15.000,00</i>	<i>0,004%</i>
<i>Total</i>	<i>98.497,00</i>	<i>0,025%</i>

**Valores aproximados*

<i>Custo Unitário de Distribuição</i>	
<i>Preço por Quota (R\$)*</i>	<i>Custo por Quota (R\$)</i>
<i>1.000,00</i>	<i>0,246</i>

** com base no preço de emissão na data de emissão*

<i>Montante Total da Oferta (R\$)</i>	<i>Custo Máximo da Distribuição (R\$)</i>
<i>400.000.000,00</i>	<i>98.497,00</i>

Adicionalmente, os custos relativos à contratação dos Auditores Independentes somente serão incorridos pelo Fundo a partir do início das atividades do Fundo, de forma que tais custos não estão diretamente relacionados com a colocação pública das Quotas.

Outras Informações

Para maiores esclarecimentos a respeito da Oferta, do Fundo e deste Prospecto, bem como para obtenção de cópias do Regulamento, deste Prospecto e dos demonstrativos financeiros e relatórios de administração do Fundo, os interessados deverão dirigir-se à CVM, à CETIP e/ou à sede do Administrador, ou acessar as respectivas páginas (*websites*) mantidas por cada um na rede mundial de computadores, conforme indicados abaixo.

Administrador:

Mellon Serviços Financeiros Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.

Avenida Presidente Wilson n.º 231, 11º andar

Rio de Janeiro - RJ

Tel.: (21) 3974-4601

Fax: (21) 3974-4501

Correio Eletrônico: clientsupport@bnymellon.com.br

Website: www.bnymellon.com.br/sf

Comissão de Valores Mobiliários – CVM

Rua Sete de Setembro, n.º 111, 5º andar

Rio de Janeiro – RJ

Rua Cincinato Braga, n.º 340, 2º ao 4º andares

São Paulo – SP

Website: www.cvm.gov.br

CETIP – Câmara de Custódia e Liquidação

Avenida República do Chile, n.º 230, 11º andar

Rio de Janeiro - RJ

Rua Líbero Badaró, n.º 425, 24º andar

São Paulo - SP

Website: www.cetip.com.br

Identificação dos Assessores Legais

Os assessores legais do Fundo podem ser contatados no seguinte endereço:

Mattos Filho, Veiga Filho, Marrey Jr. e Quiroga Advogados

Alameda Joaquim Eugênio de Lima, n.º 447

São Paulo – SP

At.: Dra. Marina Procknor

Tel.: (11) 3147-7822

Fax: (11) 3147-7770

Correio eletrônico: marina@mattosfilho.com.br

3. INFORMAÇÕES RELATIVAS AO FUNDO

INFORMAÇÕES RELATIVAS AO FUNDO

Público Alvo do Fundo

O Fundo é destinado, exclusivamente, a investidores qualificados, assim classificados nos termos da Instrução CVM n.º 409/04, que busquem o objetivo de investimento descrito no Regulamento e neste Prospecto e conheçam e aceitem assumir os riscos descritos neste Prospecto.

Caberá ao intermediário, no caso de negociação de Quotas do Fundo em bolsa de valores ou no mercado de balcão organizado, assegurar a condição de investidor qualificado do adquirente de Quotas, não sendo o Administrador ou o Gestor responsáveis por verificar tal fato.

Prazo de Duração do Fundo

O Fundo terá prazo de duração determinado de 7 (sete) anos, contados da Data de Encerramento para Subscrição da Primeira Emissão, podendo ser prorrogado por um período adicional de 2 (dois) anos, mediante deliberação da Assembléia Geral.

Base Legal do Fundo

O Fundo é um fundo de investimento em quotas de fundos de investimento multimercado constituído sob a forma de condomínio fechado, nos termos da Instrução CVM n.º 409/04.

Objetivo e Política de Investimento do Fundo

O objetivo do Fundo é obter rendimentos para seus Quotistas, por meio da aplicação dos recursos da Carteira, preponderantemente, em quotas do Fundo Investido, sem prejuízo de outros investimentos que poderão ser realizados pelo Fundo, a exclusivo critério do Gestor, nos termos do Regulamento, sem o compromisso de concentração, mesmo que indiretamente, em nenhum mercado, ativo ou fator de risco específico.

O Fundo Investido é um fundo de investimento em participações regulado pela Instrução CVM n.º 391/03, administrado pela Credit Suisse Hedging-Griffo Corretora de Valores S.A. e gerido pela FAMA Private Equity Administração de Carteira de Valores Mobiliários Ltda. Para informações detalhadas sobre o Fundo Investido, sua política de investimento, estrutura de governança corporativa, taxas e encargos, bem como riscos atrelados aos investimentos do Fundo no Fundo Investido, vide as Seções 4 e 5 deste Prospecto.

O Fundo, ao subscrever Quotas do Fundo Investido, deverá assinar, entre outros documentos, Compromisso de Investimento com o Fundo Investido e seu Administrador, por meio do qual o Fundo se comprometerá a integralizar as quotas subscritas de tempos em tempos, de acordo com as Chamadas de Capital do Fundo Investido. Os mecanismos de subscrição, integralização e Chamadas de Capital do Fundo Investido estão descritos na Seção 4 deste Prospecto.

Enquanto não ocorrerem Chamadas de Capital para integralização de Quotas do Fundo Investido, o Gestor deverá manter os recursos do Fundo aplicados da seguinte forma: (i) de 95% (noventa e cinco por cento) a 100% (cem por cento) do patrimônio líquido do Fundo em quotas de fundos de investimento das classes Referenciado e Renda Fixa; e (ii) de 0 a 5% (cinco por cento)

do patrimônio líquido do Fundo em depósitos à vista ou aplicados em: (a) títulos públicos federais; (b) títulos de renda fixa de emissão de instituições financeiras; (c) operações compromissadas, de acordo com a regulamentação específica do Conselho Monetário Nacional.

Cumulativamente ao disposto acima, as aplicações do Fundo obedecerão aos seguintes critérios de diversificação e concentração, sem prejuízo das demais disposições do Regulamento:

I – de 0 a 100% (cem por cento) do patrimônio líquido do Fundo em quotas de fundos de investimento, administrados ou não por um mesmo administrador, inclusive pelo Administrador, pelo Gestor ou por empresas a eles ligadas, podendo ocorrer concentração de 100% (cem por cento) do patrimônio líquido do Fundo em quotas de um mesmo fundo de investimento; e

II – de 0 a 5% (cinco por cento) do patrimônio líquido do Fundo em títulos de renda fixa de emissão do Administrador, do Gestor ou de empresas a eles ligadas, desde que instituições financeiras.

O Fundo poderá realizar suas operações por meio de instituições autorizadas a operar no mercado de títulos e/ou valores mobiliários, ligadas ou não ao Administrador, ao Gestor e às empresas a ele ligadas, podendo, inclusive, direta ou indiretamente, adquirir títulos e/ou valores mobiliários que sejam objeto de oferta pública ou privada, que sejam coordenadas, lideradas, ou das quais participem as referidas instituições.

O Administrador, o Gestor e qualquer empresa pertencente ao mesmo conglomerado financeiro, bem como, diretores, gerentes e funcionários dessas empresas poderão ter posições em, subscrever ou operar com títulos e valores mobiliários que integrem ou venham a integrar a Carteira do Fundo.

O Administrador, o Gestor e quaisquer empresas a eles ligadas, bem como, fundos de investimento, clubes de investimento e/ou carteiras administradas pelo Administrador, pelo Gestor ou por pessoas a eles ligadas poderão atuar, direta ou indiretamente, como contraparte, direta ou indiretamente, em operações realizadas pelo Fundo.

Com exceção das quotas de fundos de investimento aberto, somente poderão compor a Carteira ativos financeiros admitidos à negociação em bolsa de valores, de mercadorias e futuros, ou registrados, custodiados e/ou mantidos em conta de depósito diretamente em nome do Fundo, em sistema de registro, de custódia ou de liquidação financeira devidamente autorizado pelo Banco Central do Brasil ou pela CVM, nas suas respectivas áreas de competência.

O Fundo poderá utilizar seus ativos para prestação de garantias de operações próprias, bem como emprestar e tomar títulos e valores mobiliários em empréstimo, desde que tais operações de empréstimo sejam cursadas exclusivamente através de serviço autorizado pelo Banco Central do Brasil ou pela CVM.

As importâncias recebidas na integralização de Quotas durante o processo de distribuição de quotas do Fundo devem ser depositadas em banco comercial, banco múltiplo com carteira comercial ou Caixa Econômica em nome do Fundo, sendo obrigatória sua imediata aplicação em títulos públicos federais ou em cotas de fundo de investimento da classe Curto Prazo.

O objetivo de investimento do Fundo não constitui garantia ou promessa de rentabilidade pelo Administrador e pelo Gestor do Fundo.

Em função da composição da Carteira durante o prazo de duração do Fundo, o Fundo classifica-se como “Multimercado”.

Processo de análise para seleção e alocação de ativos

Na análise e seleção dos fundos de investimento que integrarão a Carteira do Fundo, o Gestor se utilizará de critérios quantitativos

(análise de variância e covariância) e qualitativos (qualidade e consistência da gestão).

Política de Gerenciamento dos Riscos Relacionados ao Fundo

O investimento no Fundo apresenta riscos para o investidor. Ainda que o Administrador mantenha sistema de gerenciamento de riscos, não há garantia de completa eliminação da possibilidade de perdas para o Fundo e para o investidor.

Baseado em modelos matemáticos e estatísticos aplicados diariamente à Carteira, com o objetivo de garantir que o Fundo esteja exposto apenas aos riscos inerentes à sua política de investimento e de acordo com os critérios de risco estabelecidos no Regulamento, os principais modelos utilizados são:

- (i) O Value at Risk (VaR) fornece uma medida da pior perda esperada em ativo ou carteira para um determinado período de tempo e um intervalo de confiança previamente especificado. A metodologia do Administrador realiza o cálculo do VaR de forma paramétrica, especificando um nível de confiança de 97,5% (noventa e sete vírgula cinco por cento) em um horizonte de tempo de um dia.
- (ii) O Stress Testing é um processo que visa identificar e gerenciar situações que podem causar perdas extraordinárias, com quebra de relações históricas, sejam temporárias ou permanentes. Este teste consiste na avaliação do impacto financeiro e conseqüente determinação das potenciais perdas/ganhos a que o Fundo pode estar sujeito, sob cenários extremos, considerando as variáveis macroeconômicas, nos quais os preços dos ativos tenderiam a ser substancialmente diferentes dos atuais. A análise de cenários consiste na avaliação da carteira sob vários estados da natureza, envolvendo amplos movimentos de variáveis-chave, o que gera a necessidade de uso de métodos de avaliação plena (reprecificação). Os cenários fornecem a descrição dos movimentos conjuntos de variáveis financeiras, que podem ser tirados de eventos históricos (cenários históricos) ou de plausíveis desenvolvimentos econômicos ou políticos (cenários prospectivos). Para a realização do Stress Testing, o Administrador gera diariamente cenários extremos baseados nos cenários hipotéticos disponibilizados pela Bolsa de Mercadorias e Futuros (BM&F), que são revistos periodicamente pelo Administrador, de forma a manter a consistência e atualidade dos mesmos.

Os métodos previstos neste Prospecto, utilizados pelo Administrador para gerenciamento dos riscos a que o Fundo se encontra sujeito, não constituem garantia contra eventuais perdas patrimoniais que possam ser incorridas pelo Fundo.

Regras de Movimentação do Fundo

Valores Mínimos para Movimentação

- Aplicação Inicial: R\$ 100.000,00 (cem mil reais)
- Movimentações Subseqüentes: Não há.
- Permanência: Não há.

Não há valores máximos para investimentos no Fundo.

Limite máximo de Quotas que pode ser detido por um único Quotista: Não há.

Horário para Aplicação

As aplicações no Fundo poderão ser efetuadas até às **14h00**, nos dias de expediente bancário.

Das Características, Emissão, Subscrição, Integralização e Amortização das Quotas

Características das Quotas

As Quotas do Fundo correspondem a frações ideais de seu patrimônio e conferem os mesmos direitos e obrigações a todos os seus titulares.

Todas as Quotas do Fundo terão forma nominativa, serão escriturais, mantidas em conta de depósito em nome de seus titulares, mantida pelo Administrador.

Todas as Quotas farão jus a pagamentos de amortização em iguais condições, observado o disposto no Regulamento e neste Prospecto.

Valor das Quotas

As Quotas terão seu valor calculado diariamente e tal valor corresponderá à divisão do patrimônio líquido do Fundo pelo número de Quotas emitidas e em circulação, na data de apuração do valor das Quotas.

Direitos de Voto

Todas as Quotas terão direito de voto nas Assembleias Gerais, correspondendo a cada Quota a um voto.

Emissão e Subscrição de Quotas

Cada emissão de Quotas do Fundo será objeto de registro de distribuição pública na CVM, nos termos da regulamentação aplicável.

As Quotas representativas do Patrimônio Inicial serão subscritas pelos Quotistas até a Data de Encerramento para Subscrição da Primeira Emissão e serão integralizadas em moeda corrente nacional no ato da subscrição das Quotas pelo Preço de Integralização.

As Quotas representativas do Patrimônio Inicial que não forem subscritas e integralizadas até a Data de Encerramento para Subscrição da Primeira Emissão serão canceladas pelo Administrador.

No ato de subscrição das Quotas, o subscritor (i) assinará o boletim individual de subscrição, que será autenticado pelo Administrador, (ii) integralizará as Quotas subscritas pelo Preço de Integralização e (iii) receberá exemplar atualizado do Regulamento e deste Prospecto, quando deverá declarar, por meio da assinatura de termo de adesão ao Regulamento e a este Prospecto, que está ciente das disposições contidas no Regulamento e neste Prospecto, nos termos da regulamentação aplicável.

Na hipótese de aquisição de Quotas no mercado secundário, observado o disposto no item 11.8.4. do Regulamento do Fundo, o adquirente das Quotas deverá declarar, por meio da assinatura de termo de adesão ao Regulamento e a este Prospecto, que está ciente das disposições contidas no Regulamento e neste Prospecto, nos termos da regulamentação aplicável e enviá-lo ao Administrador juntamente com cópia de sua ficha cadastral e demais documentos solicitados.

Integralização das Quotas

As Quotas do Fundo serão integralizadas pelo Preço de Integralização.

O pagamento do Preço de Integralização deverá ser realizado em moeda corrente nacional, por meio de ordem de pagamento, débito em conta corrente, documento de ordem de crédito, ou outro mecanismo de transferência de recursos autorizado pelo Banco Central do Brasil.

Procedimentos referentes à Amortização de Quotas

Observado o disposto na Seção IX do Regulamento do Fundo, as Quotas do Fundo serão amortizadas no dia útil subsequente à data de pagamentos de amortizações das Quotas do Fundo Investido.

Para fins de amortização de Quotas, será considerado o Valor da Quota no dia útil imediatamente anterior ao do pagamento da respectiva parcela de amortização.

Quando a data estipulada para qualquer pagamento de amortização aos Quotistas cair em dia que seja feriado nacional, tal pagamento será efetuado no primeiro dia útil seguinte, pelo Valor da Quota em vigor no dia útil imediatamente anterior à data do pagamento.

Os pagamentos de amortização das Quotas serão realizados em moeda corrente nacional, por meio de ordem de pagamento, crédito em conta corrente, documento de ordem de crédito, ou outro mecanismo de transferência de recursos autorizado pelo Banco Central do Brasil.

Ao final do prazo de duração do Fundo e/ou quando da liquidação antecipada do Fundo, todas as Quotas deverão ter seu valor amortizado integralmente em moeda corrente nacional. Não havendo recursos em moeda corrente nacional suficientes para realizar o pagamento da amortização total das Quotas em circulação à época da liquidação do Fundo, deverá ser adotado o seguinte procedimento:

- (i) o Administrador convocará uma Assembléia Geral, a qual deverá (a) decidir se pretende prorrogar o período de duração do Fundo, para que o Gestor tenha período adicional para liquidar os títulos, valores mobiliários e outros ativos financeiros integrantes da Carteira e, num segundo momento, liquidar o Fundo mediante a amortização de Quotas em moeda corrente nacional, ou (b) deliberar sobre procedimentos de dação em pagamento dos títulos, valores mobiliários e outros ativos financeiros do Fundo para fins de amortização total das Quotas do Fundo ainda em circulação;
- (ii) na hipótese da Assembléia Geral referida acima deliberar não prorrogar o prazo de duração do Fundo e não chegar a acordo comum referente aos procedimentos de dação em pagamento dos títulos, valores mobiliários e outros ativos financeiros, tais títulos, valores mobiliários e outros ativos financeiros serão dados em pagamento aos Quotistas, mediante a constituição de um condomínio, cuja fração ideal de cada Quotista será calculada de acordo com a proporção de Quotas detida por cada Quotista sobre o valor total das Quotas em circulação à época, sendo que, após a constituição do referido condomínio, o Administrador e o Gestor estarão desobrigados em relação às responsabilidades estabelecidas no Regulamento, ficando autorizado o Administrador a liquidar o Fundo perante as autoridades competentes;
- (iii) na hipótese descrita no inciso acima, o Administrador deverá notificar os Quotistas, para que os mesmos elejam um administrador para o referido condomínio de títulos, valores mobiliários e outros ativos financeiros, na forma do Artigo 1.323 da Lei n.º 10.406, de 10 de janeiro de 2.002, conforme alterada, informando a proporção de títulos, valores mobiliários e outros ativos financeiros a que cada Quotista fará jus, sem que isso represente qualquer responsabilidade do Administrador e/ou do Gestor perante os Quotistas após a constituição do condomínio de que

- trata o inciso acima; e
- (iv) caso os Quotistas não procedam à eleição do administrador do condomínio referido acima, essa função será exercida pelo Quotista que detenha a maior quantidade de Quotas do Fundo em circulação.

Resgate das Quotas

As Quotas do Fundo somente serão resgatadas na data de liquidação do Fundo e se dará, preferencialmente, em moeda corrente nacional.

Fica estipulada como data de conversão de Quotas para fins de resgate o 1º (primeiro) dia útil subsequente ao término do prazo de duração inicial do Fundo ou de sua respectiva prorrogação, conforme o caso e o pagamento no 3º (terceiro) dia útil após a data da conversão de Quotas.

Registro das Quotas

O Administrador registrará as Quotas no SFF e, eventualmente, no Mercado de Balcão Organizado de Renda Variável.

As Quotas do Fundo poderão ser negociadas nos termos previstos na regulamentação em vigor.

Caberá ao intermediário, no caso de negociação de Quotas do Fundo em bolsa de valores ou no mercado de balcão organizado, assegurar a condição de investidor qualificado do adquirente de Quotas, não sendo o Administrador ou o Gestor responsáveis por verificar tal fato.

Sem prejuízo do disposto no item acima, todo Quotista, ao ingressar no Fundo, compromete-se à somente alienar ou ceder suas Quotas a terceiros e/ou a outros Quotistas mediante prévia notificação por escrito ao Administrador, com antecedência mínimo de 10 (dez) dias úteis. Juntamente com tal notificação, o Quotista que estiver alienando ou cedendo as suas Quotas a terceiros e/ou a outros Quotistas deverá apresentar documentação original (ou cópia autenticada) que comprove a classificação do adquirente das Quotas como investidor qualificado. Caso tal documentação não seja satisfatória ao Administrador, a alienação ou cessão das Quotas poderá ser vetada pelo Administrador.

Caso um Quotista venha a alienar suas Quotas a terceiros e/ou a outros Quotistas sem observância do disposto no Regulamento, especialmente ao disposto no item acima, tal operação poderá ser considerada nula pelo Administrador e não surtirá quaisquer efeitos perante as partes do negócio e/ou terceiros. O Administrador notificará tal fato à CVM, de forma a discutir com o regulador quais as medidas e remédios legais a serem implementados para garantir a observância do disposto no Regulamento.

Período de Liquidação do Fundo

Uma vez que se tenha iniciado o período de liquidação do Fundo, ele será irreversível, observando-se o que segue.

Os investimentos serão liquidados de forma ordenada e o produto líquido resultante (deduzidas as taxas, comissões e despesas devidas pelo Fundo) será utilizado para o pagamento do saldo não amortizado do valor das Quotas do Fundo, observado o disposto no Regulamento do Fundo.

No âmbito da liquidação do Fundo, o pagamento do resgate de Quotas poderá ser feito em títulos e valores mobiliários, observado o disposto no Regulamento.

Política de Distribuição de Resultados do Fundo

Os rendimentos auferidos pelo Fundo, incluindo lucros obtidos com negociações dos títulos, valores mobiliários e outros ativos financeiros integrantes do Fundo serão incorporados ao patrimônio líquido do Fundo e serão distribuídos aos Quotistas mediante a amortização parcial e/ou total de suas Quotas, observado o disposto neste item e na Seção XI do Regulamento.

Na medida em que o valor de ganhos e rendimentos do Fundo sejam suficientes para o pagamento do valor de todas as exigibilidades e provisões do Fundo, o Administrador promoverá amortizações parciais e/ou total das Quotas, (i) a qualquer momento durante o prazo de duração do Fundo, de acordo com o mesmo cronograma de amortização de Quotas do Fundo Investido e no dia útil subsequente à data de pagamento de amortização de Quotas do Fundo Investido, ou (ii) após o término do Período de Investimento, caso o Fundo Investido não tenha chamado todo o Capital Comprometido pelo Fundo.

As Quotas do Fundo estarão sempre sujeitas a um Período de Carência para Distribuição de Rendimentos e a um período em que inclusive os ganhos e rendimentos das Quotas serão distribuídos aos Quotistas, mediante a amortização parcial e/ou total das Quotas do Fundo.

Durante o Período de Carência para Distribuição de Rendimentos, o Fundo realizará a amortização parcial de Quotas, de acordo (i) com o mesmo cronograma de amortização de Quotas do Fundo Investido e no dia útil subsequente à data de pagamento de amortização de Quotas do Fundo Investido, ou (ii) após o término do Período de Investimento, caso o Fundo Investido não tenha chamado todo o Capital Comprometido pelo Fundo, mas tais pagamentos, em conjunto e/ou isoladamente, durante o Período de Carência para Distribuição de Rendimentos, serão limitados ao Custo de Aquisição.

As amortizações estarão limitadas ao Custo de Aquisição desde que o Gestor envie ao Administrador as informações necessárias para a operacionalização de referidos pagamentos. Caso contrário, a amortização, ainda que dentro do Período de Carência para Distribuição de Rendimentos, abrangerá o Custo de Aquisição e os ganhos e rendimentos das Quotas.

Após o Período de Carência para Distribuição de Rendimentos, o Fundo poderá realizar amortizações parciais e/ou total de Quotas, de acordo (i) com o mesmo cronograma de amortização de Quotas do Fundo Investido e no dia útil subsequente à data de pagamento de amortização de Quotas do Fundo Investido, ou (ii) após o término do Período de Investimento, caso o Fundo Investido não tenha chamado todo o Capital Comprometido pelo Fundo, sendo que tais amortizações poderão resultar, inclusive, em distribuição de eventuais ganhos e rendimentos do Fundo, excedentes ao Custo de Aquisição.

Quaisquer distribuições a título de amortização de Quotas deverão abranger todas as Quotas do Fundo, em benefício de todos os Quotistas.

Da Assembléia Geral de Quotistas do Fundo e suas Responsabilidades e Atribuições

Competirá exclusivamente à Assembléia Geral deliberar sobre as matérias indicadas abaixo, além de outras matérias que a ela venham a ser atribuídas por força do Regulamento e/ou das atividades e operações do Fundo:

- (i) tomar, anualmente, as contas relativas ao Fundo e deliberar sobre as demonstrações contábeis apresentadas pelo Administrador, bem como instruir o voto do Gestor na tomada, anualmente, das contas relativas ao Fundo Investido e na deliberação, até 30 de junho de cada ano, sobre as demonstrações contábeis apresentadas pelo Administrador do Fundo Investido;
- (ii) alterar o Regulamento e instruir o voto do Gestor em propostas de alterações ao Regulamento do Fundo Investido;

- (iii) deliberar sobre a destituição ou substituição do Administrador, do Gestor e/ou do Custodiante e escolha de seus substitutos, bem como instruir o voto do Gestor na deliberação sobre a destituição do Administrador do Fundo Investido e/ou do Gestor do Fundo Investido;
- (iv) deliberar sobre a fusão, incorporação, cisão ou eventual liquidação do Fundo e instruir o voto do Gestor em propostas de fusão, incorporação, cisão ou eventual liquidação do Fundo Investido;
- (v) deliberar sobre o aumento na Taxa de Administração ou na Taxa de Performance, bem como instruir o voto do Gestor em propostas de aumento na Taxa de Administração do Fundo Investido;
- (vi) deliberar sobre a alteração da política de investimento do Fundo e instruir o voto do Gestor em propostas de alteração da política de investimento do Fundo Investido;
- (vii) deliberar sobre a emissão de novas Quotas do Fundo e instruir o voto do Gestor em propostas de emissões de novas Quotas do Fundo Investido;
- (viii) deliberar sobre a prorrogação do prazo de duração do Fundo, bem como instruir o voto do Gestor em propostas de prorrogação do prazo de duração do Fundo Investido;
- (ix) deliberar sobre alterações nos quoruns de instalação e deliberação da Assembléia Geral do Fundo, e instruir o voto do Gestor em propostas de alterações nos quoruns de instalação e deliberação da Assembléia Geral do Fundo Investido;
- (x) deliberar, quando for o caso, sobre requerimento de informações sobre as Companhias Investidas ao Administrador do Fundo Investido, na forma prevista no Regulamento do Fundo Investido, observado o disposto na regulamentação aplicável;
- (xi) instruir o voto do Gestor na deliberação sobre a realização de operações pelo Fundo Investido de que tratam a Cláusula 6.6. e a Seção XIV do Regulamento do Fundo Investido;
- (xii) ressalvada a criação do Comitê de Investimento e do Conselho Consultivo do Fundo Investido, já aprovados quando da sua constituição, e que seguem descritos neste Prospecto, na Seção 4, instruir o voto do Gestor em propostas de instalação, composição, organização e funcionamento de outros comitês e conselhos do Fundo Investido;
- (xiii) instruir o voto do Gestor na deliberação sobre despesas extraordinárias do Fundo Investido não previstas no Regulamento do Fundo Investido;
- (xiv) instruir o voto do Gestor na deliberação sobre os procedimentos de entrega de Valores Mobiliários e Outros Ativos como forma de pagamento de amortização e/ou resgate de Quotas do Fundo Investido aos Quotistas do Fundo Investido, nos termos do Regulamento do Fundo Investido;
- (xv) instruir o voto do Gestor na deliberação sobre a proposta do Comitê de Investimento do Fundo Investido de prorrogação do Período de Investimento previsto no Regulamento do Fundo Investido; e
- (xvi) instruir o voto do Gestor na deliberação sobre a prorrogação ou não do prazo de que trata a Cláusula 6.3.1. do Regulamento do Fundo Investido.

Independentemente do disposto na acima, o Regulamento poderá ser alterado, independentemente de Assembléia Geral ou de consulta aos Quotistas, sempre que tal alteração decorrer exclusivamente da necessidade de atendimento a expressa exigência da CVM, em consequência de normas legais ou regulamentares ou ainda em virtude da atualização dos dados cadastrais do Administrador, do Gestor ou do Custodiante, tais como alteração na razão social, endereço e telefone, devendo ser providenciada, no prazo de 30 (trinta) dias, a necessária comunicação aos Quotistas.

A convocação da Assembléia Geral será realizada, a exclusivo critério do Administrador, observada a regulamentação aplicável, (i) por meio de carta endereçada a cada um dos Quotistas, e/ou (ii) correio eletrônico endereçado a cada um dos Quotistas com antecedência mínima de 10 (dez) dias, devendo a convocação indicar dia, hora e local de realização da Assembléia Geral, bem como conter descrição dos assuntos a serem discutidos e votados na respectiva Assembléia Geral.

Independentemente da convocação prevista acima, será considerada regular a Assembléia Geral a que comparecerem todos os Quotistas do Fundo.

Anualmente a Assembleia Geral deverá deliberar sobre as demonstrações contábeis do Fundo e do Fundo Investido, fazendo-o até 120 (cento e vinte) dias após o término do exercício social do Fundo.

A Assembleia Geral a que se refere o caput somente pode ser realizada no mínimo 30 (trinta) dias corridos após estarem disponíveis aos Quotistas as demonstrações contábeis auditadas relativas ao exercício encerrado.

A Assembleia Geral poderá ser convocada pelo Administrador, pelo Gestor, pelo Custodiante ou por Quotista ou grupo de Quotistas que detenham, no mínimo, 5% (cinco por cento) do total das Quotas emitidas pelo Fundo.

A convocação por iniciativa do Gestor, do Custodiante ou de Quotistas será dirigida ao Administrador, que deverá, no prazo máximo de 30 (trinta) dias contados do recebimento, realizar a convocação da Assembleia Geral às expensas dos requerentes, salvo se a Assembleia Geral assim convocada deliberar em contrário.

Somente poderão votar na Assembleia Geral os Quotistas que, na data de convocação da Assembleia Geral, estiverem registrados na conta de depósito como Quotistas do Fundo, seus representantes legais ou seus procuradores legalmente constituídos há menos de 1 (um) ano.

As alterações do Regulamento do Fundo serão eficazes na data deliberada pela Assembleia Geral, exceto nos casos listados a seguir que serão eficazes, no mínimo, a partir de 30 (trinta) dias corridos após a comunicação aos cotistas, salvo se aprovadas pela unanimidade dos cotistas:

- (i) aumento ou alteração do cálculo da Taxa de Administração, Taxa de Performance, taxa de ingresso ou taxa de saída;
- (ii) alteração da política de investimento;
- (iii) mudança nas condições de amortização e/ou resgate das Quotas; e
- (iv) incorporação, cisão ou fusão que envolva Fundo.

As deliberações das Assembleias Gerais, como regra geral, serão aprovadas por Quotistas que representem a maioria das Quotas em circulação, em primeira convocação, e a maioria das Quotas dos Quotistas presentes, em segunda convocação, sendo que a segunda convocação poderá ser realizada em conjunto com a primeira convocação.

A deliberação sobre as matérias indicadas nos incisos (iii), (iv) e (ix) acima dependerá de aprovação de Quotistas que representem 67% (sessenta e sete por cento) das Quotas em circulação, em qualquer convocação.

Política de Exercício de Direito de Voto do Fundo

Exceto no caso do Fundo Investido, o Fundo tem como política não participar e não exercer seu direito de voto nas assembleias gerais dos fundos de investimento nos quais detenha participação. Com relação às participações do Fundo nas Assembleias Gerais do Fundo Investido, o Gestor representará o Fundo e votará em todas as suas assembleias gerais, (i) a seu exclusivo critério e orientação, de acordo com os melhores interesses dos Quotistas, e/ou, quando for o caso, (ii) de acordo com orientação expressa dos Quotistas do Fundo, em se tratando exclusivamente das matérias indicadas na Seção V do Regulamento.

Prestadores de Serviços do Fundo

O Fundo será administrado pela Mellon Serviços Financeiros Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., sociedade

devidamente autorizada pela CVM para o exercício profissional de administração de fundos de investimento, com sede na Cidade de Rio de Janeiro, Estado de Rio de Janeiro, na Avenida Presidente Wilson n.º 231, 11º andar, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 02.201.501/0001-61.

A gestão da Carteira do Fundo compete à FAMA Private Equity Administração de Carteira de Valores Mobiliários Ltda., sociedade devidamente autorizada pela CVM para o exercício profissional de administração de carteira de títulos e valores mobiliários, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 09.224.821/0001-86, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, Rua Samuel Morse n.º 74, conjunto 172.

Custódia: Banco Bradesco S.A.

Controladoria e Processamento dos Títulos e Valores Mobiliários: Administrador

Tesouraria: Banco Bradesco S.A.

Escrituração da emissão e resgate de Quotas do Fundo: Administrador

Distribuição de Quotas: Administrador e Allocation Agente Autônomo de Investimentos Ltda.

Auditoria Independente: PriceWaterhouseCoopers Auditores Independentes

O Administrador e o Gestor do Fundo

Informações sobre o Administrador

O Administrador é uma subsidiária do The Bank of New York Mellon Corporation, constituída especificamente para a administração de fundos de investimento no Brasil, tendo sido autorizada a administrar carteiras através do Ato Declaratório n.º 4.620 de 19 de dezembro de 1997.

O Administrador é líder em serviços financeiros para gestores independentes e investidores institucionais, prestando o serviço de administração fiduciária de fundos de investimento para mais de 70% dos gestores independentes associados a ANBID - Associação Nacional de Bancos de Investimento e uma gama de investidores institucionais, preponderantemente fundações, seguradoras e sociedades de capitalização, com mais de R\$ 57 bilhões em ativos sob sua administração (ANBID, Outubro 2007). Com uma ampla gama de produtos, tecnologia e serviços, buscamos atender, com excelência, às necessidades de nossos clientes e superar suas expectativas. Como líderes globais na prestação de serviços financeiros, combinamos atendimento especializado com tecnologia de ponta para prestar serviços ricos em informação e sistemas.

O The Bank of New York Mellon Corporation foi constituído em julho de 2007 a partir da fusão do The Bank of New York Company, Inc. com a Mellon Financial Corporation. A combinação destas duas instituições financeiras tradicionais e ricas em história, resultou na empresa número um, líder em serviços financeiros no mundo. Juntas, as duas instituições tornaram-se o líder global em administração e gestão de ativos, comprometido com excelência e alta performance de seus serviços.

Hoje, o The Bank of New York Mellon Corporation é uma empresa global de serviços financeiros focada em ajudar clientes a gerir ativos financeiros. Ela opera em 37 países e atende a mais de 100 mercados. A companhia é um provedor líder de serviços financeiros para instituições, corporações e pessoas físicas, nos segmentos de gestão de ativos, gestão de patrimônio, administração e controladoria fiduciária de fundos de investimento, utiliza-se de uma equipe global exclusivamente voltada para

atender às necessidades de seus clientes e possui mais de US\$20 trilhões de ativos sob sua custódia e administração e US\$1 trilhão de ativos sob sua gestão.

Informações sobre o Gestor

Autorizada a administrar carteira de valores mobiliários por meio do Ato Declaratório CVM n.º 9.710, de 1º de fevereiro de 2008, o Gestor é uma empresa independente de administração de recursos de terceiros, focada em gestão em renda variável. O Gestor não possui carteira própria, o que nos leva a zelar única e exclusivamente pela boa administração dos recursos de nossos clientes, evitando a existência de conflitos de interesses.

O Gestor é subsidiária da FAMA Investimentos Ltda., fundada em 1993. Desde sua fundação, a FAMA Investimentos sempre buscou identificar, a partir de critérios exclusivamente fundamentalistas, empresas com enorme potencial de valorização de longo prazo para compor alternativas únicas de investimento, razão pela qual o Gestor atribui grande valor à área de análise.

A FAMA Investimentos sempre comprou negócios (e não simplesmente papéis) com a postura de acionistas investidores, participando, sempre que possível, das assembleias e dos conselhos fiscais das empresas investidas. Assim, muitas das empresas investidas pelos fundos da FAMA Investimentos permanecem em carteira por vários anos, o que lhes permite estreitar ainda mais o relacionamento com estas empresas e ter um profundo conhecimento de seus mercados de atuação.

Em todo seu tempo de existência, a FAMA Investimentos sempre buscou proporcionar aos seus clientes retorno absoluto, com consistência e risco controlado, no médio e longo prazo, independente dos movimentos do mercado acionário. A criação de produtos diferenciados e a obtenção de resultados expressivos levaram ao reconhecimento da FAMA Investimentos como uma das melhores empresas de gestão de recursos do Brasil.

Na gestão do Fundo, o Gestor focará em critérios qualitativos, governança corporativa e política de gestão das empresas na seleção dos ativos da carteira. O Gestor entende que empresas com ótimas perspectivas operacionais, vantagens competitivas, produtos de qualidade e administradores qualificados são capazes de crescer sustentavelmente com rentabilidade superior a seu custo de capital e ter seu valor de mercado multiplicado ao longo dos anos.

Ao identificar uma oportunidade de investimento, o Gestor utilizará múltiplas análises de cenário, sempre com enfoque conservador, para apoiar sua decisão. Faz parte da sua filosofia de investimentos a avaliação de todos os riscos inerentes a um negócio e o Gestor parte do pressuposto de que é melhor deixar de ganhar que perder.

Os sócios fundadores do Gestor são diretores atuantes da empresa e grande parte do capital da sua equipe estará alocada à gestão do Fundo e do Fundo Investido.

Remuneração do Administrador, do Gestor e dos Demais Prestadores de Serviços do Fundo e Demais Despesas do Fundo

Taxas de Administração e Outras Taxas

Pelos serviços de administração, gestão, tesouraria, controle e processamento dos títulos e valores mobiliários integrantes da Carteira, distribuição, escrituração da emissão e resgate de Quotas do Fundo e outros que venham a ser contratados pelo Fundo, com exceção dos serviços de custódia e auditoria das demonstrações financeiras do Fundo, o Administrador, o Gestor e os demais prestadores de serviços do Fundo farão jus ao recebimento de Taxa de Administração de 1,85% (um inteiro e oitenta e cinco centésimos por cento) ao ano, calculada da seguinte forma: (i) durante o Período de Investimento, a Taxa de Administração será

calculada sobre o valor do Patrimônio Inicial corrigido pelo IPCA todo último dia útil de cada ano, e (ii) durante o Período de Desinvestimento, a Taxa de Administração será calculada sobre o valor do investimento do Fundo no Fundo Investido, corrigido pelo IPCA todo último dia útil de cada ano, sendo que a Taxa de Administração contemplará a Remuneração do Administrador e a Remuneração do Gestor.

A Taxa de Administração será provisionada diariamente e será paga pelo Fundo diretamente ao Administrador e aos outros prestadores de serviços do Fundo responsáveis pelas atividades indicadas acima até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente ao dos serviços prestados.

Além da Taxa de Administração, será devida uma Taxa de Performance ao Gestor (i) após a realização de amortização/amortizações de Quota(s) ou (ii) na data de liquidação do Fundo, o que ocorrer primeiro, de acordo com os procedimentos descritos abaixo:

- a. Até que os Quotistas recebam, por meio do pagamento de amortizações parciais e/ou total de suas Quotas, valores que correspondam ao Patrimônio Inicial, corrigido pela variação do IPCA e acrescido de custo de oportunidade correspondente de 8% (oito por cento) ao ano, o Gestor não fará jus a qualquer pagamento de Taxa de Performance; e
- b. Após cumpridos os requisitos descritos no item acima, quaisquer outras distribuições de ganhos e rendimentos do Fundo resultantes de seus investimentos observarão a seguinte proporção: (a) 80% (oitenta por cento) serão entregues aos Quotistas a título de pagamento de amortização de suas Quotas e (b) 20% (vinte por cento) serão entregues ao Gestor a título de pagamento de Taxa de Performance.

O Administrador e o Gestor dividirão a Taxa de Administração de acordo com o disposto no Contrato de Gestão do Fundo.

A Taxa de Administração e a Taxa de Performance não compreendem as taxas do Fundo Investido ou de outros fundos de investimento que venham a integrar a Carteira, os quais poderão estar sujeitos, também, à cobrança de taxas de administração, de performance, de ingresso e de saída.

A Taxa de Administração e a Taxa de Performance poderão ser reduzidas unilateralmente pelo Administrador e pelo Gestor, em comum acordo, nos termos da regulamentação em vigor.

O Fundo não cobrará taxa de ingresso, quando da subscrição e integralização de Quotas, ou taxa de saída, quando do pagamento de amortização ou resgate de Quotas aos Quotistas.

Despesas do Fundo

Além da Taxa de Administração e da Taxa de Performance, constituirão encargos do Fundo as seguintes despesas:

- (i) taxas, impostos ou contribuições federais, estaduais, municipais e autárquicas que recaiam ou venham a recair sobre os bens, direitos e obrigações do Fundo;
- (ii) despesas com o registro de documentos em cartório, impressão, expedição e publicação de relatórios e informações periódicas, previstas no Regulamento e na regulamentação;
- (iii) despesas com correspondência do interesse do Fundo, inclusive comunicações aos Quotistas;
- (iv) honorários e despesas dos auditores encarregados da auditoria anual das demonstrações contábeis do Fundo;
- (v) honorários de advogados, custas e despesas correlatas incorridas em razão de defesa dos interesses do Fundo, em juízo ou fora dele, inclusive o valor da condenação, imputada ao Fundo, se for o caso;
- (vi) emolumentos e comissões pagas por operações do Fundo;
- (vii) parcela de prejuízos eventuais não coberta por apólices de seguro e não decorrentes de culpa ou negligência do

Administrador no exercício de suas funções;

(viii) despesas relacionadas, direta ou indiretamente, ao exercício de direito de voto do Fundo pelo Gestor ou por seus representantes legalmente constituídos, nas Assembléias Gerais do Fundo Investido;

(ix) despesas com custódia e liquidação de operações com títulos e valores mobiliários, ativos financeiros e modalidades operacionais;

(x) despesas com fechamento de câmbio, vinculadas às suas operações ou com certificados ou recibos de valores mobiliários; e

(xi) a contribuição anual devida às bolsas de valores ou às entidades do mercado de balcão organizado em que o Fundo tenha suas quotas registradas e/ou admitidas à negociação.

Quaisquer despesas não previstas como encargos do Fundo correrão por conta do Administrador.

Política de Divulgação de Informações do Fundo

O Administrador deverá divulgar imediatamente a todos os Quotistas e à CVM, qualquer ato ou fato relevante ocorrido ou relacionado ao funcionamento do Fundo ou aos ativos integrantes de sua Carteira que possa influir, de modo ponderável, no valor das Quotas ou na decisão dos investidores de adquirir, alienar ou manter tais Quotas.

A divulgação de informações referida acima será feita imediatamente por meio do Sistema de Envio de Documentos disponível na página da CVM na rede mundial de computadores, sendo a informação divulgada no endereço da CVM naquela rede e mediante o envio de correspondência aos Quotistas.

O Fundo adota a seguinte política de divulgação de informações, as quais serão divulgadas através do Sistema de Envio de Informações da CVM e disponibilizadas na sede do Administrador de forma equânime entre todos os Quotistas:

I – diariamente, no prazo de 2 (dois) dias úteis, informe diário, conforme modelo da CVM,;

II - mensalmente, até 10 (dez) dias após o encerramento do mês a que se referirem, serão disponibilizados: (i) o balancete do Fundo; (ii) o demonstrativo da composição e diversificação da Carteira; e (iii) o perfil mensal;

III – anualmente, no prazo de 90 (noventa) dias, contados a partir do encerramento do exercício a que se referirem, serão disponibilizadas as demonstrações financeiras do Fundo acompanhadas do parecer do auditor independente; e

III – formulário padronizado com as informações básicas do Fundo, denominado “Extrato de Informações sobre o Fundo”, sempre que houver alteração no Regulamento, na data de início de vigência das alterações conforme previsto na regulamentação em vigor.

Caso o Fundo possua posições ou operações em curso que possam vir a ser prejudicadas pela sua divulgação, o demonstrativo da composição da Carteira poderá omitir a identificação e quantidade das mesmas, registrando somente o valor e sua percentagem sobre o total da Carteira. Ocorrendo tal situação, as operações omitidas serão disponibilizadas no prazo máximo previsto na regulamentação aplicável.

O Administrador mantém Serviço de Atendimento ao Cliente (SAC), responsável pelo esclarecimento de dúvidas e pelo recebimento de reclamações, através do Fale Conosco no endereço <http://www.bnymellon.com.br/sf> ou no telefone (21) 3974-4600. A Ouvidoria poderá ser acessada pelo telefone 0800-7253219 ou através do endereço www.bnymellon.com.br/sf, sempre que as respostas as solicitações do cotista ao Serviço de Atendimento a Clientes (SAC) não atenderem às expectativas.

Até a Data de Encerramento para Subscrição da Primeira Emissão, o Administrador deve remeter mensalmente demonstrativo das aplicações da Carteira, através do Sistema de Envio de Documentos disponível na página da CVM na rede mundial de computadores, no prazo máximo de 10 (dez) dias contados do encerramento do mês.

Os resultados do Fundo em exercícios anteriores, assim como outras informações referentes a exercícios anteriores, tais como demonstrações contábeis, relatórios do Administrador e demais documentos obrigatórios, por força de disposições regulamentares, que tenham sido divulgados no passado, podem ser obtidos, por meio de solicitação escrita, encaminhada ao Administrador em suas dependências citadas acima.

Regras de Tributação do Fundo

O disposto neste item foi elaborado com base na legislação brasileira em vigor na data deste Prospecto e tem por objetivo descrever genericamente o tratamento tributário aplicável aos Quotistas e ao Fundo. Existem algumas exceções e tributos adicionais que podem ser aplicados, motivo pelo qual os Quotistas devem consultar seus assessores jurídicos com relação à tributação aplicável nos investimentos realizados no Fundo.

Do Fundo:

I - IR: os rendimentos e ganhos apurados nas operações da Carteira do Fundo são isentos do IR.

II - IOF/Títulos: as aplicações realizadas pelo Fundo estão sujeitas ao IOF/Títulos à alíquota zero, sendo possível sua majoração a qualquer tempo, mediante ato do Poder Executivo, até o percentual de 1,5% ao dia.

III - CPMF: até 31 de dezembro de 2007, as operações realizadas por fundos de investimento, desde que relacionadas em Portaria emitida pelo Ministro da Fazenda, incluindo a movimentação da Carteira do Fundo e o pagamento realizado no resgate das respectivas Quotas, estavam sujeitas à incidência de CPMF à alíquota zero. No entanto, desde 1º de Janeiro de 2008, a CPMF não mais vigora e não deve incidir sobre qualquer transferência de fundos realizada após essa data. O governo Brasileiro, a partir de fevereiro de 2008, pode propor o restabelecimento da CPMF, mediante a apresentação de uma nova Proposta de Emenda Constitucional ao Congresso Nacional. Caso a CPMF seja restabelecida, somente será aplicável após decorrido período de 90 dias contados da promulgação da nova legislação.

Dos Quotistas:

I - IR

Os Quotistas do Fundo estarão sujeitos à seguinte tributação:

O IR aplicável aos Quotistas do Fundo tomará por base 3 eventos financeiros que caracterizam o auferimento de rendimentos ou ganhos e a sua consequente tributação: (i) resgate/liquidação de Quotas do Fundo; (ii) cessão ou alienação de Quotas do Fundo; e (iii) amortização das Quotas do Fundo:

(i) resgate das Quotas do Fundo: na situação de resgate/liquidação de Quotas do Fundo, o rendimento será constituído pela diferença positiva entre o valor de resgate e o custo de aquisição das Quotas do Fundo, sendo tributado pelo IR na fonte conforme a seguir descrito.

A Carteira do Fundo será avaliada como de longo ou de curto prazo, em observância do disposto na legislação pertinente.

Caso a Carteira do Fundo seja classificada como de longo prazo, como tal entendendo-se uma carteira composta por, no mínimo, um percentual médio de 90% (noventa por cento) do seu patrimônio investido em cotas de fundos de investimento de longo

prazo, os Quotistas do Fundo serão tributados segundo as seguintes alíquotas decrescentes (a) 22,5%, em aplicações com prazo de até 180 dias, (b) 20%, em aplicações com prazo de 181 dias até 360 dias, (c) 17,5%, em aplicações com prazo de 361 até 720 dias, e (d) 15%, em aplicações com prazo acima de 720 dias.

Caso a Carteira do Fundo seja classificada como de curto prazo, como tal entendendo-se uma carteira composta por um percentual médio inferior a 90% (noventa por cento) do seu patrimônio investido em cotas de fundos de investimento de longo prazo, segundo as seguintes alíquotas decrescentes (a) 22,5%, em aplicações com prazo de até 180 dias, e (b) 20%, em aplicações com prazo acima de 180 dias; e

(ii) cessão ou alienação das Quotas do Fundo: os ganhos auferidos na cessão ou alienação das Quotas do Fundo devem ser tributados pelo IR à alíquota de 15%. Adicionalmente, para as operações realizadas em bolsa de valores, mercadorias e futuro e assemelhadas, mercado de balcão organizado ou mercado de balcão não organizado com intermediação, há a incidência do IR na fonte, à alíquota de 0,005% (no caso das operações realizadas no mercado à vista, a incidência ocorre sobre o valor da alienação); e

(iii) amortização das Quotas do Fundo: no caso de amortização de Quotas do Fundo, o IR deverá incidir na fonte sobre o valor que exceder o respectivo custo de aquisição, em relação à parcela amortizada, à alíquota aplicável com base no prazo médio dos títulos componentes da Carteira do Fundo, às alíquotas regressivas descritas quanto à hipótese de resgate/liquidação das Quotas do Fundo, definidas em função do prazo do investimento do respectivo Quotista do Fundo.

Não há garantia de que ao Fundo será aplicável o tratamento tributário para fundos de longo prazo.

II - IOF/Títulos: o IOF/Títulos é cobrado à alíquota de 1% ao dia sobre o valor do resgate, inclusive amortização, liquidação, cessão ou repactuação das Quotas do Fundo, limitado a um percentual do rendimento da operação, em função do prazo, conforme a tabela regressiva anexa ao Decreto nº. 6.306, de 14 de dezembro de 2007, sendo tal limite igual a 0% do rendimento para operações com prazo igual ou superior a 30 dias. Outras operações não abrangidas anteriormente, realizadas com Quotas do Fundo, estão sujeitas, atualmente, à alíquota de 0% do IOF/Títulos. Em qualquer caso, a alíquota do IOF/Títulos pode ser majorada a qualquer tempo, por ato do Poder Executivo, até o percentual de 1,5% ao dia.

III – CPMF: até 31 de dezembro de 2007, em regra, as transações realizadas no Brasil que resultassem na transferência de fundos de uma conta mantida por uma instituição financeira brasileira estavam sujeitas à incidência da CPMF, à alíquota de 0,38%. No entanto, desde 1º de Janeiro de 2008, a CPMF não mais vigora e não deve incidir sobre qualquer transferência de fundos realizada após essa data. Caso o governo brasileiro decida reintroduzir a cobrança da CPMF, apenas operações ocorridas após aprovada legislação correlata e expirado prazo legal para sua aplicação serão oneradas por essa contribuição.

4. INFORMAÇÕES SOBRE O FUNDO INVESTIDO

INFORMAÇÕES RELATIVAS AO FUNDO INVESTIDO

O Fundo Investido é um fundo de investimento em participações regulado pela Instrução CVM n.º 391/03, administrado pela Credit Suisse Hedging-Griffo Corretora de Valores S.A. e gerido pela FAMA Private Equity Administração de Carteira de Valores Mobiliários Ltda.

Público Alvo do Fundo Investido

As Quotas do Fundo Investido serão colocadas perante os seguintes investidores qualificados, que se enquadrem no conceito descrito no Artigo 109 da Instrução CVM n.º 409/04:

- (i) dentre investidores residentes no Brasil, somente os FIQs poderão adquirir as Quotas do Fundo Investido, ou seja, pessoas físicas e/ou jurídicas e/ou investidores institucionais, residentes no Brasil, interessados em adquirir Quotas do Fundo Investido no âmbito da Primeira Emissão do Fundo Investido deverão, necessariamente, adquirir as Quotas do Fundo Investido, por meio de investimento nos FIQs; e
- (ii) dentre investidores não residentes no Brasil, quaisquer investidores qualificados poderão adquirir as Quotas do Fundo Investido, por meio dos mecanismos de investimento regulados pela Resolução CMN n.º 2689/00.

Prazo de Duração do Fundo Investido

O Fundo Investido terá prazo de duração de 7 (sete) anos contados da Data de Encerramento para Subscrição da Primeira Emissão do Fundo Investido, podendo ser prorrogado por um período adicional de 2 (dois) anos, mediante proposta do Comitê de Investimento e deliberação da Assembleia Geral do Fundo Investido, observado o quorum de deliberação estabelecido na Cláusula 5.6. do Regulamento do Fundo Investido.

Objetivo e Política de Investimento do Fundo Investido

O objetivo do Fundo Investido é obter rendimentos para os Quotistas do Fundo Investido, por meio de investimentos em Valores Mobiliários.

Na avaliação de potenciais investimentos em Valores Mobiliários, o Fundo Investido levará em consideração, inclusive, mas não se limitando, aquelas companhias com alto potencial de crescimento, vantagens competitivas e sustentáveis, administração profissional, comprometimento com as melhores práticas de governança corporativa e responsabilidade sócio-ambiental, incluindo, mas não se limitando, companhias que se encontrem em “situações especiais”, tais como reestruturações, sucessões, processos de abertura de capital e aquisição de controle pela respectiva administração, entre outras.

Sem prejuízo do disposto acima, o Fundo Investido somente poderá realizar investimentos em companhias cujas operações não se encontrem, a critério do Gestor do Fundo Investido, em estágio pré-operacional e/ou inicial de atividades, e que observem as seguintes regras e mantenham as seguintes práticas:

- (i) o estatuto social da companhia deverá conter disposições que proíbam a emissão de partes beneficiárias, sendo que, à época da realização de investimentos pelo Fundo Investido, não poderão existir quaisquer partes beneficiárias de emissão da companhia em circulação;
- (ii) os membros do conselho de administração da companhia deverão ter mandato unificado de 1 (um) ano;

- (iii) a companhia deverá manter sempre disponíveis informações sobre contratos com Partes Interessadas e/ou Partes Relacionadas, acordos de acionistas, programas de opção de compra de ações e outros Valores Mobiliários de sua emissão, se houver;
- (iv) a companhia deverá aderir à câmara de arbitragem para resolução de conflitos societários;
- (v) na hipótese de abertura de capital, mediante registro de companhia aberta na CVM, a companhia deverá ter obrigação no sentido de aderir a segmento especial de bolsa de valores ou de entidade mantenedora de mercado de balcão organizado que assegure, no mínimo, níveis diferenciados de práticas de governança corporativa de que tratam os incisos (i) a (iv) acima;
- (vi) as demonstrações financeiras da companhia deverão ser auditadas anualmente por auditores independentes registrados na CVM; e
- (vii) a companhia não poderá desenvolver atividades de industrialização e/ou comercialização (a) de armas de qualquer porte e para qualquer finalidade; (b) de tabaco e seus derivados; (c) que impliquem em impacto sócio-ambiental negativo; e/ou (d) que utilizem trabalho infantil.

Sem prejuízo do disposto neste item, o investimento do Fundo Investido em Valores Mobiliários deverá propiciar a participação do Fundo Investido na administração das Companhias Investidas, com efetiva influência do Fundo Investido na definição de suas políticas estratégicas e na sua gestão. A participação do Fundo Investido no processo decisório de cada Companhia Investida poderá ocorrer por uma das seguintes formas: (i) detenção de ações que integrem o bloco de controle da Companhia Investida, (ii) celebração de acordo de acionistas ou acordos de investimento, ou, ainda, (iii) celebração de contratos de natureza diversa ou adoção de procedimento que assegure ao Fundo Investido efetiva influência na definição da política estratégica e na gestão de cada Companhia Investida.

Os investimentos do Fundo Investido nos Valores Mobiliários serão realizados, como regra geral e exceto se de outra forma previsto no Regulamento do Fundo Investido, durante o Período de Investimento, mediante estrita observância dos termos e condições estabelecidos no Regulamento do Fundo Investido, podendo ser realizados por meio de negociações privadas e/ou negociações realizadas em bolsa de valores ou mercado de balcão. Os investimentos do Fundo Investido nos Outros Ativos serão realizados durante o funcionamento do Fundo Investido por meio de negociações realizadas em bolsa de valores ou mercado de balcão organizado ou sistema de registro autorizado a funcionar pelo Banco Central do Brasil e/ou pela CVM.

A Carteira do Fundo Investido será composta por:

- (i) preponderantemente, Valores Mobiliários de emissão das Companhias Investidas, sendo que, no mínimo, 67% (sessenta e sete por cento) do patrimônio líquido do Fundo Investido deverá ser alocado em ações de emissão de companhias registradas ou não como companhia aberta; e
- (ii) Outros Ativos.

Não obstante os cuidados a serem empregados pelo Administrador do Fundo Investido, pelo Gestor do Fundo Investido e pelo Comitê de Investimento na implantação da política de investimento descrita no Regulamento do Fundo Investido, os investimentos do Fundo Investido, por sua própria natureza, estarão sempre sujeitos a variações de mercado, a riscos inerentes aos emitentes dos Valores Mobiliários e a riscos de crédito, não podendo o Administrador do Fundo Investido, o Gestor do Fundo Investido e o Comitê de Investimento, em hipótese alguma, ser responsabilizados por qualquer depreciação dos ativos da Carteira do Fundo Investido ou por eventuais prejuízos impostos aos Quotistas do Fundo Investido, salvo nos casos previstos no Regulamento do Fundo Investido.

O Fundo não poderá alocar recursos cujo montante corresponda a percentual superior a 30% (trinta por cento) do Capital Comprometido, atualizado pelo IPCA, em uma única Companhia Investida.

O limite de concentração de que trata o item acima aplica-se às Companhias Investidas e respectivas Partes Relacionadas.

Além das Companhias Investidas, o Fundo Investido poderá realizar investimentos em Outros Ativos de emissão de um único emissor, sendo que, além do disposto na Seção VI do Regulamento do Fundo Investido, não existirão quaisquer outros critérios de concentração e/ou diversificação para os Valores Mobiliários e para os Outros Ativos que poderão compor a Carteira do Fundo Investido. O disposto neste item implicará em risco de concentração dos investimentos do Fundo Investido em poucos emissores e em risco de pouca liquidez para o Fundo Investido, o que poderá, eventualmente, acarretar em perdas patrimoniais ao Fundo Investido e aos Quotistas do Fundo Investido, tendo em vista, principalmente, que os resultados do Fundo Investido poderão depender integralmente dos resultados atingidos por poucas Companhias Investidas cujos Valores Mobiliários venham a integrar a Carteira do Fundo Investido. Sem prejuízo do objetivo principal do Fundo Investido em realizar investimentos em Valores Mobiliários, na formação, manutenção e desinvestimento da Carteira do Fundo Investido serão observados os seguintes procedimentos:

- (i) sem prejuízo do disposto no inciso (iv) abaixo, os recursos que venham a ser aportados no Fundo Investido, mediante a integralização de Quotas do Fundo Investido no âmbito de cada Chamada de Capital, (a) deverão ser utilizados para a aquisição de Valores Mobiliários dentro do prazo máximo de 45 (quarenta e cinco) dias contados da data em que seja realizada a primeira integralização de Quotas do Fundo Investido no âmbito de cada Chamada de Capital ou (b) poderão ser utilizados para pagamento de despesas e encargos do Fundo Investido;
- (ii) até que os investimentos do Fundo Investido nos Valores Mobiliários sejam realizados, quaisquer valores que venham a ser aportados no Fundo Investido, em decorrência da integralização de Quotas do Fundo Investido, serão aplicados em Outros Ativos e/ou mantidos em caixa, em moeda corrente nacional, a critério do Gestor do Fundo Investido, no melhor interesse do Fundo Investido e dos Quotistas do Fundo Investido;
- (iii) durante os períodos que compreendam o recebimento, pelo Fundo Investido, de rendimentos e outras remunerações referentes aos investimentos do Fundo Investido nos Valores Mobiliários e Outros Ativos e a data de distribuição de tais rendimentos e outras remunerações aos Quotistas do Fundo Investido, a título de pagamento de amortização de Quotas do Fundo Investido, tais recursos deverão ser mantidos aplicados em Outros Ativos e/ou mantidos em caixa, em moeda corrente nacional, a critério do Gestor do Fundo Investido, no melhor interesse do Fundo Investido e dos Quotistas do Fundo Investido; e
- (iv) o Gestor do Fundo Investido poderá manter parcela correspondente a até 33% (trinta e três por cento) do patrimônio do Fundo Investido aplicado exclusivamente em Outros Ativos, desde que tais recursos estejam diretamente vinculados a pagamentos de despesas e outros encargos programados do Fundo Investido, nos termos da regulamentação e do Regulamento do Fundo Investido.

Caso investimentos do Fundo Investido em Valores Mobiliários não sejam realizados dentro do prazo previsto no inciso (i) acima, o Administrador do Fundo Investido deverá convocar imediatamente a Assembléia Geral do Fundo Investido para deliberar sobre (i) a prorrogação do prazo referido no inciso (i) acima ou (ii) a restituição aos Quotistas do Fundo Investido dos valores já aportados no Fundo Investido e que sejam referentes aos investimentos em Valores Mobiliários originalmente programados pelo Administrador do Fundo Investido e não concretizados por qualquer razão.

Os dividendos, juros sobre capital próprio, bonificações e quaisquer outras remunerações que venham a ser distribuídas em benefício do Fundo Investido, por conta de seus investimentos nos Valores Mobiliários e/ou em Outros Ativos, serão incorporados ao patrimônio do Fundo Investido e serão considerados para fins de pagamento de parcelas de amortização e/ou resgate aos Quotistas do Fundo Investido e/ou da Taxa de Administração do Fundo Investido e/ou, ainda, para pagamento de encargos do Fundo Investido.

O Fundo Investido somente poderá operar no mercado de derivativos para fins de proteção patrimonial.

Salvo aprovação de Quotistas do Fundo Investido reunidos em Assembléia Geral do Fundo Investido, será vedado ao Fundo Investido adquirir Valores Mobiliários de emissão de Companhias Alvo e/ou de Companhias Investidas nas quais participem:

- (i) o Administrador do Fundo Investido, o Gestor do Fundo Investido, membros dos comitês ou conselhos criados pelo Fundo Investido e/ou Quotistas do Fundo Investido titulares de Quotas do Fundo Investido representativas de 5% (cinco por cento) do total das Quotas do Fundo Investido, seus sócios e respectivos cônjuges, individualmente ou em conjunto, com percentual superior a 10% (dez por cento) do capital social votante ou total;
- (ii) com qualquer percentual do capital social da Companhia Alvo e/ou da Companhia Investida, quaisquer das pessoas mencionadas no inciso (i) anterior que:
 - a. estejam envolvidas, direta ou indiretamente, na estruturação financeira da operação de emissão de Valores Mobiliários a serem adquiridos pelo Fundo Investido, inclusive na condição de agente de colocação, coordenação ou garantidor da emissão, antes da realização do primeiro investimento do Fundo Investido na respectiva companhia; ou
 - b. façam parte de conselhos de administração, consultivo ou fiscal da companhia emissora dos Valores Mobiliários a serem subscritos pelo Fundo Investido, antes da realização do primeiro investimento do Fundo Investido na respectiva companhia.

O Fundo Investido poderá contrair Empréstimos, mediante decisão exclusiva do Comitê de Investimento. Sem prejuízo da autorização acima, os Empréstimos não poderão representar valor superior a 30% (trinta por cento) do valor total dos ativos da Carteira do Fundo Investido.

O Administrador e/ou o Gestor do Fundo Investido, a seu exclusivo critério, poderão realizar investimentos em uma ou mais Companhias Alvo e/ou Companhias Investidas juntamente com o Fundo Investido, bem como oferecer (i) aos Quotistas do Fundo Investido e/ou respectivas Partes Relacionadas, (ii) às suas Partes Relacionadas, e/ou, ainda, (iii) a quaisquer terceiros interessados, a oportunidade de realizar investimentos juntamente com o Fundo Investido em uma ou mais Companhias Alvo e/ou Companhias Investidas. O Administrador e/ou o Gestor do Fundo Investido terão o direito de cobrar de cada co-investidor uma comissão de transação sobre o valor do Co-Investimento realizado pelo co-investidor nos termos deste item, exceto se o co-investidor for Quotista do Fundo Investido já ingresso no Fundo Investido.

Os procedimentos e prazos para aceitação e demais condições das ofertas de Co-Investimento a serem realizadas serão estabelecidas detalhadamente pelo Gestor do Fundo Investido, a seu exclusivo critério, quando da apresentação de cada investimento nas Companhias Investidas ao Comitê de Investimento.

Eventuais Co-Investimentos realizados por qualquer Quotista do Fundo Investido não serão considerados como integralização de Quotas do Fundo Investido subscritas pelo referido Quotista do Fundo Investido no Fundo Investido e não afetarão, de nenhuma maneira, a obrigação de integralizar Quotas do Fundo Investido subscritas pelo referido Quotista do Fundo Investido.

Do Período de Investimentos para a Formação da Carteira do Fundo Investido

O Fundo Investido terá um Período de Investimento, que se iniciará no primeiro dia útil seguinte à publicação do anúncio de encerramento da distribuição pública da Primeira Emissão do Fundo Investido e se estenderá por até 3 (três) anos ou até a data em que o Comitê de Investimento entender não ser mais necessária a realização de qualquer investimento pelo Fundo Investido. A liquidação dos ativos integrantes da Carteira do Fundo Investido será realizada durante o Período de Desinvestimento, mas, caso o Comitê de Investimento entenda ser no melhor interesse do Fundo Investido, o Fundo Investido poderá proceder à venda de parte ou da totalidade dos Valores Mobiliários antes do término do Período de Investimento, mediante notificação por escrito do fato aos Quotistas do Fundo Investido, a qual conterá as justificativas para as ações tomadas pelo Gestor do Fundo Investido e pelo Comitê

de Investimento no exercício de suas atribuições para com o Fundo Investido.

Os recursos eventualmente obtidos mediante a venda de parte ou da totalidade dos Valores Mobiliários antes do término do Período de Investimento poderão ser distribuídos aos Quotistas do Fundo Investido, por meio da amortização de Quotas, e/ou reinvestidos na aquisição de Valores Mobiliários de Companhias Alvo e/ou Companhias Investidas, nos termos do Regulamento do Fundo Investido, de acordo com orientação do Comitê de Investimento.

O Comitê de Investimento poderá, a seu único e exclusivo critério, antecipar o término do Período de Investimento, conforme disposto na Cláusula 4.3.3., inciso (iii), do Regulamento do Fundo Investido, ao passo que a prorrogação do término do Período de Investimento dependerá de proposta apresentada pelo Comitê de Investimento e que tenha sido aprovada pela Assembleia Geral do Fundo Investido, nos termos da Cláusula 5.1., inciso (xiii), do Regulamento do Fundo Investido.

Os recursos utilizados pelo Fundo Investido para a realização de investimentos em Valores Mobiliários e Outros Ativos serão aportados pelos Quotistas do Fundo Investido, mediante subscrição e integralização das Quotas do Fundo Investido.

Investimentos em Valores Mobiliários poderão ser realizados excepcionalmente fora do Período de Investimento, mediante decisão do Comitê de Investimento, sempre objetivando os melhores interesses do Fundo Investido, nos casos: (i) de investimentos relativos a obrigações assumidas pelo Fundo Investido e aprovadas antes do término do Período de Investimento e ainda não concluídos definitivamente; ou (ii) de novos investimentos nas Companhias Investidas ou em suas subsidiárias.

Do Período de Liquidação dos Investimentos do Fundo Investido

A partir do 1º (primeiro) dia útil seguinte ao término do Período de Investimento, o Gestor do Fundo Investido não realizará novos investimentos do Fundo Investido em Valores Mobiliários, ressalvado o disposto na Cláusula 8.1.4. do Regulamento do Fundo Investido, e envidará seus melhores esforços no processo de desinvestimento total do Fundo Investido, de acordo com estudos, análises e estratégias de desinvestimento elaborados pelo Comitê de Investimento e que, conforme a conveniência e oportunidade, e sempre no melhor interesse do Fundo Investido, propiciem aos Quotistas do Fundo Investido o melhor retorno possível, devendo tal processo ser concluído até a data de liquidação do Fundo Investido e de acordo com os termos e condições do Regulamento do Fundo Investido.

Durante o Período de Desinvestimento não será aplicado o disposto na Cláusula 6.2.2. do Regulamento do Fundo Investido no que diz respeito ao limite de concentração de investimentos por Companhia Investida.

Dos Procedimentos de Liquidação dos Investimentos do Fundo Investido

A liquidação programada dos investimentos do Fundo Investido será realizada de acordo com um dos procedimentos descritos a seguir, a critério do Comitê de Investimento, sempre levando em consideração a opção que possa gerar, na opinião do Comitê de Investimento, maior resultado para os Quotistas do Fundo Investido:

- (i) venda dos Valores Mobiliários e dos Outros Ativos em bolsa de valores ou mercado de balcão organizado ou, ainda, por meio de transações privadas; ou
- (ii) na impossibilidade dos eventos descritos acima, entrega aos Quotistas dos Valores Mobiliários e/ou dos Outros Ativos aos Quotistas, mediante observância do disposto na Cláusula 13.7.5 do Regulamento do Fundo Investido.

Em qualquer caso, a liquidação de investimentos do Fundo Investido será realizada com observância às normas operacionais

estabelecidas pela CVM que são aplicáveis ao Fundo Investido.

Após o pagamento do resgate total das Quotas do Fundo Investido, o Administrador do Fundo Investido promoverá o encerramento do Fundo Investido, informando tal fato à CVM, no prazo estabelecido na regulamentação e lhe encaminhando a documentação exigida, assim como praticará todos os atos necessários ao encerramento das atividades do Fundo Investido perante quaisquer autoridades.

O Fundo Investido poderá ser liquidado, antes de seu prazo de duração, na ocorrência das seguintes situações:

- (i) caso todos os Valores Mobiliários tenham sido alienados antes do prazo de encerramento do Fundo Investido; e/ou
- (ii) mediante deliberação da Assembléia Geral do Fundo Investido, observado o quorum de deliberação de que trata a Cláusula 5.6. do Regulamento do Fundo Investido.

Regras de Movimentação do Fundo Investido

Valores Mínimos para Movimentação

- Aplicação Inicial: R\$ 100.000,00 (cem mil reais)
- Movimentações Subseqüentes: Não há
- Permanência: Não há

Não há valores máximos para investimentos no Fundo.

Das Características, Direitos, Emissão, Subscrição, Integralização e Amortização das Quotas do Fundo Investido

Características das Quotas do Fundo Investido e seus Direitos Patrimoniais

As Quotas do Fundo Investido correspondem a frações ideais de seu patrimônio e são de uma única classe.

Todas as Quotas do Fundo Investido terão forma nominativa, serão escriturais, mantidas em conta de depósito em nome de seus titulares, mantida pelo Administrador do Fundo Investido.

Todas as Quotas do Fundo Investido farão jus a pagamentos de amortização em iguais condições, observado o disposto no Regulamento do Fundo Investido.

Valor das Quotas do Fundo Investido

As Quotas do Fundo Investido terão seu valor calculado mensalmente e tal valor corresponderá à divisão do patrimônio líquido do Fundo Investido pelo número de Quotas do Fundo Investido emitidas e em circulação, na data de apuração do valor das Quotas do Fundo Investido.

Direitos de Voto das Quotas do Fundo Investido

Todas as Quotas do Fundo Investido terão direito de voto nas Assembléias Gerais do Fundo Investido, correspondendo cada Quota do Fundo Investido a um voto.

Emissão e Subscrição de Quotas do Fundo Investido

Cada emissão de Quotas do Fundo Investido será objeto de registro de distribuição pública na CVM, nos termos da regulamentação aplicável.

As Quotas do Fundo Investido representativas do Patrimônio Inicial do Fundo Investido serão subscritas pelos Quotistas do Fundo Investido até a Data de Encerramento para Subscrição da Primeira Emissão do Fundo Investido e serão integralizadas em moeda corrente nacional, de acordo com as Chamadas de Capital que venham a ser apresentadas aos Quotistas do Fundo Investido, nos termos da Cláusula 13.5.2. do Regulamento do Fundo Investido.

No ato de subscrição das Quotas, do Fundo Investido o subscritor (i) assinará o boletim individual de subscrição, que será autenticado pelo Administrador do Fundo Investido, (ii) se comprometerá, de forma irrevogável e irretratável, a integralizar as suas Quotas do Fundo Investido subscritas, nos termos do Compromisso de Investimento, o qual, uma vez assinado, passará a fazer parte integrante do Regulamento do Fundo Investido e (iii) receberá exemplar atualizado do Regulamento do Fundo Investido e do Prospecto do Fundo Investido, quando deverá declarar, por meio da assinatura de termo de adesão ao Regulamento do Fundo Investido e ciência de risco, que está ciente das disposições contidas no Compromisso de Investimento, no Regulamento do Fundo Investido e no Prospecto do Fundo Investido, nos termos da regulamentação aplicável.

Integralização das Quotas do Fundo Investido

As Quotas do Fundo Investido representativas do Patrimônio Inicial do Fundo Investido serão integralizadas pelo Preço de Integralização. O Preço de Integralização será pago pelos Quotistas do Fundo Investido conforme solicitação que venha a ser realizada pelo Administrador do Fundo Investido, de acordo com orientação do Comitê de Investimento, de acordo com os procedimentos descritos abaixo.

Na medida em que o Administrador do Fundo Investido, de acordo com orientação do Comitê de Investimento, (i) identifique necessidades de investimento em Valores Mobiliários, ou (ii) identifique necessidades de recebimento pelo Fundo Investido de aportes adicionais de recursos para pagamento de despesas e encargos, o Administrador do Fundo Investido realizará Chamadas de Capital. Ao receberem a Chamada de Capital, os Quotistas do Fundo Investido serão obrigados a integralizar parte ou a totalidade de suas Quotas do Fundo Investido, conforme solicitado pelo Administrador do Fundo Investido, de acordo com orientação e diretrizes estabelecidas pelo Comitê de Investimento e nos termos dos respectivos Compromissos de Investimento.

O pagamento do Preço de Integralização deverá ser realizado em moeda corrente nacional, por meio de ordem de pagamento, débito em conta corrente, documento de ordem de crédito, ou outro mecanismo de transferência de recursos autorizado pelo Banco Central do Brasil.

O procedimento disposto acima será repetido para cada Chamada de Capital do Fundo Investido, até que 100% (cem por cento) das Quotas do Fundo Investido subscritas pelos Quotistas do Fundo Investido tenham sido integralizadas.

Os Quotistas do Fundo Investido, ao subscreverem Quotas do Fundo Investido e assinarem os Compromissos de Investimento, comprometer-se-ão a cumprir com o disposto nos itens acima e com os respectivos Compromissos de Investimento, responsabilizando-se por quaisquer perdas e danos que venham a causar ao Fundo Investido na hipótese de não cumprimento de suas obrigações nos termos dos itens acima e dos respectivos Compromissos de Investimento, estando também sujeitos ao disposto na Cláusula 13.6. do Regulamento do Fundo Investido.

Inadimplência dos Quotistas do Fundo Investido

O Quotista Inadimplente será responsável por quaisquer perdas e danos que venha a causar ao Fundo Investido, nos termos da Cláusula 13.5.5. do Regulamento do Fundo Investido e o Quotista Inadimplente terá seus direitos políticos e patrimoniais suspensos (voto em Assembléias Gerais do Fundo Investido, pagamento de amortização em igualdade de condições com os demais Quotistas do Fundo Investido, assim como direito de preferência para a aquisição de Quotas do Fundo Investido em negociações realizadas no mercado secundário) até que as suas obrigações tenham sido cumpridas, ou até a data de liquidação do Fundo Investido, o que ocorrer primeiro. Caso o Quotista Inadimplente venha a cumprir com suas obrigações após a suspensão de seus direitos, conforme indicado acima, tal Quotista Inadimplente passará a ser novamente elegível ao recebimento de ganhos e rendimentos do Fundo Investido, a título de amortização de suas Quotas do Fundo Investido, aos seus direitos políticos e seu direito de preferência para a aquisição de Quotas em negociações realizadas no mercado secundário, conforme previsto no Regulamento do Fundo Investido.

Se o Fundo Investido realizar amortização ou resgate de Quotas do Fundo Investido aos Quotistas do Fundo Investido em período em que um Quotista do Fundo Investido seja considerado como Quotista Inadimplente, os valores referentes à amortização ou ao resgate devidos ao Quotista Inadimplente serão utilizados para o pagamento dos débitos do Quotista Inadimplente perante o Fundo Investido. Eventuais saldos existentes, após a dedução de que trata esta cláusula, serão entregues ao Quotista Inadimplente, a título de amortização ou resgate de suas Quotas do Fundo Investido.

Procedimentos referentes à Amortização de Quotas do Fundo Investido

As Quotas do Fundo Investido serão amortizadas de acordo com planos de desinvestimento e cronogramas de amortização elaborados pelo Comitê de Investimento para cada Companhia Investida. Os cronogramas de amortização de Quotas do Fundo Investido serão disponibilizados pelo Administrador do Fundo Investido aos Quotistas do Fundo Investido com antecedência prévia de, no mínimo, 5 (cinco) dias úteis. Inicialmente, o Fundo Investido não pretende realizar amortizações de Quotas do Fundo Investido antes do término do Período de Investimento, mas amortizações antecipadas poderão ocorrer se o Comitê de Investimento entender tal decisão ser no melhor interesse dos Quotistas do Fundo Investido, observado o disposto no Regulamento do Fundo Investido.

Para fins de amortização de Quotas do Fundo Investido, será considerado o valor da Quota do Fundo Investido no dia útil imediatamente anterior ao do pagamento da respectiva parcela de amortização. O valor da Quota do Fundo Investido para fins de pagamento de amortização corresponderá ao valor do patrimônio do Fundo Investido dividido pelo número de Quotas do Fundo Investido emitidas em circulação na data útil imediatamente anterior ao do pagamento da amortização.

Quando a data estipulada para qualquer pagamento de amortização aos Quotistas do Fundo Investido cair em dia que seja feriado nacional, tal pagamento será efetuado no primeiro dia útil seguinte, pelo valor da Quota do Fundo Investido em vigor no dia útil imediatamente anterior à data do pagamento.

Os pagamentos de amortização das Quotas do Fundo Investido serão realizados em moeda corrente nacional, por meio de ordem de pagamento, crédito em conta corrente, documento de ordem de crédito, ou outro mecanismo de transferência de recursos autorizado pelo Banco Central do Brasil.

Ao final do prazo de duração do Fundo Investido e/ou quando da liquidação antecipada do Fundo Investido, todas as Quotas do Fundo Investido deverão ter seu valor amortizado integralmente em moeda corrente nacional. Não havendo recursos em moeda corrente nacional suficientes para realizar o pagamento da amortização total das Quotas do Fundo Investido em circulação à época da liquidação do Fundo Investido, deverá ser adotado o seguinte procedimento:

- (i) o Administrador do Fundo Investido convocará uma Assembléia Geral do Fundo Investido, a qual deverá (a) decidir se pretende prorrogar o período de duração do Fundo Investido, para que o Gestor do Fundo Investido tenha

período adicional para liquidar os Valores Mobiliários e os Outros Ativos integrantes da Carteira do Fundo Investido e, num segundo momento, liquidar o Fundo Investido mediante a amortização de Quotas em moeda corrente nacional, ou (b) deliberar sobre procedimentos de dação em pagamento dos Valores Mobiliários e Outros Ativos do Fundo Investido para fins de amortização total das Quotas do Fundo Investido ainda em circulação;

- (ii) na hipótese da Assembléia Geral do Fundo Investido referida acima deliberar não prorrogar o prazo de duração do Fundo Investido e não chegar a acordo comum referente aos procedimentos de dação em pagamento dos Valores Mobiliários e Outros Ativos, tais Valores Mobiliários e Outros Ativos serão dados em pagamento aos Quotistas do Fundo Investido, mediante a constituição de um condomínio, cuja fração ideal de cada Quotista do Fundo Investido será calculada de acordo com a proporção de Quotas do Fundo Investido detida por cada Quotista do Fundo Investido sobre o valor total das Quotas em circulação à época, sendo que, após a constituição do referido condomínio, o Administrador do Fundo Investido e o Gestor do Fundo Investido estarão desobrigados em relação às responsabilidades estabelecidas no Regulamento do Fundo Investido, ficando autorizado o Administrador do Fundo Investido a liquidar o Fundo Investido perante as autoridades competentes;
- (iii) na hipótese descrita no inciso acima, o Administrador do Fundo Investido deverá notificar os Quotistas do Fundo Investido, para que os mesmos elejam um administrador para o referido condomínio de Valores Mobiliários e Outros Ativos, na forma do Artigo 1.323 da Lei n.º 10.406, de 10 de janeiro de 2.002, conforme alterada, informando a proporção de Valores Mobiliários e Outros Ativos a que cada Quotista do Fundo Investido fará jus, sem que isso represente qualquer responsabilidade do Administrador do Fundo Investido e/ou do Gestor do Fundo Investido perante os Quotistas do Fundo Investido após a constituição do condomínio de que trata o inciso acima; e
- (iv) caso os Quotistas do Fundo Investido não procedam à eleição do administrador do condomínio referido acima, essa função será exercida pelo Quotista do Fundo Investido (que não seja um Quotista Inadimplente) que detenha a maior quantidade de Quotas do Fundo Investido em circulação.

Resgate das Quotas do Fundo Investido

Salvo no caso do resgate compulsório de que trata a Cláusula 13.9.3. do Regulamento do Fundo Investido, as Quotas do Fundo Investido somente serão resgatadas na data de liquidação do Fundo Investido.

Negociação das Quotas do Fundo Investido

As Quotas do Fundo Investido serão registradas para negociação no SFF. Sem prejuízo do disposto acima, o Administrador do Fundo Investido poderá, mediante autorização do Comitê de Investimento, registrar as Quotas do Fundo Investido para negociação no Mercado de Balcão Organizado de Renda Variável.

Caberá ao intermediário, no caso de operações de aquisição de Quotas do Fundo Investido nesses mercados, assegurar a condição de investidor qualificado do adquirente de Quotas do Fundo Investido.

Todo Quotista do Fundo Investido que ingressar no Fundo Investido, por meio de operação de compra e venda de Quotas do Fundo Investido, deverá cumprir com todos os requisitos descritos no Regulamento do Fundo Investido, sob pena de nulidade da operação de compra e venda de Quotas do Fundo Investido em questão ou sob pena de resgate compulsório de suas Quotas do Fundo Investido, a critério exclusivo do Administrador do Fundo Investido.

Os Quotistas do Fundo Investido, ao ingressarem no Fundo Investido, outorgar-se-ão reciprocamente o direito de preferência para a compra ou venda de Quotas do Fundo Investido de sua propriedade, em igualdade de condições e proporcionalmente à participação de cada um dos Quotistas na composição do patrimônio líquido do Fundo Investido, no caso de qualquer Quotista do Fundo Investido pretender, de qualquer forma e sob qualquer hipótese, alienar tais Quotas do Fundo Investido a terceiros ou a outros Quotistas do Fundo Investido, quando os procedimentos descritos nos Compromissos de Investimento deverão ser

observados.

Caso um Quotista do Fundo Investido venha a alienar suas Quotas do Fundo Investido a terceiros e/ou a outros Quotistas do Fundo Investido sem observância do disposto no Regulamento do Fundo Investido e sem comprovação, pelo Administrador do Fundo Investido, de que o novo Quotista do Fundo Investido qualifica-se para ser investidor do Fundo Investido, e sem autorização expressa do Administrador do Fundo Investido, tal operação será nula e não surtirá quaisquer efeitos.

Política de Distribuição de Resultados do Fundo Investido

A distribuição de ganhos e rendimentos do Fundo Investido será feita exclusivamente mediante a amortização parcial ou total de Quotas do Fundo Investido, observado o disposto abaixo e na Seção XVI do Regulamento do Fundo Investido.

O Administrador do Fundo Investido promoverá amortizações parciais ou total das Quotas do Fundo Investido, a qualquer momento durante o prazo de duração do Fundo Investido, de acordo com orientação nesse sentido do Comitê de Investimento, na medida em que o valor de ganhos e rendimentos do Fundo Investido, em função de seus investimentos e/ou desinvestimentos nos Valores Mobiliários e Outros Ativos, sejam suficientes para o pagamento do valor de todas as exigibilidades e provisões do Fundo Investido.

Quaisquer distribuições a título de amortização de Quotas do Fundo Investido deverão abranger todas as Quotas do Fundo Investido, em benefício de todos os Quotistas do Fundo Investido, ressalvada a hipótese prevista na Cláusula 13.6.1 do Regulamento do Fundo Investido.

Da Assembléia Geral de Quotistas do Fundo Investido e suas Responsabilidades e Atribuições

Observado o disposto nos itens abaixo, competirá exclusivamente à Assembléia Geral do Fundo Investido deliberar sobre as matérias indicadas abaixo, além de outras matérias que a ela venham a ser atribuídas por força do Regulamento do Fundo Investido e/ou das atividades e operações do Fundo Investido:

- (i) tomar, anualmente, as contas relativas ao Fundo Investido e deliberar, até 30 de junho de cada ano, sobre as demonstrações contábeis apresentadas pelo Administrador do Fundo Investido;
- (ii) alterar o Regulamento do Fundo Investido;
- (iii) deliberar sobre a destituição ou substituição do Administrador do Fundo Investido e/ou do Gestor do Fundo Investido e escolha de seus substitutos;
- (iv) deliberar sobre a fusão, incorporação, cisão ou eventual liquidação do Fundo Investido;
- (v) deliberar sobre o aumento na Taxa de Administração do Fundo Investido;
- (vi) deliberar sobre a prorrogação do prazo de duração do Fundo Investido;
- (vii) deliberar sobre alterações nos quoruns de instalação e deliberação da Assembléia Geral do Fundo Investido;
- (viii) deliberar, quando for o caso, sobre requerimento de informações sobre as Companhias Investidas ao Administrador do Fundo Investido, na forma prevista nos incisos (xii) e (xiii) da Cláusula 4.2.2.1. do Regulamento do Fundo Investido, observado o disposto na regulamentação aplicável;
- (ix) deliberar sobre a realização de operações pelo Fundo Investido de que tratam a Cláusula 6.6. e a Seção XIV do Regulamento do Fundo Investido;
- (x) ressalvada a criação do Comitê de Investimento e do Conselho Consultivo, já aprovados quando da constituição do Fundo Investido, deliberar sobre a instalação, composição, organização e funcionamento de outros comitês e conselhos do Fundo Investido;

- (xi) aprovar despesas extraordinárias do Fundo Investido não previstas no Regulamento do Fundo Investido;
- (xii) deliberar sobre os procedimentos de entrega de Valores Mobiliários e Outros Ativos como forma de pagamento de amortização e/ou resgate de Quotas aos Quotistas na forma da Cláusula 13.7.5. do Regulamento do Fundo Investido;
- (xiii) deliberar sobre a proposta do Comitê de Investimento de prorrogação do Período de Investimento, nos termos da Cláusula 4.3.3., inciso (iii), do Regulamento do Fundo Investido; e
- (xiv) deliberar sobre a prorrogação ou não do prazo de que trata a Cláusula 6.3.1. do Regulamento do Fundo Investido.

Independentemente do disposto acima, o Regulamento do Fundo Investido poderá ser alterado, independentemente de Assembléia Geral do Fundo Investido ou de consulta aos Quotistas do Fundo Investido, sempre que tal alteração decorrer exclusivamente da necessidade de atendimento a expressa exigência da CVM, em consequência de normas legais ou regulamentares, devendo ser providenciada, no prazo de 30 (trinta) dias, a necessária comunicação aos Quotistas do Fundo Investido.

A convocação da Assembléia Geral do Fundo Investido será realizada (i) por meio de carta endereçada a cada um dos Quotistas do Fundo Investido, (ii) correio eletrônico endereçado a cada um dos Quotistas do Fundo Investido e/ou (iii) por meio de publicação de aviso no periódico utilizado para veicular as informações referentes ao Fundo Investido, com antecedência mínima de 15 (quinze) dias, devendo a convocação conter descrição dos assuntos a serem discutidos e votados na respectiva Assembléia Geral do Fundo Investido. As Assembléias Gerais do Fundo Investido serão realizadas na sede do Administrador do Fundo Investido ou, na impossibilidade de se realizarem na sede do Administrador do Fundo Investido, em lugar a ser previamente indicado pelo Administrador do Fundo Investido na carta de convocação.

Independentemente da convocação prevista no item acima, será considerada regular a Assembléia Geral do Fundo Investido a que comparecerem todos os Quotistas do Fundo Investido.

A Assembléia Geral do Fundo Investido poderá ser convocada pelo Administrador do Fundo Investido ou por Quotistas do Fundo Investido que detenham, no mínimo, 5% (cinco por cento) do total das Quotas do Fundo Investido emitidas pelo Fundo Investido.

Somente poderão votar na Assembléia Geral do Fundo Investido os Quotistas do Fundo Investido que, até 3 (três) dias antes da data fixada para sua realização, estiverem registrados na conta de depósito como Quotistas do Fundo Investido.

Terão qualidade para comparecer à Assembléia Geral do Fundo Investido os Quotistas do Fundo Investido, seus representantes legais ou seus procuradores legalmente constituídos.

Observado o disposto abaixo, as deliberações das Assembléias Gerais do Fundo Investido, como regra geral, serão aprovadas por Quotistas do Fundo Investido que representem a maioria das Quotas do Fundo Investido em circulação, em primeira convocação, e a maioria das Quotas do Fundo Investido dos Quotistas do Fundo Investido presentes, em segunda convocação, sendo que a segunda convocação poderá ser realizada em conjunto com a primeira convocação.

A deliberação sobre as matérias indicadas nos incisos (iii), (iv) e (vii) acima dependerá de aprovação de Quotistas do Fundo Investido que representem 67% (sessenta e sete por cento) das Quotas do Fundo Investido em circulação, em qualquer convocação.

Da Administração e da Estrutura de Governança Corporativa do Fundo Investido

O Fundo Investido será administrado pelo Administrador do Fundo Investido, ao passo que a Carteira do Fundo Investido será

gerida pelo Gestor do Fundo Investido, e terá 1 (um) Comitê de Investimento, que terá por função principal auxiliar e orientar o Gestor do Fundo Investido na gestão da Carteira do Fundo Investido, conforme descrito no Regulamento do Fundo Investido, e 1 (um) Conselho Consultivo, que terá por função principal analisar e opinar acerca de eventuais Conflitos de Interesse, envolvendo investimentos em Companhias Alvo e/ou Companhias Investidas, quando solicitado pela Assembléia Geral do Fundo Investido, pelo Administrador do Fundo Investido ou pelo Gestor do Fundo Investido, e aconselhar o Fundo com relação às Companhias Investidas. As funções e responsabilidades do Administrador do Fundo Investido, do Gestor do Fundo Investido, do Comitê de Investimento e do Conselho Consultivo e as suas respectivas regras de operação e atuação, conforme o caso, seguem descritas abaixo.

Do Administrador e do Gestor do Fundo Investido

O Fundo Investido será administrado pela Credit Suisse Hedging-Griffo Corretora de Valores S.A., sociedade devidamente autorizada pela CVM para o exercício profissional de administração de fundos de investimento, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Juscelino Kubitschek, n.º 1.830, Torre IV, 7º andar, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 61.809.182/0001-30.

O Administrador do Fundo Investido contratou a FAMA Private Equity Administração de Carteira de Valores Mobiliários Ltda., sociedade devidamente autorizada pela CVM para o exercício profissional de administração de carteira de títulos e valores mobiliários, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, à Rua Samuel Morse, n.º 74, conjunto 172, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 09.224.821/0001-86 para ser o responsável pela gestão da Carteira do Fundo Investido.

Do Comitê de Investimento do Fundo Investido

O Comitê de Investimento será formado por até 5 (cinco) membros, escolhidos dentre pessoas de notório conhecimento e de reputação ilibada, podendo ser eleitos, inclusive, Partes Relacionadas do Administrador do Fundo Investido, do Gestor do Fundo Investido e/ou dos Quotistas do Fundo Investido.

Os membros do Comitê de Investimento exercerão seus mandatos pelo prazo de duração do Fundo Investido, podendo renunciar ou ser substituídos antes do término de tal prazo, observado que os membros do Comitê de Investimento somente poderão ser substituídos de suas funções por aqueles que os tiverem eleito na forma descrita abaixo.

Os membros do Comitê de Investimento serão eleitos de acordo com o seguinte procedimento:

- (i) até 1 (um) membro será eleito pelo Administrador do Fundo Investido; e
- (ii) até 4 (quatro) membros serão eleitos pelo Gestor do Fundo Investido.

O Comitê de Investimento terá como funções:

- (i) discutir metas e diretrizes de investimento e desinvestimento do Fundo Investido;
- (ii) deliberar acerca da antecipação do término do Período de Investimento e submeter à aprovação da Assembléia Geral do Fundo Investido proposta acerca da prorrogação do término do Período de Investimento;
- (iii) propor e deliberar sobre os projetos e propostas de investimento e desinvestimento do Fundo Investido, inclusive sobre a realização de investimentos pelo Fundo Investido após o término do Período de Investimento, nos termos da Cláusula 8.1.4. do Regulamento do Fundo Investido;
- (iv) deliberar acerca das datas em que os subscritores de Quotas do Fundo Investido deverão aportar recursos no Fundo Investido, mediante integralização das Quotas do Fundo Investido subscritas de acordo com seus respectivos Compromissos de Investimento;
- (v) deliberar sobre o esquema de remuneração, amortização e resgate das Quotas, observado o disposto na Cláusula 13.8. do Regulamento do Fundo Investido;

- (vi) deliberar sobre o ressarcimento, pelo Fundo Investido, de despesas incorridas pelo Gestor do Fundo Investido acima do limite estabelecido no inciso (xi) da Cláusula 18.1. do Regulamento do Fundo Investido;
- (vii) acompanhar o desempenho das Companhias Investidas, do Administrador do Fundo Investido, do Gestor do Fundo Investido e do Fundo Investido, inclusive durante o Período de Desinvestimento;
- (viii) autorizar o registro das Quotas do Fundo Investido para negociação no Mercado de Balcão Organizado de Renda Variável;
- (ix) orientar e instruir o Gestor do Fundo Investido, quando do exercício dos direitos inerentes aos Valores Mobiliários e/ou aos Outros Ativos, nos termos da Cláusula 4.2.3. do Regulamento do Fundo Investido; e
- (x) nomear o Agente de Avaliação nos termos da Cláusula 7.4.1. do Regulamento do Fundo Investido.

Os membros do Comitê de Investimento reunir-se-ão, ordinariamente, uma vez por mês em data a ser estabelecida na primeira reunião do Comitê de Investimento e, extraordinariamente, sempre que necessário, atendendo a convocação escrita, feita com, no mínimo, 5 (cinco) dias úteis de antecedência, a pedido do Administrador do Fundo Investido e/ou do Gestor do Fundo Investido e/ou de qualquer de seus membros, conforme o caso. A convocação escrita será dispensada quando estiverem presentes à reunião todos os membros do Comitê de Investimento.

As reuniões do Comitê de Investimento somente serão instaladas com a presença de, pelo menos, a maioria dos seus membros em exercício.

O Comitê de Investimento poderá reunir-se através de conferência telefônica, vídeo conferência ou outro meio semelhante, sendo válidas as deliberações manifestadas por tais meios.

As decisões do Comitê de Investimento serão tomadas por maioria de votos dos membros eleitos.

Sem prejuízo do disposto acima, o Administrador do Fundo Investido terá direito de veto em relação às deliberações do Comitê de Investimento que sejam flagrantemente contrárias à legislação, regulamentação em vigor e ao Regulamento do Fundo Investido.

Das reuniões do Comitê de Investimento serão lavradas atas, as quais serão assinadas pelos membros a elas presentes.

Os membros do Comitê de Investimento não receberão qualquer remuneração do Fundo Investido pelo exercício de suas funções.

Os membros do Comitê de Investimento deverão informar ao Administrador do Fundo Investido e ao Gestor do Fundo Investido qualquer situação que os coloque em situação de Conflito de Interesses, ficando tais membros impedidos de votar nas matérias relacionadas ao objeto do conflito, enquanto permanecer o conflito.

Do Conselho Consultivo

O Conselho Consultivo será formado por, no mínimo, 3 (três) e, no máximo, 5 (cinco) membros, escolhidos exclusivamente pelo Gestor do Fundo Investido dentre pessoas de notório conhecimento e de ilibada reputação, podendo ser eleitos, inclusive, Partes Relacionadas do Administrador do Fundo Investido e/ou do Gestor do Fundo Investido.

Os membros do Conselho Consultivo exercerão seus mandatos pelo prazo de duração do Fundo, podendo renunciar ou ser substituídos pelo Gestor do Fundo Investido antes do término de tal prazo.

O Conselho Consultivo terá como funções: (i) auxiliar o Gestor do Fundo Investido nas atividades relacionadas à gestão da Carteira do Fundo Investido; (ii) aconselhar o Fundo Investido com relação às Companhias Investidas; e (iii) quando solicitado pela Assembléia Geral do Fundo Investido, pelo Administrador do Fundo Investido ou pelo Gestor do Fundo Investido, analisar e opinar acerca de eventuais Conflitos de Interesse, envolvendo investimentos em Companhias Alvo e/ou Companhias Investidas. O Gestor

do Fundo Investido poderá consultar os membros do Conselho Consultivo para discutir sobre as estratégias de investimento e desinvestimento do Fundo Investido, forma de participação do Fundo Investido nas Companhias Investidas, resultados dos investimentos realizados pelo Fundo Investido nas Companhias Investidas e outros assuntos relacionados ao Fundo Investido e/ou às Companhias Investidas.

Os membros do Conselho Consultivo reunir-se-ão, ordinariamente, uma vez a cada trimestre em data a ser estabelecida na primeira reunião do Conselho Consultivo, e, extraordinariamente, sempre que necessário, atendendo a convocação escrita feita com, no mínimo, 5 (cinco) dias úteis de antecedência pelo Gestor do Fundo Investido e/ou por qualquer de seus membros, conforme o caso. A convocação escrita será dispensada, quando estiverem presentes à respectiva reunião todos os membros do Conselho Consultivo. O Gestor do Fundo Investido e o Administrador do Fundo Investido terão a faculdade de participar das reuniões do Conselho Consultivo, sem direito a voto.

As reuniões do Conselho Consultivo serão instaladas com a presença de, pelo menos, a maioria dos seus membros em exercício. O Conselho Consultivo poderá reunir-se através de conferência telefônica, video conferência ou outro meio semelhante, sendo válidas as opiniões do Conselho Consultivo manifestadas por tais meios.

As manifestações do Conselho Consultivo serão no sentido de auxiliar e orientar as decisões a serem tomadas pelo Gestor do Fundo Investido no exercício de suas funções para com o Fundo Investido, mas não obrigarão o Gestor do Fundo Investido a tomar quaisquer medidas ou ações relacionadas à gestão da Carteira do Fundo Investido.

Das reuniões do Conselho Consultivo serão lavradas atas, as quais serão assinadas pelos membros a elas presentes, pelo Administrador do Fundo Investido e pelo Gestor do Fundo Investido.

Em contraprestação ao exercício das atividades descritas no Regulamento do Fundo Investido, cada membro do Conselho Consultivo terá remuneração anual equivalente a, no máximo, R\$ 30.000,00 (trinta mil reais), valor este corrigido pelo IPCA todo último dia útil de cada ano. O Gestor do Fundo Investido será responsável por definir a remuneração individual de cada membro do Conselho Consultivo, considerando inclusive a participação dos membros nas reuniões do referido órgão.

O Fundo Investido será responsável pelo pagamento da remuneração dos membros do Conselho Consultivo, sendo tal despesa considerada como encargo do Fundo Investido.

Os membros do Conselho Consultivo deverão informar ao Administrador do Fundo Investido e ao Gestor do Fundo Investido qualquer situação que os coloque em situação de Conflito de Interesses, ficando tais membros impedidos de se manifestar nas matérias relacionadas ao objeto do conflito, enquanto permanecer o conflito.

Os membros do Conselho Consultivo não serão responsabilizados por qualquer ato de administração do Fundo Investido e/ou gestão da Carteira do Fundo Investido, observado, ainda, que as decisões do Conselho Consultivo não eximirão o Administrador do Fundo Investido e o Gestor do Fundo Investido, conforme o caso, das suas responsabilidades perante a CVM, os Quotistas do Fundo Investido e terceiros, nos termos e de acordo com os limites previstos na legislação aplicável.

Remuneração do Administrador e do Gestor do Fundo Investido e Demais Despesas do Fundo Investido

Taxas de Administração e Outras Taxas

Pela administração do Fundo Investido e gestão da Carteira do Fundo Investido, será devida a Taxa de Administração do Fundo Investido equivalente ao percentual de 0,15% (quinze centésimos por cento) ao ano, calculado da seguinte forma: (i) durante o

Período de Investimento, a Taxa de Administração do Fundo Investido será calculada sobre o valor do Capital Comprometido corrigido pelo IPCA, todo último dia útil de cada ano, e (ii) durante o Período de Desinvestimento, a Taxa de Administração do Fundo Investido será calculada sobre o valor do Capital Comprometido efetivamente integralizado, corrigido pelo IPCA todo último dia útil de cada ano, sendo que a Taxa de Administração do Fundo Investido contemplará a Remuneração do Administrador do Fundo Investido e a Remuneração do Gestor do Fundo Investido.

A Taxa de Administração do Fundo Investido será provisionada diariamente e será paga até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente ao dos serviços prestados. A Remuneração do Administrador do Fundo Investido e a Remuneração do Gestor do Fundo Investido serão calculadas de acordo com o Contrato de Gestão do Fundo Investido.

O Fundo Investido não cobrará taxa de ingresso, quando da subscrição e integralização de Quotas do Fundo Investido, ou taxa de saída, quando do pagamento de amortização ou resgate de Quotas do Fundo Investido.

Despesas do Fundo Investido

Constituirão encargos do Fundo Investido, além da Taxa de Administração do Fundo Investido e da remuneração do Conselho Consultivo, as seguintes despesas:

- (i) emolumentos e comissões pagos por operações de compra e venda de Valores Mobiliários e Outros Ativos integrantes da Carteira do Fundo Investido;
- (ii) taxas, impostos ou contribuições federais, estaduais e municipais que recaiam ou venham a recair sobre os bens, direitos e obrigações do Fundo;
- (iii) despesas com impressão, expedição e publicação de relatórios, formulários e periódicos, previstas no Regulamento do Fundo Investido e na regulamentação;
- (iv) despesas com correspondência do interesse do Fundo Investido, inclusive comunicações aos Quotistas do Fundo Investido;
- (v) honorários e despesas dos auditores encarregados da auditoria anual das demonstrações contábeis do Fundo Investido;
- (vi) honorários de advogados, custas e despesas correlatas incorridas em razão de defesa dos interesses do Fundo Investido, em juízo ou fora dele, inclusive o valor da condenação, imputada ao Fundo Investido, se for o caso;
- (vii) parcela de prejuízos eventuais não coberta por apólices de seguro e não decorrentes de culpa ou negligência do Administrador do Fundo Investido no exercício de suas funções;
- (viii) prêmios de seguro, bem como quaisquer despesas relativas à transferência de recursos do Fundo Investido entre bancos;
- (ix) quaisquer despesas, sem limitação de valor, inerentes à constituição, fusão, incorporação, cisão ou liquidação do Fundo Investido e à realização de Assembleia Geral do Fundo Investido;
- (x) taxa de custódia dos Valores Mobiliários e Outros Ativos integrantes da Carteira do Fundo Investido; e
- (xi) despesas com a contratação de terceiros para prestar serviços legais, fiscais, contábeis e de consultoria especializada, as quais (i) durante o Período de Investimento, serão limitadas a 0,6% (seis décimos por cento) do Capital Comprometido corrigido pela variação do IPCA; e (ii) durante o Período de Desinvestimento, não terão limitação de valor.

As despesas incorridas pelo Gestor do Fundo Investido acima do limite estabelecido no inciso (xi) acima somente poderão ser cobradas do Fundo Investido se aprovadas pelo Comitê de Investimento nos termos do inciso (vi) da Cláusula 4.3.3. do Regulamento do Fundo Investido.

Quaisquer despesas não previstas como encargos do Fundo correrão por conta do Administrador do Fundo Investido, salvo

decisão contrária da Assembléia Geral do Fundo Investido, observado o quorum de deliberação de que trata a Cláusula 5.6. do Regulamento do Fundo Investido.

O Administrador do Fundo Investido poderá estabelecer que parcelas da Taxa de Administração do Fundo Investido sejam pagas diretamente pelo Fundo Investido aos prestadores de serviços que eventualmente tenham sido sub-contratados pelo Administrador do Fundo Investido, desde que o somatório dessas parcelas não exceda o montante total da Taxa de Administração do Fundo Investido.

Política de Divulgação de Informações do Fundo Investido

O Administrador do Fundo Investido deverá divulgar a todos os Quotistas do Fundo Investido e à CVM, qualquer ato ou fato relevante atinente ao Fundo Investido, desde que não sejam informações sigilosas referentes às Companhias Alvo e às Companhias Investidas que tenham sido obtidas pelo Administrador do Fundo Investido sob compromisso de confidencialidade e/ou em razão de suas funções regulares enquanto membro ou participante dos órgãos de administração ou consultivos de qualquer Companhia Investida.

A divulgação de informações de que trata o item acima será feita no jornal "DCI – Comércio, Indústria & Serviços", jornal utilizado para veicular as informações relativas ao Fundo Investido, devendo todos os documentos e informações correspondentes ser remetidos à CVM na mesma data de sua divulgação, por meio do Sistema de Envio de Documentos disponível na página da CVM na rede mundial de computadores. Tal divulgação será feita sempre no mesmo periódico e qualquer alteração deverá ser precedida de aviso aos Quotistas do Fundo Investido.

O Administrador do Fundo Investido deverá remeter à CVM, por meio do Sistema de Envio de Documentos disponível na página da CVM na rede mundial de computadores, e aos Quotistas do Fundo Investido, mediante o envio de correspondência:

(i) trimestralmente, no prazo de 15 (quinze) dias após o encerramento do trimestre civil a que se referirem, as seguintes informações:

- (a) valor do patrimônio líquido do Fundo Investido; e
- (b) número de Quotas do Fundo Investido emitidas;

(ii) semestralmente, no prazo de 60 (sessenta) dias após o encerramento desse período, as seguintes informações:

- (a) a composição da Carteira do Fundo Investido, discriminando quantidade e espécie dos Valores Mobiliários que a integram;
- (b) demonstrações contábeis do Fundo Investido acompanhadas da declaração que tais demonstrações foram elaboradas em consonância com o disposto no Regulamento do Fundo Investido e na regulamentação;
- (c) os encargos debitados ao Fundo Investido, devendo ser especificado seu valor; e
- (d) o nome da instituição encarregada da prestação dos serviços de custódia dos Valores Mobiliários e dos Outros Ativos integrantes da Carteira do Fundo Investido;

(iii) anualmente, no prazo de 90 (noventa) dias após o encerramento do exercício social, as seguintes informações:

- (a) as demonstrações contábeis do Fundo Investido do exercício acompanhadas de parecer do auditor independente;
- (b) o valor patrimonial da Quota do Fundo Investido na data do fechamento do balanço e sua rentabilidade no período; e
- (c) os encargos debitados ao Fundo Investido, devendo ser especificado seu valor e percentual em relação ao patrimônio líquido médio anual do Fundo Investido.

As informações prestadas pelo Administrador do Fundo Investido ou qualquer material de divulgação do Fundo Investido não poderão estar em desacordo com o Regulamento do Fundo Investido ou com relatórios protocolados na CVM.

O Administrador do Fundo Investido deverá enviar simultaneamente à CVM exemplares de quaisquer comunicações relativas ao Fundo Investido divulgadas para Quotistas do Fundo Investido ou terceiros.

Regras de Tributação do Fundo Investido

O disposto neste item foi elaborado com base na legislação brasileira em vigor na data deste Prospecto e tem por objetivo descrever genericamente o tratamento tributário aplicável aos Quotistas do Fundo Investido e ao Fundo Investido, assumindo, para esse fim, que a Carteira do Fundo Investido é composta por, no mínimo, 67% (sessenta e sete por cento) de ações de sociedades anônimas, debêntures conversíveis em ações e bônus de subscrição, e que o Fundo Investido irá cumprir os limites de diversificação e as regras de investimento constantes da regulamentação estabelecida pela CVM. Existem exceções e tributos adicionais que podem ser aplicados, motivo pelo qual os Quotistas do Fundo Investido devem consultar seus assessores jurídicos com relação à tributação aplicável nos investimentos realizados no Fundo Investido.

Tributação Aplicável aos Quotistas do Fundo Investido

IOF/Títulos

As operações com as Quotas do Fundo Investido estão, via de regra, atualmente sujeitas à incidência do IOF/Títulos à alíquota de 0% (zero por cento), sendo possível sua majoração, a qualquer tempo, por ato do Poder Executivo, até o percentual de 1,50% (um inteiro e cinquenta centésimos por cento) ao dia.

IOF/Câmbio

Quando necessárias, as conversões de moeda estrangeira para a moeda Brasileira, bem como de moeda Brasileira para moeda estrangeira, decorrentes do investimento em Quotas, podem estar sujeitas ao IOF/Câmbio. Atualmente, a alíquota do IOF/Câmbio aplicável à maioria das operações de câmbio é de 0,38% (trinta e oito centésimos por cento). Contudo, os Quotistas do Fundo Investido residentes e domiciliados no exterior que ingressarem recursos no Brasil, por intermédio dos mecanismos previstos na Resolução CMN nº. 2.689, de 26 de janeiro de 2000 ("Resolução 2.689"), estão sujeitos ao IOF/Câmbio à alíquota zero. Em qualquer caso, a alíquota do IOF/Câmbio pode ser majorada a qualquer tempo por ato do Poder Executivo, até o percentual de 25% (vinte e cinco por cento), relativamente a transações ocorridas após este eventual aumento.

Imposto de Renda

O Imposto de Renda aplicável aos Quotistas do Fundo Investido tomará por base (i) a residência dos Quotistas do Fundo Investido: (a) no Brasil; e (b) no exterior; e (ii) eventos financeiros que caracterizam o auferimento de rendimento e a sua consequente tributação, tais como, principalmente: (a) a cessão ou alienação de Quotas do Fundo Investido; (b) o resgate de Quotas do Fundo Investido, na hipótese permitida pelo Regulamento; e (c) a amortização de Quotas do Fundo Investido.

I. Quotistas do Fundo Investido Residentes no Brasil

Os ganhos e rendimentos auferidos nas Quotas do Fundo Investido serão tributados, em regra, pelo Imposto de Renda, à alíquota de 15% (quinze por cento). Adicionalmente, sobre os ganhos em ambiente de bolsa, mercado de balcão organizado ou mercado de balcão não organizado com intermediação, haverá retenção do Imposto de Renda, à alíquota de 0,005% (cinco milésimos por cento).

Via de regra, caso o investidor residente no Brasil qualifique-se como um fundo de investimento, haverá isenção do Imposto de

Renda, por expressa previsão legal.

II. Quotistas do Fundo Investido Residentes no Exterior

Aos Quotistas do Fundo Investido residentes e domiciliados no exterior, por ingressarem recursos no Brasil por intermédio dos mecanismos previstos na Resolução 2.689 ("Quotistas Qualificados"), é aplicável tratamento tributário específico determinado em função de residirem ou não em país ou jurisdição que não tribute a renda ou capital, ou que a tribute a alíquota máxima inferior a 20% (vinte por cento) ou, ainda, cuja legislação interna oponha sigilo relativo à composição societária de pessoas jurídicas ou à sua titularidade ("Paraíso Fiscal").

II.a. Quotistas Qualificados Não Residentes em Paraíso Fiscal

Os ganhos e rendimentos auferidos nas Quotas do Fundo Investido serão tributados pelo Imposto de Renda à alíquota zero. Este tratamento tributário privilegiado não se aplica na hipótese de o respectivo Quotista do Fundo Investido deter, isoladamente ou em conjunto com pessoas a ele ligadas, 40% (quarenta por cento) ou mais da totalidade das Quotas do Fundo Investido ou cujas Quotas do Fundo Investido lhe derem direito ao recebimento de rendimento superior a 40% (quarenta por cento) do total de rendimentos auferidos pelo Fundo, ou em caso do Fundo Investido deter em sua carteira, a qualquer tempo, títulos de dívida em percentual superior a 5% (cinco por cento) de seu patrimônio líquido (ressalvados desse limite as debêntures conversíveis em ações, os bônus de subscrição e os títulos públicos). Nesses casos, os ganhos e rendimentos auferidos nas Quotas serão tributados pelo Imposto de Renda à alíquota máxima de 15% (quinze por cento), a depender da forma como for conduzida a operação.

II.b Quotistas Qualificados Residentes em Paraíso Fiscal

Os Quotistas Qualificados Residentes em Paraíso Fiscal, não se beneficiam do tratamento descrito no item II.a, sujeitando-se ao mesmo tratamento tributário quanto ao Imposto de Renda aplicável aos Quotistas do Fundo Investido residentes no Brasil.

CPMF

Até 31 de dezembro de 2007, em regra, as transações realizadas no Brasil que resultassem na transferência de fundos de uma conta mantida por uma instituição financeira brasileira estavam sujeitas à incidência da CPMF, à alíquota de 0,38% (trinta e oito centésimos por cento). No entanto, a partir de 1º de janeiro de 2008, a CPMF não mais vigora e não deve incidir sobre qualquer transferência de fundos realizada após essa data. Caso o governo brasileiro decida restabelecer a cobrança da CPMF, apenas operações ocorridas após a devida aprovação de legislação correlata e expirado o prazo legal para sua aplicação serão oneradas por essa contribuição.

Tributação Aplicável ao Fundo Investido

IOF/Títulos

As aplicações realizadas pelo Fundo Investido estão sujeitas atualmente à incidência do IOF/Títulos à alíquota de 0% (zero por cento), sendo possível sua majoração a qualquer tempo, mediante ato do Poder Executivo, até o percentual de 1,50% (um inteiro e cinquenta por cento) ao dia.

Imposto de Renda

Os rendimentos e ganhos apurados nas operações da Carteira do Fundo Investido são isentos do Imposto de Renda.

CPMF

Até 31 de dezembro de 2007, as operações realizadas por fundos de investimento, desde que relacionadas em Portaria emitida pelo Ministro da Fazenda, incluindo a movimentação da Carteira do Fundo Investido e o pagamento realizado no resgate das respectivas Quotas do Fundo Investido, estavam sujeitas à incidência de CPMF à alíquota de 0% (zero por cento).

No entanto, desde 1º de Janeiro de 2008, a CPMF não mais vigora e não deve incidir sobre qualquer transferência de fundos realizada após essa data. O governo Brasileiro, a partir de fevereiro de 2008, pode propor o restabelecimento da CPMF, mediante a apresentação de uma nova Proposta de Emenda Constitucional ao Congresso Brasileiro. Caso a CPMF seja restabelecida, somente será aplicável após decorrido um período de 90 dias contados da promulgação da nova legislação.

5. FATORES DE RISCO

FATORES DE RISCO

Investir no Fundo envolve além dos riscos relacionados ao Fundo, os riscos relativos ao Fundo Investido. A rentabilidade do Fundo poderá ser adversamente afetada pelos fatores de risco descritos a seguir. Antes de tomar uma decisão de investimento no Fundo, o potencial investidor deve considerar cuidadosamente, tendo em vista sua própria situação financeira e seus objetivos de investimento, todas as informações disponíveis no Regulamento do Fundo, neste Prospecto e, em particular, avaliar os fatores de risco descritos abaixo.

Fatores de Risco Relacionados ao Fundo

Risco de Mercado

Os títulos, valores mobiliários e outros ativos financeiros integrantes da Carteira do Fundo estão sujeitos a oscilações nos seus preços em função da reação dos mercados frente a notícias econômicas e políticas e de notícias específicas a respeito dos respectivos emissores. As variações de preços dos títulos, valores mobiliários e outros ativos financeiros integrantes da Carteira do Fundo poderão ocorrer também em função de alterações nas expectativas dos participantes do mercado, podendo inclusive ocorrer mudanças nos padrões de comportamento de preços dos títulos, valores mobiliários e outros ativos financeiros integrantes da Carteira do Fundo sem que haja mudanças significativas no contexto econômico e/ou político nacional e internacional. As oscilações acima referidas podem impactar negativamente o patrimônio líquido do Fundo e a rentabilidade das Quotas, resultando em perda, pelos Quotistas, do valor do principal de suas aplicações.

Risco de Crédito

Os títulos, valores mobiliários e outros ativos financeiros integrantes da Carteira do Fundo estão sujeitos à capacidade dos seus emissores em honrar os compromissos de pagamento de juros e principal referentes a tais títulos, valores mobiliários e outros ativos financeiros. Alterações nas condições financeiras dos emissores dos títulos, valores mobiliários e outros ativos financeiros integrantes da Carteira do Fundo e/ou na percepção que os investidores têm sobre tais condições, bem como alterações nas condições econômicas e políticas que possam comprometer a sua capacidade de pagamento, podem trazer impactos significativos nos preços e na liquidez dos títulos, valores mobiliários e outros ativos financeiros integrantes da Carteira do Fundo. Mudanças na percepção da qualidade dos créditos dos emissores, mesmo que não fundamentadas, poderão também trazer impactos nos preços e na liquidez dos títulos, valores mobiliários e outros ativos financeiros integrantes da Carteira do Fundo.

O Fundo poderá incorrer em risco de crédito dos emissores dos títulos, valores mobiliários e outros ativos financeiros integrantes da Carteira do Fundo e das contrapartes das operações de compra e venda de referidos ativos. Na hipótese de falta de pagamento de qualquer dos emissores de títulos, valores mobiliários e outros ativos financeiros integrantes da Carteira do Fundo ou das contrapartes nas operações integrantes da Carteira do Fundo, o Fundo poderá sofrer perdas, podendo inclusive incorrer em custos para conseguir recuperar os seus créditos.

Risco de Liquidez

O Fundo, constituído sob forma de condomínio fechado, somente admite o resgate de suas Quotas na data de liquidação do Fundo. As amortizações parciais e/ou total das Quotas serão promovidas pelo Administrador, a qualquer momento durante o prazo de duração do Fundo, na medida em que o valor de ganhos e rendimentos do Fundo, em função de seus investimentos e/ou desinvestimentos no Fundo Investido, sejam suficientes para o pagamento do valor de todas as exigibilidades e provisões do Fundo, (i) de acordo com o mesmo cronograma de amortização de Quotas do Fundo Investido e no dia útil subsequente à data de pagamento de amortização de Quotas do Fundo Investido, ou (ii) após o término do Período de Investimento, caso o Fundo

Investido não tenha chamado o Fundo a integralizar todas as Quotas do Fundo Investido subscritas. Caso os Quotistas queiram se desfazer dos seus investimentos no Fundo, será necessária a venda das suas Quotas no mercado secundário. Ainda, considerando tratar-se de um produto novo e que o mercado secundário existente no Brasil para negociação de quotas de fundos de investimento apresenta baixa liquidez, os Quotistas poderão ter dificuldade em realizar a venda das suas Quotas e/ou poderão obter preços reduzidos na venda de suas Quotas.

Risco de Concentração

O Fundo poderá aplicar em fundos que podem concentrar seus investimentos em ativos de poucos emissores, de modo que o Fundo pode estar exposto a significativa concentração em ativos de renda variável de poucos emissores, apresentando os riscos daí decorrentes.

Risco Decorrente do Uso de Derivativos

O Fundo poderá aplicar em fundos que podem operar no mercado de derivativos para fins de proteção patrimonial. Tais estratégias poderão acarretar variações no valor de seu patrimônio líquido superiores àquelas que ocorreriam se tais estratégias não fossem utilizadas. Tal situação poderá, ainda, implicar em perdas patrimoniais ao Fundo e aos Quotistas.

Risco Decorrente da Precificação dos Ativos

A precificação dos títulos, valores mobiliários e outros ativos financeiros integrantes da Carteira do Fundo deverá ser realizada de acordo com os critérios e procedimentos para registro e avaliação de títulos e valores mobiliários conforme estabelecido na regulamentação em vigor. Referidos critérios de avaliação de ativos, tais como os de marcação a mercado, poderão ocasionar variações nos valores dos títulos, valores mobiliários e outros ativos financeiros integrantes da Carteira do Fundo. As variações acima referidas podem impactar negativamente o patrimônio líquido do Fundo e a rentabilidade das Quotas.

Risco Regulatório

Eventuais alterações nas normas ou leis aplicáveis ao Fundo, incluindo, mas não se limitando àquelas referentes a tributos, podem causar um efeito adverso relevante nos resultados das posições assumidas pelo Fundo e, consequentemente, no valor das Quotas.

Outros Riscos

As aplicações realizadas no Fundo não contam com garantia do Administrador, do Gestor, de qualquer mecanismo de seguro ou do Fundo Garantidor de Créditos – FGC.

Fatores de Riscos Relacionados ao Fundo Investido

Restrições ao Resgate de Quotas do Fundo Investido e Liquidez Reduzida

O Fundo Investido, constituído sob forma de condomínio fechado, somente admite o resgate de suas Quotas na data de liquidação do Fundo Investido, salvo no caso de resgate compulsório de que trata a Cláusula 13.9.3. do Regulamento do Fundo Investido. As amortizações parciais e/ou total das Quotas serão promovidas pelo Administrador do Fundo Investido, a qualquer momento durante o prazo de duração do Fundo do Fundo Investido, de acordo com orientação nesse sentido do Comitê de Investimento, na medida em que o valor de ganhos e rendimentos do Fundo, em função de seus investimentos e/ou desinvestimentos nos Valores Mobiliários e Outros Ativos, sejam suficientes para o pagamento do valor de todas as exigibilidades e provisões do Fundo

Investido. Caso os Quotistas do Fundo Investido queiram se desfazer dos seus investimentos no Fundo Investido, será necessária a venda das suas Quotas do Fundo Investido no mercado secundário, devendo ser observado, para tanto, os termos e condições dos Compromissos de Investimento e o disposto no Regulamento do Fundo Investido. Ainda, considerando tratar-se de um produto novo e que o mercado secundário existente no Brasil para negociação de quotas de fundos de investimento em participações apresenta baixa liquidez, os Quotistas do Fundo Investido poderão ter dificuldade em realizar a venda das suas Quotas do Fundo Investido e/ou poderão obter preços reduzidos na venda de suas Quotas do Fundo Investido.

Propriedade de Quotas vs. Propriedade dos Valores Mobiliários

Apesar da Carteira do Fundo Investido ser constituída, predominantemente, pelos Valores Mobiliários, a propriedade das Quotas do Fundo Investido não confere aos Quotistas do Fundo Investido propriedade direta sobre os Valores Mobiliários. Os direitos dos Quotistas do Fundo Investido são exercidos sobre todos os ativos da Carteira do Fundo Investido de modo não individualizado, proporcionalmente ao número de Quotas do Fundo Investido detidas por cada investidor.

Liquidez Reduzida dos Valores Mobiliários

Caso o Fundo Investido precise se desfazer de parte ou da totalidade dos Valores Mobiliários antes do planejado, há o risco de não haver comprador para tais Valores Mobiliários e/ou o preço de negociação obtido poderá ser bastante reduzido devido à baixa liquidez no mercado, causando perda de patrimônio do Fundo Investido e, conseqüentemente, do capital investido pelos Quotistas do Fundo Investido.

Pagamento Condicionado ao Retorno das Companhias Investidas

Os dividendos, juros sobre capital próprio, bonificações e quaisquer outras remunerações que venham a ser distribuídas em benefício do Fundo Investido, por conta de seus investimentos nos Valores Mobiliários e/ou em Outros Ativos, serão incorporados ao patrimônio do Fundo Investido e serão considerados para fins de pagamento de parcelas de amortização e/ou resgate aos Quotistas do Fundo Investido e/ou da Taxa de Administração do Fundo Investido e/ou, ainda, para pagamento de encargos do Fundo Investido.

Concentração da Carteira nos Valores Mobiliários e/ou Outros Ativos

O Fundo Investido poderá adquirir Valores Mobiliários de emissão de poucas Companhias Investidas e/ou poderá realizar investimentos em Outros Ativos de emissão de um único emissor, sendo que, além do disposto na Seção VI do Regulamento do Fundo, não existirão quaisquer outros critérios de concentração e/ou diversificação para os Valores Mobiliários e para os Outros Ativos que poderão compor a Carteira do Fundo Investido. O disposto neste parágrafo implicará risco de concentração dos investimentos do Fundo Investido em poucos emissores e risco de pouca liquidez para o Fundo Investido, o que poderá, eventualmente, acarretar em perdas patrimoniais ao Fundo Investido e aos Quotistas do Fundo Investido, tendo em vista, principalmente, que os resultados do Fundo Investido poderão depender integralmente dos resultados atingidos por poucas Companhias Investidas cujos Valores Mobiliários venham a integrar a Carteira do Fundo Investido.

Não existência de Garantia de Rentabilidade

A verificação de rentabilidade passada em qualquer fundo de investimento em participações no mercado ou no próprio Fundo Investido não representa garantia de rentabilidade futura. Adicionalmente, a aplicação dos recursos do Fundo Investido em projetos que possuem riscos relacionados à capacidade de geração de receitas e pagamento de suas obrigações não permite, portanto, determinar qualquer parâmetro de rentabilidade seguro para as Quotas do Fundo Investido.

Riscos Provenientes do Uso de Derivativos

O Fundo Investido somente poderá operar no mercado de derivativos para fins de proteção patrimonial. A contratação pelo Fundo Investido de modalidades de operações de derivativos poderá acarretar variações no valor de seu patrimônio líquido superiores àquelas que ocorreriam se tais estratégias não fossem utilizadas. Tal situação poderá, ainda, implicar em perdas patrimoniais ao Fundo Investido e aos Quotistas do Fundo Investido.

Outros Riscos

As aplicações realizadas no Fundo Investido não contam com garantia do Administrador do Fundo Investido, do Gestor do Fundo Investido, de qualquer mecanismo de seguro ou do Fundo Garantidor de Créditos – FGC.

6. ANEXOS

**REGULAMENTO DO MELLON FAMA PRIVATE EQUITY I - FUNDO DE INVESTIMENTO
EM QUOTAS DE FUNDOS DE INVESTIMENTO MULTIMERCADO
CNPJ/MF n.º 09.321.556/0001-54**

SEÇÃO I – Da Denominação, Forma e Prazo de Duração do Fundo

1.1. – O **MELLON FAMA PRIVATE EQUITY I - FUNDO DE INVESTIMENTO EM QUOTAS DE FUNDOS DE INVESTIMENTO MULTIMERCADO** (“Fundo”), constituído sob a forma de condomínio fechado, com prazo determinado de duração, é uma comunhão de recursos destinados à aplicação em títulos e valores mobiliários, bem como em quaisquer outros ativos disponíveis no mercado financeiro e de capitais, observadas as limitações de sua política de investimento nos termos da Instrução CVM nº 409/04 e deste Regulamento. O Anexo I a esta Regulamento atribui significado às expressões em letra maiúscula utilizadas abaixo.

1.2. – O Fundo terá prazo de duração determinado de 7 (sete) anos, contados da Data de Encerramento para Subscrição da Primeira Emissão, podendo ser prorrogado por um período adicional de 2 (dois) anos, mediante deliberação da Assembléia Geral.

Seção II – Do Público Alvo do Fundo e Regras de Aplicação Inicial e Manutenção de Investimentos no Fundo

2.1. – O Fundo é destinado, exclusivamente, a investidores qualificados, assim classificados nos termos da Instrução CVM nº 409/04, que busquem o objetivo de investimento descrito neste Regulamento e conheçam e aceitem assumir os riscos descritos no Prospecto.

2.2. – O valor mínimo de aplicação inicial no Fundo será de R\$ 100.000,00 (cem mil reais), sendo que não existirá valor mínimo de manutenção de investimentos no Fundo após a aplicação inicial de cada Quotista.

Seção III – Do objetivo de investimento do Fundo

3.1. – O objetivo do Fundo é obter rendimentos para seus Quotistas, por meio da aplicação dos recursos da Carteira, preponderantemente, em quotas do Fundo Investido, sem prejuízo de outros investimentos que poderão ser realizados pelo Fundo, a exclusivo critério do Gestor, nos termos deste Regulamento, sem o compromisso de concentração, mesmo que indiretamente, em nenhum mercado, ativo ou fator de risco específico.

3.1.1. – O Fundo Investido é um fundo de investimento em participações regulado pela Instrução CVM nº 391/03, administrado pela Credit Suisse Hedging-Griffo Corretora de Valores S.A. e gerido pela FAMA Private Equity Administração de Carteira de Valores Mobiliários Ltda. Para informações detalhadas sobre o Fundo Investido, sua política de investimento, estrutura de governança corporativa, taxas e encargos, bem como riscos atrelados aos investimentos do Fundo no Fundo Investido, vide o Prospecto do Fundo.

3.1.2. – O Fundo, ao subscrever Quotas do Fundo Investido, deverá assinar, entre outros documentos, Compromisso de Investimento com o Fundo Investido e seu Administrador, por meio do qual o Fundo se comprometerá a integralizar as quotas subscritas de tempos em tempos, de acordo com as Chamadas de Capital do Fundo Investido. Os mecanismos de subscrição, integralização e Chamadas de Capital do Fundo Investido estão descritos no Prospecto do Fundo.

3.1.3. - Enquanto não ocorrerem Chamadas de Capital para integralização de Quotas do Fundo Investido, o Gestor deverá manter os recursos do Fundo aplicados em outros ativos e fundos de investimento disponíveis no mercado de financeiro e de capitais, observado o disposto na Seção VI abaixo.

3.2. - O objetivo de investimento do Fundo não constitui garantia ou promessa de rentabilidade pelo Administrador e pelo Gestor do Fundo.

3.3. – Em função da composição da Carteira durante o prazo de duração do Fundo, o Fundo classifica-se como “Multimercado”.

Seção IV – Da Administração e Outros Serviços do Fundo

4.1. – O Fundo será administrado pela Mellon Serviços Financeiros Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., sociedade devidamente autorizada pela CVM para o exercício profissional de administração de fundos de investimento, com sede na Cidade e Estado do Rio de Janeiro, na Avenida Presidente Wilson nº 231, 11º andar, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 02.201.501/0001-61.

4.2. - A gestão da Carteira do Fundo compete à FAMA Private Equity Administração de Carteira de Valores Mobiliários Ltda., sociedade devidamente autorizada pela CVM para o exercício profissional de administração de carteira de títulos e valores mobiliários por meio do Ato Declaratório nº 9.710, de 1º de fevereiro de 2008, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 09.224.821/0001-86, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, Rua Samuel Morse nº 74, conjunto 172.

4.3. – Respeitados os limites estabelecidos neste Regulamento, o Administrador terá poderes para realizar todos os atos que se façam necessários à administração e operacionalização do Fundo.

4.3.1. – Além das atribuições que lhe são conferidas por força de lei, da regulamentação em vigor e das demais disposições deste Regulamento, caberá ao Administrador:

(i) diligenciar para que sejam mantidos, às suas expensas, atualizados e em perfeita ordem, por 5 (cinco) anos após o encerramento do Fundo:

- (a) o registro de Quotistas e de transferência de Quotas;
- (b) o livro de atas das Assembléias Gerais;

- (c) o livro de presença de Quotistas;
- (d) os pareceres do auditor independente;
- (e) os registros e demonstrações contábeis referentes às operações realizadas pelo Fundo e seu patrimônio; e
- (f) a documentação relativa às operações do Fundo.

(ii) no caso de instauração de procedimento administrativo pela CVM, manter a documentação referida no inciso anterior até o término do mesmo;

(iii) empregar, na defesa dos direitos dos Quotistas, a diligência exigida pelas circunstâncias, praticando todos os atos necessários para assegurá-los, tomando inclusive as medidas judiciais cabíveis;

(iv) exercer suas atividades buscando sempre as melhores condições para o Fundo;

(v) custear, às suas expensas, as despesas com propaganda do Fundo, se necessárias;

(vi) transferir ao Fundo qualquer benefício ou vantagem que possa alcançar em decorrência de sua condição de Administrador;

(vii) pagar, às suas expensas, as eventuais multas cominatórias impostas pela CVM, nos termos da legislação vigente, em razão do atraso do cumprimento dos prazos previstos na Instrução CVM nº 409/04;

(viii) solicitar o registro das Quotas no SFF e, eventualmente, no Mercado de Balcão Organizado de Renda Variável;

(ix) manter serviço de atendimento aos Quotistas, responsável pelo esclarecimento de dúvidas e pelo recebimento de reclamações;

(x) observar e fazer cumprir as disposições constantes deste Regulamento e do Prospecto;

(xi) cumprir as deliberações da Assembléia Geral;

(xii) receber dividendos, bonificações e quaisquer outros rendimentos ou valores atribuídos ao Fundo; e

(xiii) representar legalmente o Fundo, no limite de suas competências, nos termos deste Regulamento.

4.3.2. - O Administrador poderá renunciar à administração do Fundo, ficando obrigado a convocar imediatamente a Assembléia Geral para eleger seu substituto, a se realizar no prazo máximo previsto na regulamentação aplicável, devendo permanecer no exercício de suas funções até sua efetiva substituição, que deverá ocorrer no prazo máximo previsto na regulamentação aplicável, sob pena de liquidação do Fundo pelo Administrador.

4.4. – O Gestor terá poderes, conforme outorgados pelo Administrador por meio deste Regulamento, para realizar todos os atos relacionados à gestão da Carteira, bem como exercer todos os direitos inerentes aos títulos, valores mobiliários e outros ativos financeiros integrantes da Carteira, inclusive o de representar o Fundo em juízo e fora dele e comparecer e votar em assembleias gerais, inclusive nas assembleias gerais do Fundo Investido, observado o disposto na Cláusula 17.1. abaixo, observadas as limitações deste Regulamento e da regulamentação em vigor.

4.4.1. – Além das atribuições que lhe são conferidas por força de lei, da regulamentação em vigor e das demais disposições deste Regulamento, caberá ao Gestor, em nome do Administrador e do Fundo:

(i) exercer, ou diligenciar para que sejam exercidos, todos os direitos decorrentes do patrimônio, da Carteira e das atividades do Fundo;

(ii) exercer suas atividades buscando sempre as melhores condições de negócio para o Fundo;

(iii) transferir ao Fundo qualquer benefício ou vantagem que possa alcançar em virtude de sua condição de Gestor;

(iv) quando aplicável, em razão de sua natureza, manter os títulos, valores mobiliários e os outros ativos financeiros integrantes da Carteira custodiados, registrados e/ou em conta de depósito diretamente centralizados em uma única entidade de custódia, autorizada ao exercício da atividade pela CVM;

(v) observar e fazer cumprir as disposições constantes deste Regulamento;

(vi) cumprir as deliberações da Assembleia Geral;

(vii) representar legalmente o Fundo, no limite de suas competências, nos termos deste Regulamento; e

(viii) comparecer e votar em assembleias gerais, inclusive nas Assembleias Gerais do Fundo Investido, de acordo com o disposto na Cláusula 17.1. abaixo.

Do Custodiante

4.5. – A custódia dos títulos, valores mobiliários e outros ativos financeiros integrantes da Carteira será feita pelo Banco Bradesco S.A., com sede na Cidade de Osasco, Estado de São Paulo, na Cidade de Deus s/nº, Vila Yara, inscrito no CNPJ/MF sob n.º 60.746.948/0001-12.

4.5.1. Os demais prestadores de serviços do Fundo estão indicados no Prospecto, nos termos da Instrução CVM nº 409/04.

Seção V – Da Assembléia Geral de Quotistas e suas Responsabilidades e Atribuições

5.1. – Competirá exclusivamente à Assembléia Geral deliberar sobre as matérias indicadas abaixo, além de outras matérias que a ela venham a ser atribuídas por força deste Regulamento e/ou das atividades e operações do Fundo:

- (xvii) tomar, anualmente, as contas relativas ao Fundo e deliberar sobre as demonstrações contábeis apresentadas pelo Administrador, bem como instruir o voto do Gestor na tomada, anualmente, das contas relativas ao Fundo Investido e na deliberação, até 30 de junho de cada ano, sobre as demonstrações contábeis apresentadas pelo Administrador do Fundo Investido;
- (xviii) alterar este Regulamento e instruir o voto do Gestor em propostas de alterações ao Regulamento do Fundo Investido;
- (xix) deliberar sobre a destituição ou substituição do Administrador, do Gestor e/ou do Custodiante e escolha de seus substitutos, bem como instruir o voto do Gestor na deliberação sobre a destituição do Administrador do Fundo Investido e/ou do Gestor do Fundo Investido;
- (xx) deliberar sobre a fusão, incorporação, cisão ou eventual liquidação do Fundo e instruir o voto do Gestor em propostas de fusão, incorporação, cisão ou eventual liquidação do Fundo Investido;
- (xxi) deliberar sobre o aumento na Taxa de Administração ou na Taxa de Performance, bem como instruir o voto do Gestor em propostas de aumento na Taxa de Administração do Fundo Investido;
- (xxii) deliberar sobre a alteração da política de investimento do Fundo e instruir o voto do Gestor em propostas de alteração da política de investimento do Fundo Investido;
- (xxiii) deliberar sobre a emissão de novas Quotas do Fundo e instruir o voto do Gestor em propostas de emissões de novas Quotas do Fundo Investido;
- (xxiv) deliberar sobre a prorrogação do prazo de duração do Fundo, bem como instruir o voto do Gestor em propostas de prorrogação do prazo de duração do Fundo Investido;
- (xxv) deliberar sobre alterações nos quoruns de instalação e deliberação da Assembléia Geral do Fundo, e instruir o voto do Gestor em propostas de alterações nos quoruns de instalação e deliberação da Assembléia Geral do Fundo Investido;

- (xxvi) deliberar, quando for o caso, sobre requerimento de informações sobre as Companhias Investidas objeto de investimento pelo Fundo Investido ao Administrador do Fundo Investido, na forma prevista no Regulamento do Fundo Investido, observado o disposto na regulamentação aplicável;
- (xxvii) instruir o voto do Gestor na deliberação sobre a realização de operações pelo Fundo Investido de que tratam a Cláusula 6.6. e a Seção XIV do Regulamento do Fundo Investido;
- (xxviii) ressalvada a criação do Comitê de Investimento e do Conselho Consultivo do Fundo Investido, já aprovados quando da sua constituição, e que seguem descritos no Prospecto, instruir o voto do Gestor em propostas de instalação, composição, organização e funcionamento de outros comitês e conselhos do Fundo Investido;
- (xxix) instruir o voto do Gestor na deliberação sobre despesas extraordinárias do Fundo Investido não previstas no Regulamento do Fundo Investido;
- (xxx) instruir o voto do Gestor na deliberação sobre os procedimentos de entrega de Valores Mobiliários e Outros Ativos como forma de pagamento de amortização e/ou resgate de Quotas do Fundo Investido aos Quotistas do Fundo Investido, nos termos do Regulamento do Fundo Investido;
- (xxxi) instruir o voto do Gestor na deliberação sobre a proposta do Comitê de Investimento do Fundo Investido de prorrogação do Período de Investimento previsto no Regulamento do Fundo Investido; e
- (xxxii) instruir o voto do Gestor na deliberação sobre a prorrogação ou não do prazo de que trata a Cláusula 6.3.1. do Regulamento do Fundo Investido.

5.1.1. – Independentemente do disposto na Cláusula 5.1. acima, este Regulamento poderá ser alterado, independentemente de Assembleia Geral ou de consulta aos Quotistas, sempre que tal alteração decorrer exclusivamente da necessidade de atendimento a expressa exigência da CVM, em consequência de normas legais ou regulamentares ou ainda em virtude da atualização dos dados cadastrais do Administrador, do Gestor ou do Custodiante, tais como alteração na razão social, endereço e telefone, devendo ser providenciada, no prazo de 30 (trinta) dias, a necessária comunicação aos Quotistas.

5.2. – A convocação da Assembleia Geral será realizada, a exclusivo critério do Administrador, observada a regulamentação aplicável, (i) por meio de carta endereçada a cada um dos Quotistas, e/ou (ii) correio eletrônico endereçado a cada um dos Quotistas com antecedência mínima de 10 (dez) dias, devendo a convocação indicar dia, hora e local de realização da Assembleia Geral, bem como conter descrição dos assuntos a serem discutidos e votados na respectiva Assembleia Geral.

5.2.1. – Independentemente da convocação prevista na Cláusula 5.2. acima, será considerada regular a Assembléia Geral a que comparecerem todos os Quotistas do Fundo.

5.3. – Anualmente a Assembléia Geral deverá deliberar sobre as demonstrações contábeis do Fundo e do Fundo Investido, fazendo-o até 120 (cento e vinte) dias após o término do exercício social do Fundo.

5.3.1. - A Assembléia Geral a que se refere o caput somente pode ser realizada no mínimo 30 (trinta) dias corridos após estarem disponíveis aos Quotistas as demonstrações contábeis auditadas relativas ao exercício encerrado.

5.3.2. - A Assembléia Geral poderá ser convocada pelo Administrador, pelo Gestor, pelo Custodiante ou por Quotista ou grupo de Quotistas que detenham, no mínimo, 5% (cinco por cento) do total das Quotas emitidas pelo Fundo.

5.3.3. - A convocação por iniciativa do Gestor, do Custodiante ou de Quotistas será dirigida ao Administrador, que deverá, no prazo máximo de 30 (trinta) dias contados do recebimento, realizar a convocação da Assembléia Geral às expensas dos requerentes, salvo se a Assembléia Geral assim convocada deliberar em contrário.

5.4. – Somente poderão votar na Assembléia Geral os Quotistas que, na data de convocação da Assembléia Geral, estiverem registrados na conta de depósito como Quotistas do Fundo, seus representantes legais ou seus procuradores legalmente constituídos há menos de 1 (um) ano.

5.5. – As alterações deste Regulamento serão eficazes na data deliberada pela Assembléia Geral, exceto nos casos listados a seguir que serão eficazes, no mínimo, a partir de 30 (trinta) dias corridos após a comunicação aos cotistas, salvo se aprovadas pela unanimidade dos cotistas:

- (v) aumento ou alteração do cálculo da Taxa de Administração, Taxa de Performance, taxa de ingresso ou taxa de saída;
- (vi) alteração da política de investimento;
- (vii) mudança nas condições de amortização e/ou resgate das Quotas; e
- (viii) incorporação, cisão ou fusão que envolva Fundo.

5.6. – As deliberações das Assembléias Gerais, como regra geral, serão aprovadas por Quotistas que representem a maioria das Quotas em circulação, em primeira convocação, e a maioria das Quotas dos Quotistas presentes, em segunda convocação, sendo que a segunda convocação poderá ser realizada em conjunto com a primeira convocação.

5.6.1. – A deliberação sobre as matérias indicadas nos incisos (iii), (iv) e (ix) da Cláusula 5.1. acima dependerá de aprovação de Quotistas que representem 67% (sessenta e sete por cento) das Quotas em circulação, em qualquer convocação.

Seção VI - Da composição da carteira de investimentos do Fundo

6.1. – A fim de alcançar o objetivo do Fundo, o Gestor deverá aplicar os recursos do Fundo na subscrição e integralização de Quotas do Fundo Investido, de acordo com as Chamadas de Capital pelo Fundo Investido.

6.1.1. – Observado o disposto na Cláusula 6.1. acima, o Gestor deverá alocar os recursos do Fundo não alocados na integralização de Quotas do Fundo Investido por ele subscritas (mas ainda não chamadas para integralização) da seguinte forma: (i) de 95% (noventa e cinco por cento) a 100% (cem por cento) do patrimônio líquido do Fundo em quotas de fundos de investimento das classes Referenciado e Renda Fixa; e (ii) de 0 a 5% (cinco por cento) do patrimônio líquido do Fundo em depósitos à vista ou aplicados em: (a) títulos públicos federais; (b) títulos de renda fixa de emissão de instituições financeiras; (c) operações compromissadas, de acordo com a regulamentação específica do Conselho Monetário Nacional.

6.2. – Cumulativamente ao disposto acima, as aplicações do Fundo obedecerão aos seguintes critérios de diversificação e concentração, sem prejuízo das demais disposições deste Regulamento:

I – de 0 a 100% (cem por cento) do patrimônio líquido do Fundo em quotas de fundos de investimento, administrados ou não por um mesmo administrador, inclusive pelo Administrador, pelo Gestor ou por empresas a eles ligadas, podendo ocorrer concentração de 100% (cem por cento) do patrimônio líquido do Fundo em quotas de um mesmo fundo de investimento; e

II – de 0 a 5% (cinco por cento) do patrimônio líquido do Fundo em títulos de renda fixa de emissão do Administrador, do Gestor ou de empresas a eles ligadas, desde que instituições financeiras.

6.3. - O Fundo poderá realizar suas operações por meio de instituições autorizadas a operar no mercado de títulos e/ou valores mobiliários, ligadas ou não ao Administrador, ao Gestor e às empresas a ele ligadas, podendo, inclusive, direta ou indiretamente, adquirir títulos e/ou valores mobiliários que sejam objeto de oferta pública ou privada, que sejam coordenadas, lideradas, ou das quais participem as referidas instituições.

6.4. - O Administrador, o Gestor e qualquer empresa pertencente ao mesmo conglomerado financeiro, bem como, diretores, gerentes e funcionários dessas empresas poderão ter posições em, subscrever ou operar com títulos e valores mobiliários que integrem ou venham a integrar a Carteira do Fundo.

6.5. - O Administrador, o Gestor e quaisquer empresas a eles ligadas, bem como, fundos de investimento, clubes de investimento e/ou carteiras administradas pelo Administrador, pelo Gestor ou por pessoas a eles ligadas poderão atuar, direta ou indiretamente, como contraparte, direta ou indiretamente, em operações realizadas pelo Fundo.

6.6. - Com exceção das quotas de fundos de investimento aberto, somente poderão compor a Carteira ativos financeiros admitidos à negociação em bolsa de valores, de mercadorias e futuros, ou registrados, custodiados e/ou mantidos em conta de depósito diretamente em nome do Fundo, em sistema de registro, de custódia ou de liquidação financeira devidamente autorizado pelo Banco Central do Brasil ou pela CVM, nas suas respectivas áreas de competência.

6.7. - O Fundo poderá utilizar seus ativos para prestação de garantias de operações próprias, bem como emprestar e tomar títulos e valores mobiliários em empréstimo, desde que tais operações de empréstimo sejam cursadas exclusivamente através de serviço autorizado pelo Banco Central do Brasil ou pela CVM.

6.8. - Na análise e seleção dos fundos de investimento que integrarão a Carteira do Fundo, o Gestor se utilizará de critérios quantitativos (análise de variância e covariância) e qualitativos (qualidade e consistência da gestão).

6.9. - As importâncias recebidas na integralização de Quotas durante o processo de distribuição de quotas do Fundo devem ser depositadas em banco comercial, banco múltiplo com carteira comercial ou Caixa Econômica em nome do Fundo, sendo obrigatória sua imediata aplicação em títulos públicos federais ou em cotas de fundo de investimento da classe Curto Prazo.

Seção VII – Do Gerenciamento de Risco

7.1. - O investimento no Fundo apresenta riscos para o investidor. Ainda que o Administrador mantenha sistema de gerenciamento de riscos, não há garantia de completa eliminação da possibilidade de perdas para o Fundo e para o investidor.

7.2. - Baseado em modelos matemáticos e estatísticos aplicados diariamente à Carteira, com o objetivo de garantir que o Fundo esteja exposto apenas aos riscos inerentes à sua política de investimento e de acordo com os critérios de risco estabelecidos neste Regulamento, os principais modelos utilizados são:

- (iii) O Value at Risk (VaR) fornece uma medida da pior perda esperada em ativo ou carteira para um determinado período de tempo e um intervalo de confiança previamente especificado. A metodologia do Administrador realiza o cálculo do VaR de forma paramétrica, especificando um nível de confiança de 97,5% (noventa e sete vírgula cinco por cento) em um horizonte de tempo de um dia.
- (iv) O Stress Testing é um processo que visa identificar e gerenciar situações que podem causar perdas extraordinárias, com quebra de relações históricas, sejam temporárias ou permanentes. Este teste consiste na avaliação do impacto financeiro e consequente determinação das potenciais perdas/ganhos a que o Fundo pode estar sujeito, sob cenários extremos, considerando as variáveis macroeconômicas, nos quais os preços dos ativos tenderiam a ser substancialmente diferentes dos atuais. A análise de cenários consiste na avaliação da carteira sob vários estados da natureza, envolvendo amplos movimentos de variáveis-chave, o que gera a necessidade de uso de métodos de avaliação plena (reprecificação). Os cenários fornecem a descrição dos movimentos conjuntos de variáveis financeiras, que podem ser tirados de eventos históricos (cenários históricos) ou de plausíveis desenvolvimentos econômicos ou políticos (cenários prospectivos). Para a realização do Stress Testing, o Administrador gera diariamente cenários extremos baseados nos cenários hipotéticos disponibilizados pela Bolsa de Mercadorias e Futuros (BM&F), que são revistos periodicamente pelo Administrador, de forma a manter a consistência e atualidade dos mesmos.

Seção VIII - Do Patrimônio Líquido do Fundo

8.1. – Entende-se por patrimônio do Fundo a soma algébrica do disponível com o valor da Carteira, mais os valores a receber, menos as exigibilidades.

8.2. Para efeito da determinação do valor dos ativos da Carteira, serão observados os critérios e os procedimentos previstos na regulamentação em vigor aplicável.

Seção IX – Da Distribuição de Resultados

9.1. – Os rendimentos auferidos pelo Fundo, incluindo lucros obtidos com negociações dos títulos, valores mobiliários e outros ativos financeiros integrantes do Fundo serão incorporados ao patrimônio líquido do Fundo e serão distribuídos aos Quotistas mediante a amortização parcial e/ou total de suas Quotas, observado o disposto nesta Seção IX e na Seção XI abaixo.

9.2. – Observado o disposto abaixo, na medida em que o valor de ganhos e rendimentos do Fundo sejam suficientes para o pagamento do valor de todas as exigibilidades e provisões do Fundo, o Administrador promoverá amortizações parciais e/ou total das Quotas, em conformidade com a Cláusula 11.6, (i) a qualquer momento durante o prazo de duração do Fundo, de acordo com o mesmo cronograma de amortização de Quotas do Fundo Investido e no dia útil subsequente à data de pagamento de amortização

de Quotas do Fundo Investido, ou (ii) após o término do Período de Investimento, caso o Fundo Investido não tenha chamado todo o Capital Comprometido pelo Fundo.

9.3. – As Quotas do Fundo estarão sempre sujeitas a um Período de Carência para Distribuição de Rendimentos e a um período em que inclusive os ganhos e rendimentos das Quotas serão distribuídos aos Quotistas, mediante a amortização parcial e/ou total das Quotas do Fundo.

9.3.1. – Durante o Período de Carência para Distribuição de Rendimentos, o Fundo realizará a amortização parcial de Quotas, de acordo (i) com o mesmo cronograma de amortização de Quotas do Fundo Investido e no dia útil subsequente à data de pagamento de amortização de Quotas do Fundo Investido, ou (ii) após o término do Período de Investimento, caso o Fundo Investido não tenha chamado todo o Capital Comprometido pelo Fundo, mas tais pagamentos, em conjunto e/ou isoladamente, durante o Período de Carência para Distribuição de Rendimentos, serão limitados ao Custo de Aquisição.

9.3.1.1. – As amortizações estarão limitadas ao Custo de Aquisição desde que o Gestor envie ao Administrador as informações necessárias para a operacionalização de referidos pagamentos. Caso contrário, a amortização, ainda que dentro do Período de Carência para Distribuição de Rendimentos, abrangerá o Custo de Aquisição e os ganhos e rendimentos das Quotas.

9.3.2. – Após o Período de Carência para Distribuição de Rendimentos, o Fundo poderá realizar amortizações parciais e/ou total de Quotas, de acordo (i) com o mesmo cronograma de amortização de Quotas do Fundo Investido e no dia útil subsequente à data de pagamento de amortização de Quotas do Fundo Investido, ou (ii) após o término do Período de Investimento, caso o Fundo Investido não tenha chamado todo o Capital Comprometido pelo Fundo, sendo que tais amortizações poderão resultar, inclusive, em distribuição de eventuais ganhos e rendimentos do Fundo, excedentes ao Custo de Aquisição.

9.4. – Quaisquer distribuições a título de amortização de Quotas deverão abranger todas as Quotas do Fundo, em benefício de todos os Quotistas.

Seção X – Da Composição do Patrimônio do Fundo

10.1. – O patrimônio do Fundo será representado pelas Quotas. As características, os direitos e as condições de emissão, distribuição, remuneração, amortização e resgate das Quotas estão descritos nesta Seção X e na Seção XI deste Regulamento.

10.2. – O Patrimônio Inicial do Fundo será formado por até 400.000 (quatrocentas mil) Quotas, sendo que não existirá quantidade mínima de Quotas a serem subscritas no âmbito da Primeira Emissão. O Preço de Emissão será correspondente a R\$ 1.000,00 (um mil reais), totalizando a Primeira Emissão o montante máximo equivalente a R\$ 400.000.000,00 (quatrocentos milhões de reais).

10.3. – As Quotas representativas do Patrimônio Inicial deverão ser totalmente subscritas e integralizadas

até a Data de Encerramento para Subscrição da Primeira Emissão.

10.4. – As Quotas representativas do Patrimônio Inicial que não forem subscritas e integralizadas até a Data de Encerramento para Subscrição da Primeira Emissão serão canceladas pelo Administrador.

Seção XI – Das Características, Emissão, Subscrição, Integralização e Amortização das Quotas

11.1. – Características das Quotas

11.1.1. – As Quotas do Fundo correspondem a frações ideais de seu patrimônio e conferem os mesmos direitos e obrigações a todos os seus titulares.

11.1.2. – Todas as Quotas do Fundo terão forma nominativa, serão escriturais, mantidas em conta de depósito em nome de seus titulares, mantida pelo Administrador.

11.1.3. – Todas as Quotas farão jus a pagamentos de amortização em iguais condições, observado o disposto neste Regulamento e no Prospecto do Fundo.

11.2. – Valor das Quotas

11.2.1. – As Quotas terão seu valor calculado diariamente e tal valor corresponderá à divisão do patrimônio líquido do Fundo pelo número de Quotas emitidas e em circulação, na data de apuração do valor das Quotas.

11.3. – Direitos de Voto

11.3.1. – Todas as Quotas terão direito de voto nas Assembléias Gerais, correspondendo a cada Quota a um voto.

10.4. – Emissão e Subscrição de Quotas

11.4.1. – Cada emissão de Quotas do Fundo será objeto de registro de distribuição pública na CVM, nos termos da regulamentação aplicável.

11.4.2. – As Quotas representativas do Patrimônio Inicial serão subscritas pelos Quotistas até a Data de Encerramento para Subscrição da Primeira Emissão e serão integralizadas em moeda corrente nacional no ato da subscrição das Quotas pelo Preço de Integralização.

11.4.3. – No ato de subscrição das Quotas o subscritor (i) assinará o boletim individual de subscrição, que será autenticado pelo Administrador, (ii) integralizará as Quotas subscritas pelo Preço de Integralização e

(iii) receberá exemplar atualizado deste Regulamento e do Prospecto, quando deverá declarar, por meio da assinatura de termo de adesão ao Regulamento e ao Prospecto, que está ciente das disposições contidas neste Regulamento e no Prospecto, nos termos da regulamentação aplicável.

11.4.4. – Na hipótese de aquisição de Quotas no mercado secundário, observado o disposto no item 11.8.4. abaixo, o adquirente das Quotas deverá declarar, por meio da assinatura de termo de adesão ao Regulamento e ao Prospecto, que está ciente das disposições contidas neste Regulamento e no Prospecto, nos termos da regulamentação aplicável e enviá-lo ao Administrador juntamente com cópia de sua ficha cadastral e demais documentos solicitados.

11.5. – Integralização das Quotas

11.5.1. – As Quotas do Fundo serão integralizadas pelo Preço de Integralização.

11.5.2. O pagamento do Preço de Integralização deverá ser realizado em moeda corrente nacional, por meio de ordem de pagamento, débito em conta corrente, documento de ordem de crédito, ou outro mecanismo de transferência de recursos autorizado pelo Banco Central do Brasil.

11.6. – Procedimentos referentes à Amortização de Quotas

11.6.1. – Observado o disposto na Seção IX acima, as Quotas do Fundo serão amortizadas no dia útil subsequente à data de pagamento de amortizações das Quotas do Fundo Investido.

11.6.1.1. - Para fins de amortização de Quotas, será considerado o Valor da Quota no dia útil imediatamente anterior ao do pagamento da respectiva parcela de amortização.

11.6.2. – Quando a data estipulada para qualquer pagamento de amortização aos Quotistas cair em dia que seja feriado nacional, tal pagamento será efetuado no primeiro dia útil seguinte, pelo Valor da Quota em vigor no dia útil imediatamente anterior à data do pagamento.

11.6.3. – Os pagamentos de amortização das Quotas serão realizados em moeda corrente nacional, por meio de ordem de pagamento, crédito em conta corrente, documento de ordem de crédito, ou outro mecanismo de transferência de recursos autorizado pelo Banco Central do Brasil.

11.6.4. – Ao final do prazo de duração do Fundo e/ou quando da liquidação antecipada do Fundo, todas as Quotas deverão ter seu valor amortizado integralmente em moeda corrente nacional. Não havendo recursos em moeda corrente nacional suficientes para realizar o pagamento da amortização total das Quotas em circulação à época da liquidação do Fundo, deverá ser adotado o seguinte procedimento:

- (i) o Administrador convocará uma Assembléia Geral, a qual deverá (a) decidir se pretende prorrogar o período de duração do Fundo, para que o Gestor tenha período adicional para

liquidar os títulos, valores mobiliários e outros ativos financeiros integrantes da Carteira e, num segundo momento, liquidar o Fundo mediante a amortização de Quotas em moeda corrente nacional, ou (b) deliberar sobre procedimentos de dação em pagamento dos títulos, valores mobiliários e outros ativos financeiros do Fundo para fins de amortização total das Quotas do Fundo ainda em circulação;

- (ii) na hipótese da Assembléia Geral referida acima deliberar não prorrogar o prazo de duração do Fundo e não chegar a acordo comum referente aos procedimentos de dação em pagamento dos títulos, valores mobiliários e outros ativos financeiros, tais títulos, valores mobiliários e outros ativos financeiros serão dados em pagamento aos Quotistas, mediante a constituição de um condomínio, cuja fração ideal de cada Quotista será calculada de acordo com a proporção de Quotas detida por cada Quotista sobre o valor total das Quotas em circulação à época, sendo que, após a constituição do referido condomínio, o Administrador e o Gestor estarão desobrigados em relação às responsabilidades estabelecidas neste Regulamento, ficando autorizado o Administrador a liquidar o Fundo perante as autoridades competentes;
- (iii) na hipótese descrita no inciso acima, o Administrador deverá notificar os Quotistas, para que os mesmos elejam um administrador para o referido condomínio de títulos, valores mobiliários e outros ativos financeiros, na forma do Artigo 1.323 da Lei n.º 10.406, de 10 de janeiro de 2.002, conforme alterada, informando a proporção de títulos, valores mobiliários e outros ativos financeiros a que cada Quotista fará jus, sem que isso represente qualquer responsabilidade do Administrador e/ou do Gestor perante os Quotistas após a constituição do condomínio de que trata o inciso acima; e
- (iv) caso os Quotistas não procedam à eleição do administrador do condomínio referido acima, essa função será exercida pelo Quotista que detenha a maior quantidade de Quotas do Fundo em circulação.

11.7. – Resgate das Quotas

11.7.1. – As Quotas do Fundo somente serão resgatadas na data de liquidação do Fundo, e se dará, preferencialmente, em moeda corrente nacional.

11.7.2. – Fica estipulada como data de conversão de Quotas para fins de resgate o 1º (primeiro) dia útil subsequente ao término do prazo de duração inicial do Fundo ou de sua respectiva prorrogação, conforme o caso e o pagamento no 3º (terceiro) dia útil após a data da conversão de Quotas.

11.8. – Registro das Quotas

11.8.1. – O Administrador registrará as Quotas no SFF e, eventualmente, no Mercado de Balcão Organizado de Renda Variável.

11.8.2. – As Quotas do Fundo poderão ser negociadas nos termos previstos na regulamentação em vigor.

11.8.3. - Caberá ao intermediário, no caso de negociação de Quotas do Fundo em bolsa de valores ou no mercado de balcão organizado, assegurar a condição de investidor qualificado do adquirente de Quotas, não sendo o Administrador ou o Gestor responsáveis por verificar tal fato.

11.8.4. – Sem prejuízo do disposto no item acima, todo Quotista, ao ingressar no Fundo, compromete-se à somente alienar ou ceder suas Quotas a terceiros e/ou a outros Quotistas mediante prévia notificação por escrito ao Administrador, com antecedência mínima de 10 (dez) dias úteis. Juntamente com tal notificação, o Quotista que estiver alienando ou cedendo as suas Quotas a terceiros e/ou a outros Quotistas deverá apresentar documentação original (ou cópia autenticada) que comprove a classificação do adquirente das Quotas como investidor qualificado. Caso tal documentação não seja satisfatória ao Administrador, a alienação ou cessão das Quotas poderá ser vetada pelo Administrador.

11.8.5. - Caso um Quotista venha a alienar suas Quotas a terceiros e/ou a outros Quotistas sem observância do disposto neste Regulamento, especialmente ao disposto no item acima, tal operação poderá ser considerada nula pelo Administrador, quando não surtirá quaisquer efeitos perante as partes do negócio e/ou terceiros. O Administrador notificará tal fato à CVM, de forma a discutir com o regulador quais as medidas e remédios legais a serem implementados para garantir a observância do disposto neste Regulamento.

Seção XII – Da Remuneração do Administrador, do Gestor e dos Demais Prestadores de Serviços do Fundo

12.1. – Pelos serviços de administração, gestão, tesouraria, controle e processamento dos títulos e valores mobiliários integrantes da Carteira, distribuição, escrituração da emissão e resgate de Quotas do Fundo e outros que venham a ser contratados pelo Fundo, com exceção dos serviços de custódia e auditoria das demonstrações financeiras do Fundo, o Administrador, o Gestor e os demais prestadores de serviços do Fundo farão jus ao recebimento de Taxa de Administração de 1,85% (um inteiro e oitenta e cinco centésimos por cento) ao ano, calculada da seguinte forma: (i) durante o Período de Investimento, a Taxa de Administração será calculada sobre o valor do Patrimônio Inicial corrigido pelo IPCA todo último dia útil de cada ano, e (ii) durante o Período de Desinvestimento, a Taxa de Administração será calculada sobre o valor do investimento do Fundo no Fundo Investido, corrigido pelo IPCA todo último dia útil de cada ano, sendo que a Taxa de Administração contemplará a Remuneração do Administrador e a Remuneração do Gestor.

12.1.1. – A Taxa de Administração será provisionada diariamente e será paga pelo Fundo diretamente ao Administrador e aos outros prestadores de serviços do Fundo responsáveis pelas atividades indicadas acima até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente ao dos serviços prestados.

12.2. – Além da Taxa de Administração, será devida uma Taxa de Performance ao Gestor (i) após a realização de amortização/amortizações de Quota(s) ou (ii) na data de liquidação do Fundo, o que ocorrer primeiro, de acordo com os procedimentos descritos abaixo:

- c. Até que os Quotistas recebam, por meio do pagamento de amortizações parciais e/ou total de suas Quotas, valores que correspondam ao Patrimônio Inicial, corrigido pela variação do IPCA e acrescido de custo de oportunidade correspondente de 8% (oito por cento) ao ano, o Gestor não fará jus a qualquer pagamento de Taxa de Performance; e
- d. Após cumpridos os requisitos descritos no item acima, quaisquer outras distribuições de ganhos e rendimentos do Fundo resultantes de seus investimentos observarão a seguinte proporção: (a) 80% (oitenta por cento) serão entregues aos Quotistas a título de pagamento de amortização de suas Quotas e (b) 20% (vinte por cento) serão entregues ao Gestor a título de pagamento de Taxa de Performance.

12.3.1. O Administrador e o Gestor dividirão a Taxa de Administração de acordo com o disposto no contrato de administração de carteira de títulos e valores mobiliários celebrado entre o Administrador e o Gestor na data de constituição do Fundo.

12.3. – A Taxa de Administração e a Taxa de Performance não compreendem as taxas do Fundo Investido ou de outros fundos de investimento que venham a integrar a Carteira, os quais poderão estar sujeitos, também, à cobrança de taxas de administração, de performance, de ingresso e de saída.

12.4. – A Taxa de Administração e a Taxa de Performance poderão ser reduzidas unilateralmente pelo Administrador e pelo Gestor, em comum acordo, nos termos da regulamentação em vigor.

Seção XIII – Período de Liquidação do Fundo

13.1. - Uma vez que se tenha iniciado o período de liquidação do Fundo, ele será irreversível, observando-se o que segue.

13.1.1. – Os investimentos serão liquidados de forma ordenada e o produto líquido resultante (deduzidas as taxas, comissões e despesas devidas pelo Fundo) será utilizado para o pagamento do saldo não amortizado do valor das Quotas do Fundo, observado o disposto neste Regulamento.

13.1.2. – No âmbito da liquidação do Fundo, o pagamento do resgate de Quotas poderá ser feito em títulos e valores mobiliários, observado o disposto neste Regulamento.

Seção XIV - Da Divulgação de Informações sobre o Fundo

14.1. – O Administrador deverá divulgar imediatamente a todos os Quotistas e à CVM, qualquer ato ou fato

relevante ocorrido ou relacionado ao funcionamento do Fundo ou aos ativos integrantes de sua Carteira que possa influir, de modo ponderável, no valor das Quotas ou na decisão dos investidores de adquirir, alienar ou manter tais Quotas.

14.1.1. – A divulgação de informações de que trata esta Cláusula será feita imediatamente por meio do Sistema de Envio de Documentos disponível na página da CVM na rede mundial de computadores, sendo a informação divulgada no endereço da CVM naquela rede e mediante o envio de correspondência aos Quotistas.

14.2. – O Fundo adota a seguinte política de divulgação de informações, as quais serão divulgadas através do Sistema de Envio de Informações da CVM e disponibilizadas na sede do Administrador de forma equânime entre todos os Quotistas:

I – diariamente, no prazo de 2 (dois) dias úteis, informe diário, conforme modelo da CVM;

II – mensalmente, até 10 (dez) dias após o encerramento do mês a que se referirem, serão disponibilizados: (i) o balancete do Fundo; (ii) o demonstrativo da composição e diversificação da Carteira; e (iii) o perfil mensal;

III – anualmente, no prazo de 90 (noventa) dias, contados a partir do encerramento do exercício a que se referirem, serão disponibilizadas as demonstrações financeiras do Fundo acompanhadas do parecer do auditor independente; e

IV – formulário padronizado com as informações básicas do Fundo, denominado “Extrato de Informações sobre o Fundo”, sempre que houver alteração neste Regulamento, na data de início de vigência das alterações conforme previsto na regulamentação em vigor.

14.2.1. – Caso o Fundo possua posições ou operações em curso que possam vir a ser prejudicadas pela sua divulgação, o demonstrativo da composição da Carteira poderá omitir a identificação e quantidade das mesmas, registrando somente o valor e sua percentagem sobre o total da Carteira. Ocorrendo tal situação, as operações omitidas serão disponibilizadas no prazo máximo previsto na regulamentação aplicável.

14.3. – O Administrador mantém Serviço de Atendimento ao Cliente (SAC), responsável pelo esclarecimento de dúvidas e pelo recebimento de reclamações e serviço de ouvidoria, indicados no Prospecto do Fundo.

14.4. - Até a Data de Encerramento para Subscrição da Primeira Emissão, o Administrador deve remeter mensalmente demonstrativo das aplicações da Carteira, através do Sistema de Envio de Documentos disponível na página da CVM na rede mundial de computadores, no prazo máximo de 10 (dez) dias contados do encerramento do mês.

Seção XV - Dos Encargos do Fundo

15.1. – Constituirão encargos do Fundo, além da Taxa de Administração e da Taxa de Performance, as seguintes despesas:

- (i) taxas, impostos ou contribuições federais, estaduais, municipais e autárquicas que recaiam ou venham a recair sobre os bens, direitos e obrigações do Fundo;
- (ii) despesas com o registro de documentos em cartório, impressão, expedição e publicação de relatórios e informações periódicas, previstas neste Regulamento e na regulamentação;
- (iii) despesas com correspondência do interesse do Fundo, inclusive comunicações aos Quotistas;
- (iv) honorários e despesas dos auditores encarregados da auditoria anual das demonstrações contábeis do Fundo;
- (v) honorários de advogados, custas e despesas correlatas incorridas em razão de defesa dos interesses do Fundo, em juízo ou fora dele, inclusive o valor da condenação, imputada ao Fundo, se for o caso;
- (vi) emolumentos e comissões pagas por operações do Fundo;
- (vii) parcela de prejuízos eventuais não coberta por apólices de seguro e não decorrentes de culpa ou negligência do Administrador no exercício de suas funções;
- (viii) despesas relacionadas, direta ou indiretamente, ao exercício de direito de voto do Fundo pelo Gestor ou por seus representantes legalmente constituídos, nas assembleias gerais do Fundo Investido;
- (ix) despesas com custódia e liquidação de operações com títulos e valores mobiliários, ativos financeiros e modalidades operacionais;
- (x) despesas com fechamento de câmbio, vinculadas às suas operações ou com certificados ou recibos de valores mobiliários; e
- (xi) a contribuição anual devida às bolsas de valores ou às entidades do mercado de balcão organizado em que o Fundo tenha suas Quotas registradas e/ou admitidas à negociação.

15.2. – Quaisquer despesas não previstas como encargos do Fundo correrão por conta do Administrador.

Seção XVI – Do Exercício Social e das Demonstrações Contábeis do Fundo

16.1. – O Fundo terá escrituração contábil própria, devendo as aplicações, as contas e as demonstrações contábeis do Fundo ser segregadas daquelas do Administrador, bem como do Custodiante.

16.2. – O Fundo está sujeito às normas de escrituração, elaboração, remessa e publicidade de demonstrações contábeis determinadas pela CVM.

16.3. – O exercício social do Fundo será do ano civil, com encerramento em 31 de dezembro de cada ano.

16.4. – As demonstrações contábeis do Fundo, elaboradas ao final de cada exercício social, deverão ser auditadas por auditor independente registrado na CVM.

Seção XVII – Do Exercício do Direito de Voto do Fundo

17.1. – Exceto no caso do Fundo Investido, o Fundo tem como política não participar e não exercer seu direito de voto nas assembléias gerais dos fundos de investimento nos quais detenha participação. Com relação às participações do Fundo nas assembléias gerais do Fundo Investido, o Gestor representará o Fundo e votará em todas as suas assembléias gerais, (i) a seu exclusivo critério e orientação, de acordo com os melhores interesses dos Quotistas, e/ou, quando for o caso, (ii) de acordo com orientação expressa dos Quotistas do Fundo, em se tratando exclusivamente das matérias indicadas na Seção V acima.

Seção XVIII - Da Tributação

18.1. - O disposto nesta Seção foi elaborado com base na legislação brasileira em vigor na data deste Regulamento e tem por objetivo descrever genericamente o tratamento tributário aplicável aos Quotistas e ao Fundo. Existem algumas exceções e tributos adicionais que podem ser aplicados, motivo pelo qual os Quotistas devem consultar seus assessores jurídicos com relação à tributação aplicável nos investimentos realizados no Fundo.

18.2. – Do Fundo:

I - IR: os rendimentos e ganhos apurados nas operações da Carteira do Fundo são isentos do IR.

II - IOF/Títulos: as aplicações realizadas pelo Fundo estão sujeitas ao IOF/Títulos à alíquota zero, sendo possível sua majoração a qualquer tempo, mediante ato do Poder Executivo, até o percentual de 1,5% ao dia.

III - CPMF: até 31 de dezembro de 2007, as operações realizadas por fundos de investimento, desde que relacionadas em Portaria emitida pelo Ministro da Fazenda, incluindo a movimentação da Carteira do

Fundo e o pagamento realizado no resgate das respectivas Quotas, estavam sujeitas à incidência de CPMF à alíquota zero. No entanto, desde 1º de Janeiro de 2008, a CPMF não mais vigora e não deve incidir sobre qualquer transferência de fundos realizada após essa data. O governo Brasileiro, a partir de fevereiro de 2008, pode propor o restabelecimento da CPMF, mediante a apresentação de uma nova Proposta de Emenda Constitucional ao Congresso Nacional. Caso a CPMF seja restabelecida, somente será aplicável após decorrido período de 90 dias contados da promulgação da nova legislação.

18.3. – Dos Quotistas:

I - IR

Os Quotistas do Fundo estarão sujeitos à seguinte tributação:

O IR aplicável aos Quotistas do Fundo tomará por base 3 eventos financeiros que caracterizam o auferimento de rendimentos ou ganhos e a sua conseqüente tributação: (i) resgate/liquidação de Quotas do Fundo; (ii) cessão ou alienação de Quotas do Fundo; e (iii) amortização das Quotas do Fundo:

(i) resgate das Quotas do Fundo: na situação de resgate/liquidação de Quotas do Fundo, o rendimento será constituído pela diferença positiva entre o valor de resgate e o custo de aquisição das Quotas do Fundo, sendo tributado pelo IR na fonte conforme a seguir descrito.

A Carteira do Fundo será avaliada como de longo ou de curto prazo, em observância do disposto na legislação pertinente.

Caso a Carteira do Fundo seja classificada como de longo prazo, como tal entendendo-se uma carteira composta por, no mínimo, um percentual médio de 90% (noventa por cento) do seu patrimônio investido em cotas de fundos de investimento de longo prazo, os Quotistas do Fundo serão tributados segundo as seguintes alíquotas decrescentes (a) 22,5%, em aplicações com prazo de até 180 dias, (b) 20%, em aplicações com prazo de 181 dias até 360 dias, (c) 17,5%, em aplicações com prazo de 361 até 720 dias, e (d) 15%, em aplicações com prazo acima de 720 dias.

Caso a Carteira do Fundo seja classificada como de curto prazo, como tal entendendo-se uma carteira composta por um percentual médio inferior a 90% (noventa por cento) do seu patrimônio investido em cotas de fundos de investimento de longo prazo, segundo as seguintes alíquotas decrescentes (a) 22,5%, em aplicações com prazo de até 180 dias, e (b) 20%, em aplicações com prazo acima de 180 dias; e

(ii) cessão ou alienação das Quotas do Fundo: os ganhos auferidos na cessão ou alienação das Quotas do Fundo devem ser tributados pelo IR à alíquota de 15%. Adicionalmente, para as operações realizadas em bolsa de valores, mercadorias e futuro e assemelhadas, mercado de balcão organizado ou mercado de balcão não organizado com intermediação, há a incidência do IR na fonte, à alíquota de

0,005% (no caso das operações realizadas no mercado à vista, a incidência ocorre sobre o valor da alienação); e

(iii) amortização das Quotas do Fundo: no caso de amortização de Quotas do Fundo, o IR deverá incidir na fonte sobre o valor que exceder o respectivo custo de aquisição, em relação à parcela amortizada, à alíquota aplicável com base no prazo médio dos títulos componentes da Carteira do Fundo, às alíquotas regressivas descritas quanto à hipótese de resgate/liquidação das Quotas do Fundo, definidas em função do prazo do investimento do respectivo Quotista do Fundo.

Não há garantia de que ao Fundo será aplicável o tratamento tributário para fundos de longo prazo.

II - IOF/Títulos: o IOF/Títulos é cobrado à alíquota de 1% ao dia sobre o valor do resgate, inclusive amortização, liquidação, cessão ou repactuação das Quotas do Fundo, limitado a um percentual do rendimento da operação, em função do prazo, conforme a tabela regressiva anexa ao Decreto nº. 6.306, de 14 de dezembro de 2007, sendo tal limite igual a 0% do rendimento para operações com prazo igual ou superior a 30 dias. Outras operações não abrangidas anteriormente, realizadas com Quotas do Fundo, estão sujeitas, atualmente, à alíquota de 0% do IOF/Títulos. Em qualquer caso, a alíquota do IOF/Títulos pode ser majorada a qualquer tempo, por ato do Poder Executivo, até o percentual de 1,5% ao dia.

III – CPMF: até 31 de dezembro de 2007, em regra, as transações realizadas no Brasil que resultassem na transferência de fundos de uma conta mantida por uma instituição financeira brasileira estavam sujeitas à incidência da CPMF, à alíquota de 0,38%. No entanto, desde 1º de Janeiro de 2008, a CPMF não mais vigora e não deve incidir sobre qualquer transferência de fundos realizada após essa data. Caso o governo brasileiro decida reintroduzir a cobrança da CPMF, apenas operações ocorridas após aprovada legislação correlata e expirado prazo legal para sua aplicação serão oneradas por essa contribuição.

Seção XIX – Da solução de conflitos

19.1. – Os conflitos oriundos da interpretação e/ou implementação do disposto neste Regulamento, inclusive quanto à sua interpretação ou execução, serão solucionados por meio de arbitragem a ser administrada pela Câmara, de acordo com o Regulamento da Câmara.

19.2. – A arbitragem será decidida por um tribunal arbitral sediado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, constituído por 3 (três) árbitros a serem nomeados nos termos do Regulamento da Câmara, devendo a parte requerente nomear um árbitro de sua confiança e a parte requerida nomear outro árbitro de sua confiança, sendo o terceiro árbitro, que presidirá os trabalhos, nomeado pelos dois árbitros acima mencionados. Não será permitida a instauração de arbitragem multilateral, ou seja, de procedimento arbitral composto por mais de dois pólos antagônicos entre si. Será, contudo, permitido haver mais de uma parte, pessoa física ou jurídica, em um dos pólos.

19.3. – Todo o procedimento arbitral será em língua portuguesa e serão aplicadas as leis brasileiras.

19.4. – Salvo quando de outra forma disposto na decisão arbitral, cada parte pagará os honorários, custas e despesas do árbitro que indicar, rateando-se entre as partes os honorários, custas e despesas do terceiro árbitro na proporção de 50% (cinquenta por cento) para cada uma. Caso haja mais de uma parte num dos pólos do procedimento arbitral, os honorários, custas e despesas alocados no referido pólo serão rateados de forma igual entre tais partes.

19.5. – Em face da presente cláusula compromissória acima referida, toda e qualquer medida cautelar deverá ser requerida (i) ao tribunal arbitral (caso este já tenha sido instaurado) e cumprida por solicitação do tribunal arbitral ao juiz estatal competente, ou (ii) diretamente ao Poder Judiciário (caso o tribunal arbitral ainda não tenha sido instaurado), no foro da comarca onde a medida cautelar deva ser cumprida pela parte requerida.

Seção XX - Das Disposições Gerais

20.1. – Para fins do disposto neste Regulamento, considera-se o correio eletrônico como uma forma de correspondência válida nas comunicações entre o Administrador, o Gestor, o Custodiante e os Quotistas, inclusive para fins de convocação de Assembléias Gerais e envio de informações referentes ao Fundo, desde que o Quotista concorde, expressamente, com tal procedimento.

20.2. – O Fundo não cobrará taxa de ingresso, quando da subscrição e integralização de Quotas, ou taxa de saída, quando do pagamento de amortização ou resgate de Quotas aos Quotistas.

Anexo I - DEFINIÇÕES

Para fins do disposto neste Regulamento, as expressões indicadas em letra maiúscula terão os respectivos significados a elas atribuídos a seguir:

Administrador	Mellon Serviços Financeiros Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., sociedade devidamente autorizada pela CVM para o exercício profissional de administração de fundos de investimento, com sede na Cidade e Estado do Rio de Janeiro, na Avenida Presidente Wilson nº 231, 11º andar, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 02.201.501/0001-61
Administrador do Fundo Investido	Credit Suisse Hedging-Griffo Corretora de Valores S.A., sociedade devidamente autorizada pela CVM para o exercício profissional de administração de fundos de investimento, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Juscelino Kubitschek n.º 1.830, Torre IV, 7º andar, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 61.809.182/0001-30
Assembleia Geral	Assembleia Geral de Quotistas do Fundo
Assembleia Geral do Fundo Investido	Assembleia Geral de Quotistas do Fundo Investido
BOVESPA	Bolsa de Valores de São Paulo – BVSP
Câmara	Câmara de Arbitragem do Mercado da Bolsa de Valores de São Paulo – BVSP
Capital Comprometido	Valor correspondente à quantidade de Quotas do Fundo Investido que todos os subscritores de Quotas do Fundo Investido se comprometam a integralizar, de forma irrevogável e irretratável, por meio de assinatura de cada Compromisso de Investimento, multiplicado pelo Preço de

	Emissão do Fundo Investido
Carteira	Carteira de investimentos do Fundo, formada por títulos, valores mobiliários e outros ativos financeiros
CETIP	Câmara de Custódia e Liquidação – CETIP
Chamadas de Capital	Cada chamada de capital aos Quotistas do Fundo Investido para aportar recursos no Fundo Investido, mediante a integralização, parcial ou total, das Quotas do Fundo Investido que tenham sido subscritas por cada um dos Quotistas do Fundo Investido, nos termos dos Compromissos de Investimento celebrados com o Fundo Investido. As Chamadas de Capital serão realizadas pelo Administrador do Fundo Investido, de acordo com orientação do Comitê de Investimento, na medida em que o Fundo Investido (i) identifique necessidades de investimento em Valores Mobiliários ou (ii) identifique necessidades de recebimento pelo Fundo Investido de aportes adicionais de recursos para pagamento de despesas e encargos
Comitê de Investimento	O Comitê de Investimento do Fundo Investido, que terá por função principal auxiliar e orientar o Gestor do Fundo Investido na gestão da Carteira do Fundo Investido
Companhias Alvo	As companhias que atendam aos requisitos descritos no Regulamento do Fundo Investido, de forma que sejam passíveis de investimento pelo Fundo Investido
Companhias Investidas	As Companhias Alvo que efetivamente recebam aporte de recursos pelo Fundo Investido
Compromisso de Investimento	Cada “Instrumento Particular de Compromisso de Investimento para Subscrição e Integralização de Quotas”, que será assinado por cada Quotista do Fundo Investido na

	data de subscrição de suas Quotas do Fundo Investido
Conflito de Interesses	Qualquer situação em que uma Parte Interessada e/ou uma Parte Relacionada possua interesse pessoal, efetivo ou em potencial, direto ou indireto, na resolução de determinada questão ou negócio relacionado com o Fundo e/ou com Companhia Alvo e/ou Companhia Investida, efetivo ou potencial, pelo Fundo
Conselho Consultivo	O Conselho Consultivo do Fundo Investido, que terá como funções analisar e opinar acerca de eventuais Conflitos de Interesse, envolvendo investimentos em Companhias Alvo e/ou Companhias Investidas, quando solicitado pela Assembléia Geral do Fundo Investido, pelo Administrador do Fundo Investido ou pelo Gestor do Fundo Investido, auxiliar o Gestor do Fundo Investido nas atividades relacionadas à gestão da Carteira do Fundo Investido e acompanhar a participação do Fundo Investido e o resultado do investimento do Fundo Investido nas Companhias Investidas
Contrato de Gestão	O contrato de administração de carteira de títulos e valores mobiliários celebrado entre o Administrador e o Gestor
CPMF	Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira
Custodiante	Banco Bradesco S.A., com sede na Cidade de Osasco, Estado de São Paulo, na Cidade de Deus s/nº, Vila Yara, inscrito no CNPJ/MF sob n.º 60.746.948/0001-12
Custo de Aquisição	Valor de aquisição inicial de cada Quota
CVM	A Comissão de Valores Mobiliários – CVM
Data de Encerramento para Subscrição da Primeira	Último dia útil do período de distribuição das Quotas, que poderá ter prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias

Emissão	contados da data de início da Oferta do Fundo, nos termos da regulamentação aplicável
Data de Encerramento para Subscrição da Primeira Emissão do Fundo Investido	Último dia útil do período de distribuição das Quotas do Fundo Investido, que poderá ter prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias contados da data de publicação do anúncio de início da Oferta do Fundo Investido, nos termos da regulamentação aplicável
Fundo	Mellon FAMA Private Equity I - Fundo de Investimento em Quotas de Fundos de Investimento Multimercado
Fundo Investido	FAMA Private Equity I – Fundo de Investimento em Participações
Gestor	FAMA Private Equity Administração de Carteira de Valores Mobiliários Ltda., sociedade devidamente autorizada pela CVM para o exercício profissional de administração de carteira de títulos e valores mobiliários, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, à Rua Samuel Morse, n.º 74, conjunto 172, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 09.224.821/0001-86
Gestor do Fundo Investido	FAMA Private Equity Administração de Carteira de Valores Mobiliários Ltda., sociedade devidamente autorizada pela CVM para o exercício profissional de administração de carteira de títulos e valores mobiliários, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, à Rua Samuel Morse, n.º 74, conjunto 172, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 09.224.821/0001-86
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE
Instrução CVM nº 391/03	Instrução da CVM nº 391/03, de 16 de julho de 2003, conforme alterada

Instrução CVM nº 409/04	Instrução da CVM nº 409/04, de 18 de agosto de 2004, conforme alterada
IOF/Títulos	Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio, Seguro e relativas a Títulos ou Valores Mobiliários
IPCA	Índice de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, divulgado pelo IBGE
IR	Imposto de Renda
Mercado de Balcão Organizado de Renda Variável	Mercado de Balcão Organizado de Renda Variável, mantido e operacionalizado pela BOVESPA
Oferta	Distribuição pública da Primeira Emissão de Quotas do Fundo registrada na CVM nos termos da Instrução CVM nº 409/04
Partes Interessadas	Serão consideradas partes interessadas: (i) Quotistas do Fundo Investido; (ii) Administrador do Fundo Investido; (iii) Gestor do Fundo Investido; e (iv) membros dos comitês e conselhos criados pelo Fundo Investido que tenham sido nomeados pelo Administrador do Fundo Investido ou pelo Gestor do Fundo Investido
Partes Relacionadas	Serão consideradas Partes Relacionadas (i) funcionário, diretor, sócio ou representante legal de qualquer Parte Interessada; (ii) cônjuges e/ou parentes até o 2º grau de parentesco de qualquer Parte Interessada; (iii) sociedade controladora, coligada, subsidiárias ou que exerça controle comum em relação a qualquer Parte Interessada; e (iv) conforme o caso, fundos de investimento e/ou carteiras de títulos e valores mobiliários administrados pelo Administrador e/ou pelo Gestor do Fundo Investido
Patrimônio Inicial	O patrimônio do Fundo, após a Primeira Emissão de

	Quotas, que será formado por até 400.000 (quatrocentas mil) Quotas
Período de Carência para Distribuição de Rendimentos	O período, para cada Quota, que se inicia na data de cada integralização da Quota e se encerra com a amortização da totalidade do Custo de Aquisição da referida Quota
Período de Desinvestimento	Período que se iniciará no 1º dia útil seguinte ao término do Período de Investimento e se estenderá até a data de liquidação do Fundo Investido, durante o qual o Gestor do Fundo Investido interromperá todo e qualquer investimento nas Companhias Investidas e dará início a um processo de desinvestimento total do Fundo Investido, mediante estudos, análises e estratégias de desinvestimento elaborados em conjunto com o Comitê de Investimento que, conforme a conveniência e oportunidade, e sempre no melhor interesse do Fundo Investido, propiciem aos Quotistas do Fundo Investido o melhor retorno possível
Período de Investimento	Período inicial de investimentos do Fundo Investido em Valores Mobiliários, que se iniciará no primeiro dia útil seguinte à publicação do anúncio de encerramento da distribuição pública da Primeira Emissão do Fundo Investido e se estenderá por até 3 (três) anos ou até a data em que o Comitê de Investimento entender não ser mais necessária a realização de qualquer investimento pelo Fundo
Preço de Emissão do Fundo Investido	O preço inicial e unitário de emissão das Quotas da Primeira Emissão do Fundo Investido, correspondente a R\$ 1.000,00 (hum mil reais)
Preço de Integralização	O valor de integralização de cada Quota do Fundo representativa do Patrimônio Inicial do Fundo, correspondente ao Valor da Quota do Fundo no dia da efetiva disponibilidade dos recursos confiados pelo Quotista ao Administrador, em sua sede ou dependência. O Preço de

	Integralização da Quota objeto da primeira integralização corresponde ao Preço de Emissão
Primeira Emissão	Primeira Emissão de Quotas do Fundo formada por até 400.000 (quatrocentas mil) Quotas
Primeira Emissão do Fundo Investido	Primeira Emissão de Quotas do Fundo Investido formada por até 400.000 (quatrocentas mil) Quotas do Fundo Investido
Prospecto	O prospecto do Fundo
Quotistas	Investidores qualificados, assim classificados nos termos da Instrução CVM n.º 409/04, que venham a adquirir Quotas
Quotistas do Fundo Investido	Investidores que venham a adquirir Quotas do Fundo Investido
Quotas	Quotas de uma única classe, nominativas e escriturais, de emissão do Fundo, representativas do patrimônio do Fundo
Quotas do Fundo Investido	Quotas de uma única classe, nominativas e escriturais, de emissão do Fundo Investido, representativas do patrimônio do Fundo Investido
Regulamento	O regulamento do Fundo
Regulamento da Câmara	Conjunto de regras que regem a atuação da Câmara
Regulamento do Fundo Investido	O regulamento do Fundo Investido
Remuneração do Administrador	A remuneração devida ao Administrador em contraprestação ao serviço de administração do Fundo, conforme estabelecido no Contrato de Gestão

Remuneração do Gestor	A remuneração devida ao Gestor em contraprestação ao serviço de gestão da Carteira do Fundo, conforme estabelecido no Contrato de Gestão
SFF	Sistema de Fundo Fechado – SFF, mantido e operacionalizado pela CETIP
Taxa de Administração	A taxa de administração do Fundo
Taxa de Performance	A taxa de performance do Fundo
Valor da Quota	Aquele resultante da divisão do patrimônio líquido do Fundo pelo número de Quotas, apurados, ambos, no encerramento do dia dos mercados em que o Fundo opera (“quota de fechamento”)

**REGULAMENTO DO
FAMA PRIVATE EQUITY I – FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES**

São Paulo, 25 de fevereiro 2008

Seção I – Da denominação, forma, prazo de duração e composição do patrimônio do Fundo

1.1. – O **FAMA PRIVATE EQUITY I – FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES**, constituído sob a forma de condomínio fechado, é regido por este Regulamento, seu Anexo I, e pelas disposições legais e regulamentares que lhe forem aplicáveis. O Anexo I a este Regulamento atribui significado às expressões em letra maiúscula utilizadas abaixo.

1.2. – O Fundo terá prazo de duração de 7 (sete) anos contados da Data de Encerramento para Subscrição da Primeira Emissão, podendo ser prorrogado por um período adicional de 2 (dois) anos, mediante proposta do Comitê de Investimento e deliberação da Assembléia Geral, observado o quorum de deliberação estabelecido na Cláusula 5.6. deste Regulamento.

1.3. – O patrimônio do Fundo será formado pelas Quotas.

Seção II – Do público alvo do Fundo e regras de aplicação inicial e manutenção de investimentos no Fundo

2.1. – As Quotas serão colocadas perante os seguintes investidores qualificados, que se enquadrem no conceito descrito no Artigo 109 da Instrução CVM n.º 409/04:

- (iii) dentre investidores residentes no Brasil, somente os FIQs poderão adquirir as Quotas. Pessoas físicas e/ou jurídicas e/ou investidores institucionais, residentes no Brasil, somente poderão realizar investimentos no Fundo por meio da aquisição de quotas de emissão dos FIQs, as quais serão objeto de distribuição pública nos termos da regulamentação aplicável; e
- (iv) dentre investidores não residentes no Brasil, quaisquer investidores qualificados poderão adquirir as Quotas, por meio dos mecanismos de investimento regulados pela Resolução CMN n.º 2689/00.

2.2. – Sem prejuízo do disposto na Cláusula 2.1. acima, os FIQs deverão observar a política de investimento descrita nos seus respectivos regulamentos.

2.3. – O valor mínimo de aplicação inicial no Fundo será de R\$ 100.000,00 (cem mil reais), sendo que não existirá valor mínimo de manutenção de investimentos no Fundo após a aplicação inicial de cada Quotista.

Seção III – Do objetivo, da estratégia de investimento e do parâmetro de rentabilidade do Fundo

3.1. – O objetivo do Fundo é obter rendimentos para seus Quotistas, por meio de investimentos em Valores Mobiliários.

3.2. – Na avaliação de potenciais investimentos em Valores Mobiliários, o Fundo levará em consideração, inclusive, mas não se limitando, aquelas companhias com alto potencial de crescimento, vantagens competitivas e sustentáveis, administração profissional, comprometimento com as melhores práticas de governança corporativa e responsabilidade sócio-ambiental, incluindo, mas não se limitando, companhias que se encontrem em “situações especiais”, tais como reestruturações, sucessões, processos de abertura de capital e aquisição de controle pela respectiva administração, entre outras.

3.3. – Sem prejuízo do disposto acima, o Fundo somente poderá realizar investimentos em companhias cujas operações não se encontrem, a critério do Gestor, em estágio pré-operacional e/ou inicial de atividades, e que observem as seguintes regras e mantenham as seguintes práticas:

- (i) o estatuto social da companhia deverá conter disposições que proíbam a emissão de partes beneficiárias, sendo que, à época da realização de investimentos pelo Fundo, não poderão existir quaisquer partes beneficiárias de emissão da companhia em circulação;
- (ii) os membros do conselho de administração da companhia deverão ter mandato unificado de 1 (um) ano;
- (iii) a companhia deverá manter sempre disponíveis informações sobre contratos com Partes Interessadas e/ou Partes Relacionadas, acordos de acionistas, programas de opção de compra de ações e outros Valores Mobiliários de sua emissão, se houver;
- (iv) a companhia deverá aderir à câmara de arbitragem para resolução de conflitos societários;
- (v) na hipótese de abertura de capital, mediante registro de companhia aberta na CVM, a companhia deverá ter obrigação no sentido de aderir a segmento especial de bolsa de valores ou de entidade mantenedora de mercado de balcão organizado que assegure, no mínimo, níveis diferenciados de práticas de governança corporativa de que tratam os incisos (i) a (iv) acima;
- (vi) as demonstrações financeiras da companhia deverão ser auditadas anualmente por auditores independentes registrados na CVM; e
- (vii) a companhia não poderá desenvolver atividades de industrialização e/ou comercialização (a) de armas de qualquer porte e para qualquer finalidade; (b) de tabaco e seus derivados; (c) que impliquem em impacto sócio-ambiental negativo; e/ou (d) que utilizem trabalho infantil.

3.4. – Sem prejuízo do disposto nesta Seção III, o investimento do Fundo em Valores Mobiliários deverá propiciar a participação do Fundo na administração das Companhias Investidas, com efetiva influência do Fundo na definição de suas políticas estratégicas e na sua gestão. A participação do Fundo no processo decisório de cada Companhia Investida poderá ocorrer por uma das seguintes formas: (i) detenção de

ações que integrem o bloco de controle da Companhia Investida, (ii) celebração de acordo de acionistas ou acordos de investimento, ou, ainda, (iii) celebração de contratos de natureza diversa ou adoção de procedimento que assegure ao Fundo efetiva influência na definição da política estratégica e na gestão de cada Companhia Investida.

Seção IV – Da administração e da estrutura de governança corporativa do Fundo

4.1. – O Fundo será administrado pelo Administrador, ao passo que a Carteira será gerida pelo Gestor, e terá 1 (um) Comitê de Investimento, que terá por função principal auxiliar e orientar o Gestor na gestão da Carteira, conforme descrito neste Regulamento, e 1 (um) Conselho Consultivo, que terá por função principal analisar e opinar acerca de eventuais Conflitos de Interesse, envolvendo investimentos em Companhias Alvo e/ou Companhias Investidas, quando solicitado pela Assembléia Geral, pelo Administrador ou pelo Gestor, e aconselhar o Fundo com relação às Companhias Investidas. As funções e responsabilidades do Administrador, do Gestor, do Comitê de Investimento e do Conselho Consultivo e as suas respectivas regras de operação e atuação, conforme o caso, seguem descritas nesta Seção IV.

Do Administrador e do Gestor

4.2. – O Fundo será administrado pelo Administrador. O Administrador contratou o Gestor para ser o responsável pela gestão da Carteira.

4.2.1. – O diretor do Administrador responsável perante a CVM pela administração do Fundo, na forma da regulamentação em vigor, é o Sr. André Luiz de Santos Freitas, brasileiro, casado, empresário, portador da Cédula de Identidade RG n.º 14.947.773-9 SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob n.º 076.362.748-84, domiciliado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Juscelino Kubitschek, n.º 1.830, Torre IV, 7º andar.

4.2.2. – Respeitados os limites estabelecidos neste Regulamento, o Administrador terá poderes para realizar todos os atos que se façam necessários à administração e operacionalização do Fundo.

4.2.2.1. – Além das atribuições que lhe são conferidas por força de lei, da regulamentação em vigor e das demais disposições deste Regulamento, caberá ao Administrador:

(i) diligenciar para que sejam mantidos, às suas expensas, atualizados e em perfeita ordem, por 5 (cinco) anos após o encerramento do Fundo:

- (g) o registro de Quotistas e de transferência de Quotas;
- (h) o livro de atas das Assembléias Gerais;
- (i) o livro de presença de Quotistas;
- (j) os pareceres do auditor independente;

- (k) os registros e demonstrações contábeis referentes às operações realizadas pelo Fundo e seu patrimônio; e
- (l) a documentação relativa às operações do Fundo.

(ii) no caso de instauração de procedimento administrativo pela CVM, manter a documentação referida no inciso anterior até o término do mesmo;

(iii) empregar, na defesa dos direitos do Quotista, a diligência exigida pelas circunstâncias, praticando todos os atos necessários para assegurá-los, tomando inclusive as medidas judiciais cabíveis;

(iv) exercer suas atividades buscando sempre as melhores condições para o Fundo;

(v) custear, às suas expensas, as despesas com propaganda do Fundo, se necessárias;

(vi) transferir ao Fundo qualquer benefício ou vantagem que possa alcançar em decorrência de sua condição de Administrador;

(vii) pagar, às suas expensas, as eventuais multas cominatórias impostas pela CVM, nos termos da legislação vigente, em razão do atraso do cumprimento dos prazos previstos na Instrução CVM n.º 391/03;

(viii) solicitar a admissão das Quotas à negociação no SFF e, eventualmente, observado o disposto no inciso (viii) da Cláusula 4.3.3. abaixo, no Mercado de Balcão Organizado de Renda Variável;

(ix) manter serviço de atendimento aos Quotistas, responsável pelo esclarecimento de dúvidas e pelo recebimento de reclamações;

(x) observar e fazer cumprir as disposições constantes deste Regulamento;

(xi) cumprir as deliberações da Assembléia Geral e do Comitê de Investimento;

(xii) fornecer aos Quotistas que, isolada ou conjuntamente, sendo detentores de pelo menos 10% (dez por cento) das Quotas emitidas, se assim o requererem, estudos e análise de investimento realizado pelo Fundo, elaborados pelo Gestor, que fundamentem as decisões tomadas em Assembléia Geral e reuniões do Comitê de Investimento, incluindo os registros apropriados com as justificativas das recomendações e respectivas decisões;

(xiii) se houver, fornecer aos Quotistas que, isolada ou conjuntamente, sendo detentores de pelo menos 10% (dez por cento) das Quotas emitidas, assim requererem, atualizações periódicas dos estudos e análise de investimento, elaborados pelo Gestor, permitindo acompanhamento dos investimentos realizados, objetivos alcançados, perspectivas de retorno e identificação de possíveis ações que maximizem o resultado do investimento;

(xiv) receber dividendos, bonificações e quaisquer outros rendimentos ou valores atribuídos ao Fundo;

(xv) representar legalmente o Fundo, no limite de suas competências, nos termos deste Regulamento;

(xv) nomear 1 (um) membro do Comitê de Investimento; e

(xvi) aprovar, em conjunto com o Gestor, a metodologia de avaliação de Valores Mobiliários de emissão de Companhias Investidas a ser adotada pelo Agente de Avaliação na elaboração do Estudo de Avaliação, nos termos da Cláusula 7.4. abaixo.

4.2.3. – O Gestor terá poderes, conforme outorgados pelo Administrador por meio deste Regulamento e do Contrato de Gestão, para realizar todos os atos relacionados à gestão da Carteira, bem como, de acordo com orientação e instruções do Comitê de Investimento, exercer todos os direitos inerentes aos Valores Mobiliários e Outros Ativos integrantes da Carteira, inclusive o de representar o Fundo em juízo e fora dele, de eleger membros para cargos de administração das Companhias Investidas, comparecer e votar em assembleias gerais de sócios das Companhias Investidas, sejam elas ordinárias ou extraordinárias, e reuniões de órgãos administrativos de qualquer espécie, exercer direito de ação, negociar contratos sociais e/ou estatutos sociais das Companhias Investidas e eventuais alterações, assim como firmar contratos de compra e venda de valores mobiliários, acordos de acionistas das Companhias Investidas, acordos de investimento, instrumentos de garantia e/ou contratos de empréstimo, conforme o caso, observadas as limitações deste Regulamento e da regulamentação em vigor.

4.2.3.1. – Além das atribuições que lhe são conferidas por força de lei, da regulamentação em vigor e das demais disposições deste Regulamento, caberá ao Gestor, em nome do Administrador e do Fundo:

(i) exercer, ou diligenciar para que sejam exercidos, todos os direitos decorrentes do patrimônio, da Carteira e das atividades do Fundo;

(ii) exercer suas atividades buscando sempre as melhores condições de negócio para o Fundo;

(iii) transferir ao Fundo qualquer benefício ou vantagem que possa alcançar em virtude de sua condição de Gestor e decorrente do investimento nas Companhias Investidas;

(iv) quando aplicável, em razão de sua natureza, manter os Valores Mobiliários e outros ativos integrantes da Carteira custodiados, registrados e/ou em conta de depósito diretamente centralizados em uma única entidade de custódia, autorizada ao exercício da atividade pela CVM;

(v) elaborar, juntamente com as demonstrações contábeis semestrais e anuais do Fundo, em conjunto com o Comitê de Investimento, parecer a respeito das operações e resultados do Fundo, incluindo declaração de que foram obedecidas as disposições da regulamentação e deste Regulamento;

- (vi) observar e fazer cumprir as disposições constantes deste Regulamento;
- (vii) cumprir as deliberações da Assembléia Geral e do Comitê de Investimento;
- (viii) caso entenda necessário, elaborar estudos e análise de investimento realizado pelo Fundo, que fundamentem as decisões tomadas em Assembléia Geral e reuniões do Comitê de Investimento, incluindo os registros apropriados com as justificativas das recomendações e respectivas decisões, nos termos dos incisos (xii) e (xiii) da Cláusula 4.2.2.1. acima;
- (ix) representar legalmente o Fundo, no limite de suas competências, nos termos deste Regulamento;
- (x) nomear até 4 (quatro) membros do Comitê de Investimento;
- (xi) nomear os membros do Conselho Consultivo;
- (xii) aprovar, em conjunto com o Administrador, a metodologia de avaliação de Valores Mobiliários de emissão de Companhias Investidas a ser adotada pelo Agente de Avaliação na elaboração do Estudo de Avaliação, nos termos da Cláusula 7.4. abaixo; e
- (xiii) nomear o Agente de Avaliação, caso o Comitê de Investimentos não o faça nos termos da Cláusula 7.4.1. abaixo.

Do Comitê de Investimento

4.3. – O Comitê de Investimento será formado por até 5 (cinco) membros, escolhidos dentre pessoas de notório conhecimento e de reputação ilibada, podendo ser eleitos, inclusive, Partes Relacionadas do Administrador, do Gestor e/ou dos Quotistas.

4.3.1. – Os membros do Comitê de Investimento exercerão seus mandatos pelo prazo de duração do Fundo, podendo renunciar ou ser substituídos antes do término de tal prazo, observado que os membros do Comitê de Investimento somente poderão ser substituídos de suas funções por aqueles que os tiverem eleito na forma descrita abaixo.

4.3.2. – Os membros do Comitê de Investimento serão eleitos de acordo com o seguinte procedimento:

- (i) até 1 (um) membro será eleito pelo Administrador; e
- (ii) até 4 (quatro) membros serão eleitos pelo Gestor.

4.3.3. – O Comitê de Investimento terá como funções:

- (i) discutir metas e diretrizes de investimento e desinvestimento do Fundo;
- (ii) deliberar acerca da antecipação do término do Período de Investimento e submeter à aprovação da Assembléia Geral proposta acerca da prorrogação do término do Período de Investimento;
- (iii) propor e deliberar sobre os projetos e propostas de investimento e desinvestimento do Fundo, inclusive sobre a realização de investimentos pelo Fundo após o término do Período de Investimento, nos termos da Cláusula 8.1.4. abaixo;
- (iv) deliberar acerca das datas em que os subscritores de Quotas deverão aportar recursos no Fundo, mediante integralização das Quotas subscritas de acordo com seus respectivos Compromissos de Investimento;
- (v) deliberar sobre o esquema de remuneração, amortização e resgate das Quotas, observado o disposto na Cláusula 13.8. deste Regulamento;
- (vi) deliberar sobre o ressarcimento, pelo Fundo, de despesas incorridas pelo Gestor acima do limite estabelecido no inciso (xi) da Cláusula 18.1. abaixo;
- (vii) acompanhar o desempenho das Companhias Investidas, do Administrador, do Gestor e do Fundo, inclusive durante o Período de Desinvestimento;
- (viii) autorizar o registro das Quotas para negociação no Mercado de Balcão Organizado de Renda Variável;
- (ix) orientar e instruir o Gestor, quando do exercício dos direitos inerentes aos Valores Mobiliários e/ou aos Outros Ativos, nos termos da Cláusula 4.2.3. acima; e
- (x) nomear o Agente de Avaliação nos termos da Cláusula 7.4.1. abaixo.

4.3.4. – Os membros do Comitê de Investimento reunir-se-ão, ordinariamente, uma vez por mês em data a ser estabelecida na primeira reunião do Comitê de Investimento e, extraordinariamente, sempre que necessário, atendendo a convocação escrita, feita com, no mínimo, 5 (cinco) dias úteis de antecedência, a pedido do Administrador e/ou do Gestor e/ou de qualquer de seus membros, conforme o caso. A convocação escrita será dispensada quando estiverem presentes à reunião todos os membros do Comitê de Investimento.

4.3.4.1. – As reuniões do Comitê de Investimento somente serão instaladas com a presença de, pelo menos, a maioria dos seus membros em exercício.

4.3.4.2. – O Comitê de Investimento poderá reunir-se através de conferência telefônica, vídeo conferência

ou outro meio semelhante, sendo válidas as deliberações manifestadas por tais meios.

4.3.5. – As decisões do Comitê de Investimento serão tomadas por maioria de votos dos membros eleitos.

4.3.5.1. – Sem prejuízo do disposto acima, o Administrador terá direito de veto em relação às deliberações do Comitê de Investimentos que sejam flagrantemente contrárias à legislação, regulamentação em vigor e a este Regulamento.

4.3.6. – Das reuniões do Comitê de Investimento serão lavradas atas, as quais serão assinadas pelos membros a elas presentes.

4.3.7. – Os membros do Comitê de Investimento não receberão qualquer remuneração do Fundo pelo exercício de suas funções.

4.3.8. – Os membros do Comitê de Investimento deverão informar ao Administrador e ao Gestor qualquer situação que os coloque em situação de Conflito de Interesses, ficando tais membros impedidos de votar nas matérias relacionadas ao objeto do conflito, enquanto permanecer o conflito.

Do Conselho Consultivo

4.4. – O Conselho Consultivo será formado por, no mínimo, 3 (três) e, no máximo, 5 (cinco) membros, escolhidos exclusivamente pelo Gestor dentre pessoas de notório conhecimento e de ilibada reputação, podendo ser eleitos, inclusive, Partes Relacionadas do Administrador e/ou do Gestor.

4.4.1. – Os membros do Conselho Consultivo exercerão seus mandatos pelo prazo de duração do Fundo, podendo renunciar ou ser substituídos pelo Gestor antes do término de tal prazo.

4.4.2. – O Conselho Consultivo terá como funções: (i) auxiliar o Gestor nas atividades relacionadas à gestão da Carteira; (ii) aconselhar o Fundo com relação às Companhias Investidas; e (iii) quando solicitado pela Assembléia Geral, pelo Administrador ou pelo Gestor, analisar e opinar acerca de eventuais Conflitos de Interesse, envolvendo investimentos em Companhias Alvo e/ou Companhias Investidas. O Gestor poderá consultar os membros do Conselho Consultivo para discutir sobre as estratégias de investimento e desinvestimento do Fundo, forma de participação do Fundo nas Companhias Investidas, resultados dos investimentos realizados pelo Fundo nas Companhias Investidas e outros assuntos relacionados ao Fundo e/ou às Companhias Investidas.

4.4.3. – Os membros do Conselho Consultivo reunir-se-ão, ordinariamente, uma vez a cada trimestre em data a ser estabelecida na primeira reunião do Conselho Consultivo, e, extraordinariamente, sempre que necessário, atendendo a convocação escrita feita com, no mínimo, 5 (cinco) dias úteis de antecedência pelo Gestor e/ou por qualquer de seus membros, conforme o caso. A convocação escrita será dispensada, quando estiverem presentes à respectiva reunião todos os membros do Conselho Consultivo. O Gestor e o

Administrador terão a faculdade de participar das reuniões do Conselho Consultivo, sem direito a voto.

4.4.3.1. – As reuniões do Conselho Consultivo serão instaladas com a presença de, pelo menos, a maioria dos seus membros em exercício.

4.4.3.2. – O Conselho Consultivo poderá reunir-se através de conferência telefônica, vídeo conferência ou outro meio semelhante, sendo válidas as opiniões do Conselho Consultivo manifestadas por tais meios.

4.4.4. – As manifestações do Conselho Consultivo serão no sentido de auxiliar e orientar as decisões a serem tomadas pelo Gestor no exercício de suas funções para com o Fundo, mas não obrigarão o Gestor a tomar quaisquer medidas ou ações relacionadas à gestão da Carteira.

4.4.5. – Das reuniões do Conselho Consultivo serão lavradas atas, as quais serão assinadas pelos membros a elas presentes, pelo Administrador e pelo Gestor.

4.4.6. – Em contraprestação ao exercício das atividades descritas neste Regulamento, cada membro do Conselho Consultivo terá remuneração anual equivalente a, no máximo, R\$ 30.000,00 (trinta mil reais), valor este corrigido pelo IPCA todo último dia útil de cada ano. O Gestor será responsável por definir a remuneração individual de cada membro do Conselho Consultivo, considerando inclusive a participação dos membros nas reuniões do referido órgão.

4.4.6.1. – O Fundo será responsável pelo pagamento da remuneração dos membros do Conselho Consultivo, sendo tal despesa considerada como encargo do Fundo.

4.4.7. – Os membros do Conselho Consultivo deverão informar ao Administrador e ao Gestor qualquer situação que os coloque em situação de Conflito de Interesses, ficando tais membros impedidos de se manifestar nas matérias relacionadas ao objeto do conflito, enquanto permanecer o conflito.

4.4.8. – Os membros do Conselho Consultivo não serão responsabilizados por qualquer ato de administração do Fundo e/ou gestão da Carteira, observado, ainda, que as decisões do Conselho Consultivo não eximirão o Administrador e o Gestor, conforme o caso, das suas responsabilidades perante a CVM, os Quotistas e terceiros, nos termos e de acordo com os limites previstos na legislação aplicável.

Seção V – Da assembléia geral de quotistas e suas responsabilidades e atribuições

5.1. – Observado o disposto nas Cláusulas 5.2. a 5.6. abaixo, competirá exclusivamente à Assembléia Geral deliberar sobre as matérias indicadas abaixo, além de outras matérias que a ela venham a ser atribuídas por força deste Regulamento e/ou das atividades e operações do Fundo:

- (xxxiii) tomar, anualmente, as contas relativas ao Fundo e deliberar, até 30 de junho de cada ano, sobre as demonstrações contábeis apresentadas pelo Administrador;
- (xxxiv) alterar este Regulamento;
- (xxxv) deliberar sobre a destituição ou substituição do Administrador e/ou do Gestor e escolha de seus substitutos;
- (xxxvi) deliberar sobre a fusão, incorporação, cisão ou eventual liquidação do Fundo;
- (xxxvii) deliberar sobre o aumento na Taxa de Administração;
- (xxxviii) deliberar sobre a prorrogação do prazo de duração do Fundo;
- (xxxix) deliberar sobre alterações nos quoruns de instalação e deliberação da Assembléia Geral;
- (xl) deliberar, quando for o caso, sobre requerimento de informações sobre as Companhias Investidas ao Administrador, na forma prevista nos incisos (xii) e (xiii) da Cláusula 4.2.2.1. acima, observado o disposto na regulamentação aplicável;
- (xli) deliberar sobre a realização de operações pelo Fundo de que tratam a Cláusula 6.6. abaixo e a Seção XIV deste Regulamento;
- (xlii) ressalvada a criação do Comitê de Investimento e do Conselho Consultivo, já aprovados quando da constituição do Fundo, deliberar sobre a instalação, composição, organização e funcionamento de outros comitês e conselhos do Fundo;
- (xliii) aprovar despesas extraordinárias do Fundo não previstas neste Regulamento;
- (xliv) deliberar sobre os procedimentos de entrega de Valores Mobiliários e Outros Ativos como forma de pagamento de amortização e/ou resgate de Quotas aos Quotistas na forma da Cláusula 13.7.5.;
- (xlv) deliberar sobre a proposta do Comitê de Investimento de prorrogação do Período de Investimento, nos termos da Cláusula 4.3.3., inciso (iii), deste Regulamento; e
- (xlvi) deliberar sobre a prorrogação ou não do prazo de que trata a Cláusula 6.3.1. deste Regulamento.

5.1.1. – Independentemente do disposto na Cláusula 5.1. acima, este Regulamento poderá ser alterado, independentemente de Assembléia Geral ou de consulta aos Quotistas, sempre que tal alteração decorrer

exclusivamente da necessidade de atendimento a expressa exigência da CVM, em consequência de normas legais ou regulamentares, devendo ser providenciada, no prazo de 30 (trinta) dias, a necessária comunicação aos Quotistas.

5.2. – A convocação da Assembléia Geral será realizada (i) por meio de carta endereçada a cada um dos Quotistas, (ii) correio eletrônico endereçado a cada um dos Quotistas e/ou (iii) por meio de publicação de aviso no periódico utilizado para veicular as informações referentes ao Fundo, conforme Cláusula 17.1.1. deste Regulamento, com antecedência mínima de 15 (quinze) dias, devendo a convocação conter descrição dos assuntos a serem discutidos e votados na respectiva Assembléia Geral. As Assembléias Gerais serão realizadas na sede do Administrador ou, na impossibilidade de se realizarem na sede do Administrador, em lugar a ser previamente indicado pelo Administrador na carta de convocação.

5.2.1. – Independentemente da convocação prevista na Cláusula 5.2. acima, será considerada regular a Assembléia Geral a que comparecerem todos os Quotistas do Fundo.

5.3. – A Assembléia Geral poderá ser convocada pelo Administrador ou por Quotistas que detenham, no mínimo, 5% (cinco por cento) do total das Quotas emitidas pelo Fundo.

5.4. – Somente poderão votar na Assembléia Geral os Quotistas que, até 3 (três) dias antes da data fixada para sua realização, estiverem registrados na conta de depósito como Quotistas do Fundo.

5.5. – Terão qualidade para comparecer à Assembléia Geral os Quotistas, seus representantes legais ou seus procuradores legalmente constituídos.

5.6. – Observado o disposto na Cláusula 5.6.1. abaixo, as deliberações das Assembléias Gerais, como regra geral, serão aprovadas por Quotistas que representem a maioria das Quotas em circulação, em primeira convocação, e a maioria das Quotas dos Quotistas presentes, em segunda convocação, sendo que a segunda convocação poderá ser realizada em conjunto com a primeira convocação.

5.6.1. – A deliberação sobre as matérias indicadas nos incisos (iii), (iv) e (vii) da Cláusula 5.1. acima dependerá de aprovação de Quotistas que representem 67% (sessenta e sete por cento) das Quotas em circulação, em qualquer convocação.

Seção VI - Da formação e composição da carteira de investimentos do Fundo e outras regras aplicáveis aos investimentos do Fundo

6.1. – Os investimentos do Fundo nos Valores Mobiliários serão realizados, como regra geral e exceto se de outra forma previsto neste Regulamento, durante o Período de Investimento, mediante estrita observância dos termos e condições estabelecidos neste Regulamento, podendo ser realizados por meio de negociações privadas e/ou negociações realizadas em bolsa de valores ou mercado de balcão. Os investimentos do Fundo nos Outros Ativos serão realizados durante o funcionamento do Fundo por meio

de negociações realizadas em bolsa de valores ou mercado de balcão organizado ou sistema de registro autorizado a funcionar pelo Banco Central do Brasil e/ou pela CVM.

6.2. – A Carteira do Fundo será composta por:

- (viii) preponderantemente, Valores Mobiliários de emissão das Companhias Investidas, sendo que, no mínimo, 67% (sessenta e sete por cento) do patrimônio líquido do Fundo deverá ser alocado em ações de emissão de companhias registradas ou não como companhia aberta; e
- (ix) Outros Ativos.

6.2.1. – Não obstante os cuidados a serem empregados pelo Administrador, pelo Gestor e pelo Comitê de Investimento na implantação da política de investimento descrita neste Regulamento, os investimentos do Fundo, por sua própria natureza, estarão sempre sujeitos a variações de mercado, a riscos inerentes aos emitentes dos Valores Mobiliários e a riscos de crédito, não podendo o Administrador, o Gestor e o Comitê de Investimento, em hipótese alguma, ser responsabilizados por qualquer depreciação dos ativos da Carteira ou por eventuais prejuízos impostos aos Quotistas, salvo nos casos previstos neste Regulamento.

6.2.2. – O Fundo não poderá alocar recursos cujo montante corresponda a percentual superior a 30% (trinta por cento) do Capital Comprometido, atualizado pelo IPCA, em uma única Companhia Investida.

6.2.2.1. – O limite de concentração de que trata o item 6.2.2. acima aplica-se às Companhias Investidas e respectivas Partes Relacionadas.

6.2.3. – Além das Companhias Investidas, o Fundo poderá realizar investimentos em Outros Ativos de emissão de um único emissor, sendo que, além do disposto nesta Seção VI, não existirão quaisquer outros critérios de concentração e/ou diversificação para os Valores Mobiliários e para os Outros Ativos que poderão compor a Carteira. O disposto nesta cláusula implicará risco de concentração dos investimentos do Fundo em poucos emissores e risco de pouca liquidez para o Fundo, o que poderá, eventualmente, acarretar em perdas patrimoniais ao Fundo e aos Quotistas, tendo em vista, principalmente, que os resultados do Fundo poderão depender integralmente dos resultados atingidos por poucas Companhias Investidas cujos Valores Mobiliários venham a integrar a Carteira.

6.3. – Sem prejuízo do objetivo principal do Fundo em realizar investimentos em Valores Mobiliários, na formação, manutenção e desinvestimento da Carteira serão observados os seguintes procedimentos:

- (v) sem prejuízo do disposto no inciso (iv) abaixo, os recursos que venham a ser aportados no Fundo, mediante a integralização de Quotas no âmbito de cada Chamada de Capital, (a) deverão ser utilizados para a aquisição de Valores Mobiliários dentro do prazo máximo de 45 (quarenta e cinco) dias contados da data em que seja realizada a primeira integralização de

Quotas no âmbito de cada Chamada de Capital ou (b) poderão ser utilizados para pagamento de despesas e encargos do Fundo;

- (vi) até que os investimentos do Fundo nos Valores Mobiliários sejam realizados, quaisquer valores que venham a ser aportados no Fundo, em decorrência da integralização de Quotas, serão aplicados em Outros Ativos e/ou mantidos em caixa, em moeda corrente nacional, a critério do Gestor, no melhor interesse do Fundo e dos Quotistas;
- (vii) durante os períodos que compreendam o recebimento, pelo Fundo, de rendimentos e outras remunerações referentes aos investimentos do Fundo nos Valores Mobiliários e Outros Ativos e a data de distribuição de tais rendimentos e outras remunerações aos Quotistas, a título de pagamento de amortização de Quotas, tais recursos deverão ser mantidos aplicados em Outros Ativos e/ou mantidos em caixa, em moeda corrente nacional, a critério do Gestor, no melhor interesse do Fundo e dos Quotistas; e
- (viii) o Gestor poderá manter parcela correspondente a até 33% (trinta e três por cento) do patrimônio do Fundo aplicado exclusivamente em Outros Ativos, desde que tais recursos estejam diretamente vinculados a pagamentos de despesas e outros encargos programados do Fundo, nos termos da regulamentação e deste Regulamento.

6.3.1. – Caso investimentos do Fundo em Valores Mobiliários não sejam realizados dentro do prazo previsto no inciso (i) da Cláusula 6.3. acima, o Administrador deverá convocar imediatamente a Assembléia Geral para deliberar sobre (i) a prorrogação do prazo referido no inciso (i) da Cláusula 6.3. acima ou (ii) a restituição aos Quotistas dos valores já aportados no Fundo e que sejam referentes aos investimentos em Valores Mobiliários originalmente programados pelo Administrador e não concretizados por qualquer razão.

6.4. – Os dividendos, juros sobre capital próprio, bonificações e quaisquer outras remunerações que venham a ser distribuídas em benefício do Fundo, por conta de seus investimentos nos Valores Mobiliários e/ou em Outros Ativos, serão incorporados ao patrimônio do Fundo e serão considerados para fins de pagamento de parcelas de amortização e/ou resgate aos Quotistas e/ou da Taxa de Administração e/ou, ainda, para pagamento de encargos do Fundo.

6.5. – O Fundo somente poderá operar no mercado de derivativos para fins de proteção patrimonial.

6.6. – Salvo aprovação de Quotistas reunidos em Assembléia Geral, será vedado ao Fundo adquirir Valores Mobiliários de emissão de Companhias Alvo e/ou de Companhias Investidas nas quais participem:

- (iii) o Administrador, o Gestor, membros dos comitês ou conselhos criados pelo Fundo e/ou Quotistas titulares de Quotas representativas de 5% (cinco por cento) do total das Quotas emitidas pelo Fundo, seus sócios e respectivos cônjuges, individualmente ou em conjunto, com percentual superior a 10% (dez por cento) do capital social votante ou total;

- (iv) com qualquer percentual do capital social da Companhia Alvo e/ou da Companhia Investida, quaisquer das pessoas mencionadas no inciso (i) anterior que:
 - c. estejam envolvidas, direta ou indiretamente, na estruturação financeira da operação de emissão de Valores Mobiliários a serem adquiridos pelo Fundo, inclusive na condição de agente de colocação, coordenação ou garantidor da emissão, antes da realização do primeiro investimento do Fundo na respectiva companhia; ou
 - d. façam parte de conselhos de administração, consultivo ou fiscal da companhia emissora dos Valores Mobiliários a serem subscritos pelo Fundo, antes da realização do primeiro investimento do Fundo na respectiva companhia.

Seção VII – Dos critérios de avaliação da carteira de investimentos do Fundo

7.1. – Entende-se por patrimônio do Fundo a soma algébrica do disponível com o valor da Carteira, mais os valores a receber, menos as exigibilidades. O valor do patrimônio do Fundo será calculado mensalmente considerando os critérios estabelecidos no “Manual de Marcação a Mercado” do Administrador, conforme o caso, bem como os critérios estabelecidos abaixo.

7.2. – No cálculo do valor da Carteira, os Valores Mobiliários e os Outros Ativos serão, inicialmente, avaliados pelos preços transacionados no mercado, nos casos de ativos líquidos ou, quando preços de mercado não puderem ser aferidos, de acordo com os seguintes critérios:

- (i) Valores Mobiliários e Outros Ativos de renda fixa serão avaliados pelo valor de seu principal atualizado pelas respectivas remunerações, calculadas *pro rata temporis*, e deduzidas eventuais provisões de crédito;
- (ii) Valores Mobiliários de renda variável serão avaliados pelo seu custo de aquisição; e
- (iii) quotas de fundos de investimento terão seu valor determinado pelo administrador do respectivo fundo.

7.3. – Os Valores Mobiliários de renda variável sem liquidez no mercado serão objeto de reavaliação nas seguintes situações e de acordo com o disposto na Cláusula 7.4. abaixo:

- (i) sempre que o Comitê de Investimento entender necessário, mas respeitando um intervalo não inferior a 12 (doze) meses; e
- (ii) no prazo não superior a 60 (sessenta) dias imediatamente anterior à qualquer situação de liquidação do Fundo.

7.4. – Em qualquer das situações previstas na Cláusula 7.3., a reavaliação dos Valores Mobiliários de renda variável sem liquidez será de responsabilidade do Gestor, considerando o Estudo de Avaliação. O Estudo de Avaliação deverá ser preparado pelo Agente de Avaliação.

7.4.1. – A escolha do Agente de Avaliação deverá ser feita pelo Comitê de Investimento previamente à ocorrência de um evento de reavaliação dos Valores Mobiliários de renda variável sem liquidez, sendo que, na hipótese de necessidade de reavaliação dos Valores Mobiliários por conta do evento descrito no inciso (ii) da Cláusula 7.3. acima, tal escolha deverá ser feita em prazo não inferior a 45 (quarenta e cinco) dias imediatamente anterior à qualquer situação de liquidação do Fundo. Caso o Comitê de Investimento não chegue a uma conclusão definitiva sobre a escolha do Agente de Avaliação no prazo acima referido ou caso seja convocada uma reunião do Comitê de Investimento para deliberar sobre a nomeação do Agente de Avaliação e a respectiva reunião não seja instalada por falta de quorum, então o Gestor terá a faculdade de escolher o Agente de Avaliação, no prazo máximo de 15 (quinze) dias a contar do 1º (primeiro) dia útil seguinte ao término do prazo outorgado ao Comitê de Investimento para a escolha do Agente de Avaliação, sem necessidade de aprovação ou ratificação do Comitê de Investimento. Uma vez definida a empresa que será o Agente de Avaliação, ficará a cargo do Administrador contratar tal empresa, às expensas do Fundo. O resultado do Estudo de Avaliação será aceito pelos Quotistas, Administrador, Gestor, Comitê de Investimento e pelo Conselho Consultivo, e vinculará e será válido para todos os fins de direito.

7.5. – Os Valores Mobiliários e os Outros Ativos que, na data de liquidação do Fundo, não tiverem sido alienados ou resgatados integralmente, nos respectivos prazos contratuais e/ou de vencimento, serão considerados, para efeito de cálculo do patrimônio líquido naquela data, como sem nenhum valor.

Seção VIII - Do período de investimentos para a formação da carteira do Fundo

8.1. – O Fundo terá um Período de Investimento, que se iniciará no primeiro dia útil seguinte à publicação do anúncio de encerramento da distribuição pública das Quotas da Primeira Emissão e se estenderá por até 3 (três) anos ou até a data em que o Comitê de Investimento entender não ser mais necessária a realização de qualquer investimento pelo Fundo. A liquidação dos ativos integrantes da Carteira será realizada durante o Período de Desinvestimento, mas, caso o Comitê de Investimento entenda ser no melhor interesse do Fundo, o Fundo poderá proceder à venda de parte ou da totalidade dos Valores Mobiliários antes do término do Período de Investimento, mediante notificação por escrito do fato aos Quotistas, a qual conterá as justificativas para as ações tomadas pelo Gestor e pelo Comitê de Investimento no exercício de suas atribuições para com o Fundo.

8.1.1. – Os recursos eventualmente obtidos mediante a venda de parte ou da totalidade dos Valores Mobiliários antes do término do Período de Investimento poderão ser distribuídos aos Quotistas, por meio da amortização de Quotas, e/ou reinvestidos na aquisição de Valores Mobiliários de Companhias Alvo e/ou Companhias Investidas, nos termos deste Regulamento, de acordo com orientação do Comitê de

Investimento.

8.1.2. – O Comitê de Investimento poderá, a seu único e exclusivo critério, antecipar o término do Período de Investimento, conforme disposto na Cláusula 4.3.3., inciso (iii), deste Regulamento, ao passo que a prorrogação do término do Período de Investimento dependerá de proposta apresentada pelo Comitê de Investimento e que tenha sido aprovada pela Assembléia Geral, nos termos da Cláusula 5.1., inciso (xiii), deste Regulamento.

8.1.3. – Os recursos utilizados pelo Fundo para a realização de investimentos em Valores Mobiliários e Outros Ativos serão aportados pelos Quotistas, mediante subscrição e integralização das Quotas, conforme descrito neste Regulamento.

8.1.4. – Investimentos em Valores Mobiliários poderão ser realizados excepcionalmente fora do Período de Investimento, mediante decisão do Comitê de Investimento, sempre objetivando os melhores interesses do Fundo, nos casos: (i) de investimentos relativos a obrigações assumidas pelo Fundo e aprovadas antes do término do Período de Investimento e ainda não concluídos definitivamente; ou (ii) de novos investimentos nas Companhias Investidas ou em suas subsidiárias.

Seção IX - Do período de liquidação dos investimentos

9.1. – A partir do 1º (primeiro) dia útil seguinte ao término do Período de Investimento, o Gestor não realizará novos investimentos do Fundo em Valores Mobiliários, ressalvado o disposto na Cláusula 8.1.4. acima, e envidará seus melhores esforços no processo de desinvestimento total do Fundo, de acordo com estudos, análises e estratégias de desinvestimento elaborados pelo Comitê de Investimento e que, conforme a conveniência e oportunidade, e sempre no melhor interesse do Fundo, propiciem aos Quotistas o melhor retorno possível, devendo tal processo ser concluído até a data de liquidação do Fundo e de acordo com os termos e condições deste Regulamento.

9.1.1. – Durante o Período de Desinvestimento não será aplicado o disposto na Cláusula 6.2.2. no que diz respeito ao limite de concentração de investimentos por Companhia Investida.

Seção X – Da distribuição de resultados

10.1. – A distribuição de ganhos e rendimentos do Fundo será feita exclusivamente mediante a amortização parcial ou total de Quotas, observado o disposto nesta Seção X e na Seção XVI abaixo.

10.2. – O Administrador promoverá amortizações parciais ou total das Quotas, a qualquer momento durante o prazo de duração do Fundo, de acordo com orientação nesse sentido do Comitê de Investimento, na medida em que o valor de ganhos e rendimentos do Fundo, em função de seus investimentos e/ou desinvestimentos nos Valores Mobiliários e Outros Ativos, sejam suficientes para o pagamento do valor de todas as exigibilidades e provisões do Fundo.

10.3. – Quaisquer distribuições a título de amortização de Quotas deverão abranger todas as Quotas do Fundo, em benefício de todos os Quotistas, ressalvada a hipótese prevista na Cláusula 13.6.1.

Seção XI – Dos procedimentos de liquidação dos investimentos em Valores Mobiliários e do Fundo

11.1. – A liquidação programada dos investimentos do Fundo será realizada de acordo com um dos procedimentos descritos a seguir, a critério do Comitê de Investimento, sempre levando em consideração a opção que possa gerar, na opinião do Comitê de Investimento, maior resultado para os Quotistas:

- (iii) venda dos Valores Mobiliários e dos Outros Ativos em bolsa de valores ou mercado de balcão organizado ou, ainda, por meio de transações privadas; ou
- (iv) na impossibilidade dos eventos descritos acima, entrega aos Quotistas dos Valores Mobiliários e/ou dos Outros Ativos aos Quotistas, mediante observância do disposto na Cláusula 13.7.5.

11.1.1. – Em qualquer caso, a liquidação de investimentos do Fundo será realizada com observância às normas operacionais estabelecidas pela CVM que são aplicáveis ao Fundo.

11.2. – Após o pagamento do resgate total das Quotas do Fundo, o Administrador promoverá o encerramento do Fundo, informando tal fato à CVM, no prazo estabelecido na regulamentação e lhe encaminhando a documentação exigida, assim como praticará todos os atos necessários ao encerramento das atividades do Fundo perante quaisquer autoridades.

11.3. – O Fundo poderá ser liquidado, antes de seu prazo de duração, na ocorrência das seguintes situações:

- (iii) caso todos os Valores Mobiliários tenham sido alienados antes do prazo de encerramento do Fundo; e/ou
- (iv) mediante deliberação da Assembléia Geral, observado o quorum de deliberação de que trata a Cláusula 5.6.

Seção XII – Da composição do patrimônio do Fundo e das emissões de quotas

12.1. – O patrimônio do Fundo será representado pelas Quotas, que serão de uma única classe. As características, os direitos e as condições de emissão, distribuição, remuneração, amortização e resgate das Quotas estão descritos nesta Seção XII e na Seção XIII deste Regulamento.

12.2. – O Patrimônio Inicial será formado por até 400.000 (quatrocentas mil) Quotas, sendo que não

existirá quantidade mínima de Quotas a serem subscritas no âmbito da Primeira Emissão. O Preço de Emissão será correspondente a R\$ 1.000,00 (hum mil reais), totalizando a Primeira Emissão o montante máximo equivalente a R\$400.000.000,00 (quatrocentos milhões de reais).

12.3. – As Quotas representativas do Patrimônio Inicial deverão ser totalmente subscritas até a Data de Encerramento para Subscrição da Primeira Emissão. A integralização das Quotas representativas do Patrimônio Inicial deverá ser realizada no prazo máximo de 3 (três) anos contados da data de registro da distribuição pública das Quotas da Primeira Emissão na CVM, nos termos da regulamentação aplicável.

12.4. – As Quotas representativas do Patrimônio Inicial que não forem subscritas até a Data de Encerramento para Subscrição da Primeira Emissão serão canceladas pelo Administrador.

Seção XIII – Das características, direitos, emissão, subscrição, integralização e amortização das quotas

13.1. – Características das Quotas e Direitos Patrimoniais

13.1.1. – As Quotas do Fundo correspondem a frações ideais de seu patrimônio e são de uma única classe.

13.1.2. – Todas as Quotas do Fundo terão forma nominativa, serão escriturais, mantidas em conta de depósito em nome de seus titulares, mantida pelo Administrador.

13.1.3. – Todas as Quotas farão jus a pagamentos de amortização em iguais condições, observado o disposto neste Regulamento.

13.2. – Valor das Quotas

13.2.1. – As Quotas terão seu valor calculado mensalmente e tal valor corresponderá à divisão do patrimônio líquido do Fundo pelo número de Quotas emitidas e em circulação, na data de apuração do valor das Quotas.

13.3. – Direitos de Voto

13.3.1. – Todas as Quotas terão direito de voto nas Assembléias Gerais, correspondendo cada Quota a um voto.

13.4. – Emissão e Subscrição de Quotas

13.4.1. – Cada emissão de Quotas do Fundo será objeto de registro de distribuição pública na CVM, nos termos da regulamentação aplicável.

13.4.2. – As Quotas representativas do Patrimônio Inicial serão subscritas pelos Quotistas até a Data de Encerramento para Subscrição da Primeira Emissão e serão integralizadas em moeda corrente nacional, de acordo com as Chamadas de Capital que venham a ser apresentadas aos Quotistas, nos termos da Cláusula 13.5.2. abaixo.

13.4.3. – No ato de subscrição das Quotas representativas do Patrimônio Inicial o subscritor (i) assinará o boletim individual de subscrição, que será autenticado pelo Administrador, (ii) se comprometerá, de forma irrevogável e irretratável, a integralizar as suas Quotas subscritas, nos termos do Compromisso de Investimento, o qual, uma vez assinado, passará a fazer parte integrante deste Regulamento e (iii) receberá exemplar atualizado deste Regulamento e do Prospecto, quando deverá declarar, por meio da assinatura de termo de adesão ao Regulamento e ciência de risco, que está ciente das disposições contidas no Compromisso de Investimento, neste Regulamento e no Prospecto, nos termos da regulamentação aplicável.

13.5. – Integralização das Quotas

13.5.1. – As Quotas representativas do Patrimônio Inicial serão integralizadas pelo Preço de Integralização. O Preço de Integralização será pago pelos Quotistas conforme solicitação que venha a ser realizada pelo Administrador, de acordo com orientação do Comitê de Investimento, de acordo com os procedimentos descritos abaixo.

13.5.2. – Na medida em que o Administrador, de acordo com orientação do Comitê de Investimento, (i) identifique necessidades de investimento em Valores Mobiliários, ou (ii) identifique necessidades de recebimento pelo Fundo de aportes adicionais de recursos para pagamento de despesas e encargos, o Administrador realizará Chamadas de Capital. Ao receberem a Chamada de Capital, os Quotistas serão obrigados a integralizar parte ou a totalidade de suas Quotas, conforme solicitado pelo Administrador, de acordo com orientação e diretrizes estabelecidas pelo Comitê de Investimento e nos termos dos respectivos Compromissos de Investimento.

13.5.3. – O pagamento do Preço de Integralização deverá ser realizado em moeda corrente nacional, por meio de ordem de pagamento, débito em conta corrente, documento de ordem de crédito, ou outro mecanismo de transferência de recursos autorizado pelo Banco Central do Brasil.

13.5.4. – O procedimento disposto nas Cláusulas 13.5.1. a 13.5.3 acima será repetido para cada Chamada de Capital do Fundo, até que 100% (cem por cento) das Quotas subscritas pelos Quotistas tenham sido integralizadas pelos Quotistas.

13.5.5. – Os Quotistas, ao subscreverem Quotas do Fundo e assinarem os Compromissos de Investimento, comprometer-se-ão a cumprir com o disposto nas cláusulas acima e com os respectivos Compromissos de Investimento, responsabilizando-se por quaisquer perdas e danos que venham a causar ao Fundo na hipótese de não cumprimento de suas obrigações nos termos das cláusulas acima e dos respectivos Compromissos de Investimento, estando também sujeitos ao disposto na Cláusula 13.6. abaixo.

13.6. – Inadimplência dos Quotistas

13.6.1. – O Quotista Inadimplente será responsável por quaisquer perdas e danos que venha a causar ao Fundo, nos termos da Cláusula 13.5.5. acima e o Quotista Inadimplente terá seus direitos políticos e patrimoniais suspensos (voto em Assembléias Gerais, pagamento de amortização em igualdade de condições com os demais Quotistas, assim como direito de preferência para a aquisição de Quotas em negociações realizadas no mercado secundário) até que as suas obrigações tenham sido cumpridas, ou até a data de liquidação do Fundo, o que ocorrer primeiro. Caso o Quotista Inadimplente venha a cumprir com suas obrigações após a suspensão de seus direitos, conforme indicado acima, tal Quotista Inadimplente passará a ser novamente elegível ao recebimento de ganhos e rendimentos do Fundo, a título de amortização de suas Quotas, aos seus direitos políticos e seu direito de preferência para a aquisição de Quotas em negociações realizadas no mercado secundário, conforme previsto neste Regulamento.

13.6.2. – Se o Fundo realizar amortização ou resgate de Quotas aos Quotistas do Fundo em período em que um Quotista seja considerado como Quotista Inadimplente, os valores referentes à amortização ou ao resgate devidos ao Quotista Inadimplente serão utilizados para o pagamento dos débitos do Quotista Inadimplente perante o Fundo. Eventuais saldos existentes, após a dedução de que trata esta cláusula, serão entregues ao Quotista Inadimplente, a título de amortização ou resgate de suas Quotas.

13.7. – Procedimentos referentes à Amortização de Quotas

13.7.1. – As Quotas do Fundo serão amortizadas de acordo com planos de desinvestimento e cronogramas de amortização elaborados pelo Comitê de Investimento para cada Companhia Investida. Os cronogramas de amortização de Quotas serão disponibilizados pelo Administrador aos Quotistas com antecedência prévia de, no mínimo, 5 (cinco) dias úteis. Inicialmente, o Fundo não pretende realizar amortizações de Quotas antes do término do Período de Investimento, mas amortizações antecipadas poderão ocorrer se o Comitê de Investimento entender tal decisão ser no melhor interesse dos Quotistas, observado o disposto neste Regulamento.

13.7.2. – Para fins de amortização de Quotas, será considerado o valor da Quota no dia útil imediatamente anterior ao do pagamento da respectiva parcela de amortização. O valor da Quota para fins de pagamento de amortização corresponderá ao valor do patrimônio do Fundo dividido pelo número de Quotas emitidas em circulação na data útil imediatamente anterior ao do pagamento da amortização.

13.7.3. – Quando a data estipulada para qualquer pagamento de amortização aos Quotistas cair em dia que seja feriado nacional, tal pagamento será efetuado no primeiro dia útil seguinte, pelo valor da Quota em vigor no dia útil imediatamente anterior à data do pagamento.

13.7.4. – Os pagamentos de amortização das Quotas serão realizados em moeda corrente nacional, por meio de ordem de pagamento, crédito em conta corrente, documento de ordem de crédito, ou outro mecanismo de transferência de recursos autorizado pelo Banco Central do Brasil.

13.7.5. – Ao final do prazo de duração do Fundo e/ou quando da liquidação antecipada do Fundo, todas as Quotas deverão ter seu valor amortizado integralmente em moeda corrente nacional. Não havendo recursos em moeda corrente nacional suficientes para realizar o pagamento da amortização total das Quotas em circulação à época da liquidação do Fundo, deverá ser adotado o seguinte procedimento:

- (i) o Administrador convocará uma Assembléia Geral, a qual deverá (a) decidir se pretende prorrogar o período de duração do Fundo, para que o Gestor tenha período adicional para liquidar os Valores Mobiliários e os Outros Ativos integrantes da Carteira e, num segundo momento, liquidar o Fundo mediante a amortização de Quotas em moeda corrente nacional, ou (b) deliberar sobre procedimentos de dação em pagamento dos Valores Mobiliários e Outros Ativos do Fundo para fins de amortização total das Quotas do Fundo ainda em circulação;
- (ii) na hipótese da Assembléia Geral referida acima deliberar não prorrogar o prazo de duração do Fundo e não chegar a acordo comum referente aos procedimentos de dação em pagamento dos Valores Mobiliários e Outros Ativos, tais Valores Mobiliários e Outros Ativos serão dados em pagamento aos Quotistas, mediante a constituição de um condomínio, cuja fração ideal de cada Quotista será calculada de acordo com a proporção de Quotas detida por cada Quotista sobre o valor total das Quotas em circulação à época, sendo que, após a constituição do referido condomínio, o Administrador e o Gestor estarão desobrigados em relação às responsabilidades estabelecidas neste Regulamento, ficando autorizado o Administrador a liquidar o Fundo perante as autoridades competentes;
- (iii) na hipótese descrita no inciso acima, o Administrador deverá notificar os Quotistas, para que os mesmos elejam um administrador para o referido condomínio de Valores Mobiliários e Outros Ativos, na forma do Artigo 1.323 da Lei n.º 10.406, de 10 de janeiro de 2.002, conforme alterada, informando a proporção de Valores Mobiliários e Outros Ativos a que cada Quotista fará jus, sem que isso represente qualquer responsabilidade do Administrador e/ou do Gestor perante os Quotistas após a constituição do condomínio de que trata o inciso acima; e
- (iv) caso os Quotistas não procedam à eleição do administrador do condomínio referido acima, essa função será exercida pelo Quotista (que não seja um Quotista Inadimplente) que detenha a maior quantidade de Quotas do Fundo em circulação.

13.8. – Resgate das Quotas

13.8.1. – Salvo no caso do resgate compulsório de que trata a Cláusula 13.9.3. abaixo, as Quotas do Fundo somente serão resgatadas na data de liquidação do Fundo.

13.9. – Negociação das Quotas

13.9.1. – As Quotas serão registradas para negociação no SFF. Sem prejuízo do disposto acima, o Administrador poderá, mediante autorização do Comitê de Investimento, registrar as Quotas para negociação no Mercado de Balcão Organizado de Renda Variável.

13.9.2. – Caberá ao intermediário, no caso de operações de aquisição de Quotas nesses mercados, assegurar a condição de investidor qualificado do adquirente de Quotas.

13.9.3. – Todo Quotista que ingressar no Fundo, por meio de operação de compra e venda de Quotas, deverá cumprir com todos os requisitos descritos neste Regulamento, sob pena de nulidade da operação de compra e venda de Quotas em questão ou sob pena de resgate compulsório de suas Quotas, a critério exclusivo do Administrador.

13.9.4. – Os Quotistas, ao ingressarem no Fundo, outorgar-se-ão reciprocamente o direito de preferência para a compra ou venda de Quotas de sua propriedade, em igualdade de condições e proporcionalmente à participação de cada um dos Quotistas na composição do patrimônio líquido do Fundo, no caso de qualquer Quotista pretender, de qualquer forma e sob qualquer hipótese, alienar tais Quotas a terceiros ou a outros Quotistas, quando os procedimentos descritos nos Compromissos de Investimento deverão ser observados.

13.9.5. – Caso um Quotista venha a alienar suas Quotas a terceiros e/ou a outros Quotistas sem observância do disposto neste Regulamento e sem comprovação, pelo Administrador, de que o novo Quotista qualifica-se para ser investidor do Fundo nos termos da Seção II deste Regulamento, e sem autorização expressa do Administrador, tal operação será nula e não surtirá quaisquer efeitos.

Seção XIV - Situações de conflito de interesses

14.1. – Sem prejuízo do disposto na Cláusula 6.6. acima, a Assembléia Geral deverá analisar e aprovar todo e qualquer Conflito de Interesses.

14.1.1. – Nos termos da Cláusula 4.4.2. acima, o Conselho Consultivo poderá analisar e opinar acerca de eventuais Conflitos de Interesse, envolvendo investimentos em Companhias Alvo e/ou Companhias Investida, quando solicitado pela Assembléia Geral, pelo Administrador ou pelo Gestor.

Seção XV – Da substituição do Administrador e do Gestor

15.1. – O Administrador e o Gestor poderão renunciar à administração do Fundo e gestão da Carteira, conforme o caso, mediante notificação por escrito endereçada a cada Quotista e à CVM, com antecedência de, no mínimo, 60 (sessenta) dias. Nessa hipótese, o Administrador deverá convocar Assembléia Geral para deliberar sobre a sua substituição ou sobre a substituição do Gestor (observado o quorum de deliberação de que trata a Cláusula 5.6.1. deste Regulamento), a ser realizada no prazo de até 10 (dez) dias, contados da data de encaminhamento da notificação de que trata essa cláusula. Independentemente do disposto acima, na hipótese de renúncia do Administrador ou do Gestor, o Administrador continuará obrigado a prestar os serviços de administração do Fundo e/ou gestão da Carteira, conforme o caso, até que outra instituição venha a lhe substituir ou venha a substituir o Gestor, devendo o Administrador e/ou o Gestor receber respectivamente a Remuneração do Administrador e a Remuneração do Gestor correspondente ao período em que permanecerem no cargo, conforme o caso, calculadas e pagas nos termos da Seção XVI abaixo.

15.1.1. – Caso a Assembléia Geral de que trata o item 15.1. acima (i) não nomeie instituição habilitada para substituir o Administrador ou o Gestor; ou (ii) não obtenha quorum suficiente, observado o disposto na Cláusula 5.6.1. acima, para deliberar sobre a substituição do Administrador ou do Gestor, ou, ainda, sobre a liquidação antecipada do Fundo, o Administrador procederá à liquidação automática do Fundo, sem necessidade de aprovação dos Quotistas, dentro do prazo de até 45 (quarenta e cinco) dias contados da data estabelecida para a realização da Assembléia Geral.

15.1.2. – Além da hipótese de renúncia descrita na cláusula acima, o Administrador e/ou o Gestor poderão ser destituídos de suas funções na hipótese de descredenciamento por parte da CVM e/ou por vontade exclusiva dos Quotistas, reunidos em Assembléia Geral, observado o quorum de deliberação de que trata a Cláusula 5.6.1. deste Regulamento, e desde que configurada Justa Causa.

15.1.2.1. – Para fins de que trata este Regulamento, será considerada justa causa a comprovação de que o Administrador e/ou o Gestor (i) atuou com dolo, fraude ou violação no desempenho de suas funções e responsabilidades como Administrador e/ou Gestor, conforme o caso, ou em qualquer outra forma de relacionamento com o Fundo; (ii) descumpriu obrigações legais ou contratuais que deveria observar como Administrador ou Gestor, conforme o caso; (iii) foi condenado em última instância por crime de fraude ou crime contra o sistema financeiro, ou ainda; (iv) foi impedido de exercer, temporária ou permanentemente, atividades no mercado de valores mobiliários em qualquer mercado do mundo. Além das hipóteses previstas nesta Cláusula, a ocorrência de falência, recuperação judicial ou extrajudicial do Administrador e/ou do Gestor também será considerada justa causa.

Seção XVI – Da remuneração do Administrador e do Gestor

16.1. – Pela administração do Fundo e gestão da Carteira, será devida a Taxa de Administração equivalente ao percentual de 0,15% (quinze centésimos por cento) ao ano, calculado da seguinte forma:

(i) durante o Período de Investimento, a Taxa de Administração será calculada sobre o valor do Capital Comprometido corrigido pelo IPCA, todo último dia útil de cada ano, e (ii) durante o Período de Desinvestimento, a Taxa de Administração será calculada sobre o valor do Capital Comprometido efetivamente integralizado, corrigido pelo IPCA todo último dia útil de cada ano, sendo que a Taxa de Administração contemplará a Remuneração do Administrador e a Remuneração do Gestor.

16.1.1. – A Taxa de Administração será provisionada diariamente e será paga até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente ao dos serviços prestados. A Remuneração do Administrador e a Remuneração do Gestor serão calculadas de acordo com o Contrato de Gestão.

Seção XVII - Da divulgação de informações sobre o Fundo

17.1. – Sem prejuízo das obrigações referidas acima, o Administrador deverá divulgar a todos os Quotistas e à CVM, qualquer ato ou fato relevante atinente ao Fundo, desde que não sejam informações sigilosas referentes às Companhias Alvo e às Companhias Investidas que tenham sido obtidas pelo Administrador sob compromisso de confidencialidade e/ou em razão de suas funções regulares enquanto membro ou participante dos órgãos de administração ou consultivos de qualquer Companhia Investida.

17.1.1. – A divulgação de informações de que trata a Cláusula 17.1. acima será feita no jornal “DCI – Comércio, Indústria & Serviços”, jornal utilizado para veicular as informações relativas ao Fundo, devendo todos os documentos e informações correspondentes ser remetidos à CVM na mesma data de sua divulgação, por meio do Sistema de Envio de Documentos disponível na página da CVM na rede mundial de computadores. Tal divulgação será feita sempre no mesmo periódico e qualquer alteração deverá ser precedida de aviso aos Quotistas.

17.2. – O Administrador do Fundo deverá remeter à CVM, por meio do Sistema de Envio de Documentos disponível na página da CVM na rede mundial de computadores, e aos Quotistas, mediante o envio de correspondência aos Quotistas:

(i) trimestralmente, no prazo de 15 (quinze) dias após o encerramento do trimestre civil a que se referirem, as seguintes informações:

- (a) valor do patrimônio líquido do Fundo; e
- (b) número de Quotas emitidas;

(ii) semestralmente, no prazo de 60 (sessenta) dias após o encerramento desse período, as seguintes informações:

- (a) a composição da Carteira, discriminando quantidade e espécie dos Valores Mobiliários que a integram;
- (b) demonstrações contábeis do Fundo acompanhadas da declaração que tais demonstrações

foram elaboradas em consonância com o disposto neste Regulamento e na regulamentação;

(c) os encargos debitados ao Fundo, devendo ser especificado seu valor; e

(d) o nome da instituição encarregada da prestação dos serviços de custódia dos Valores Mobiliários e dos Outros Ativos integrantes da Carteira;

(iii) anualmente, no prazo de 90 (noventa) dias após o encerramento do exercício social, as seguintes informações:

(a) as demonstrações contábeis do exercício acompanhadas de parecer do auditor independente;

(b) o valor patrimonial da Quota na data do fechamento do balanço e sua rentabilidade no período;
e

(c) os encargos debitados ao Fundo, devendo ser especificado seu valor e percentual em relação ao patrimônio líquido médio anual do Fundo.

17.3. – As informações prestadas pelo Administrador ou qualquer material de divulgação do Fundo não poderão estar em desacordo com este Regulamento ou com relatórios protocolados na CVM.

17.4. – O Administrador deverá enviar simultaneamente à CVM exemplares de quaisquer comunicações relativas ao Fundo divulgadas para Quotistas ou terceiros.

Seção XVIII - Dos encargos do Fundo

18.1. – Constituirão encargos do Fundo, além da Taxa de Administração e da remuneração do Conselho Consultivo, as seguintes despesas:

(xii) emolumentos e comissões pagos por operações de compra e venda de Valores Mobiliários e Outros Ativos integrantes da Carteira do Fundo;

(xiii) taxas, impostos ou contribuições federais, estaduais e municipais que recaiam ou venham a recair sobre os bens, direitos e obrigações do Fundo;

(xiv) despesas com impressão, expedição e publicação de relatórios, formulários e periódicos, previstas neste Regulamento e na regulamentação;

(xv) despesas com correspondência do interesse do Fundo, inclusive comunicações aos Quotistas;

(xvi) honorários e despesas dos auditores encarregados da auditoria anual das demonstrações contábeis do Fundo;

- (xvii) honorários de advogados, custas e despesas correlatas incorridas em razão de defesa dos interesses do Fundo, em juízo ou fora dele, inclusive o valor da condenação, imputada ao Fundo, se for o caso;
- (xviii) parcela de prejuízos eventuais não coberta por apólices de seguro e não decorrentes de culpa ou negligência do Administrador no exercício de suas funções;
- (xix) prêmios de seguro, bem como quaisquer despesas relativas à transferência de recursos do Fundo entre bancos;
- (xx) quaisquer despesas, sem limitação de valor, inerentes à constituição, fusão, incorporação, cisão ou liquidação do Fundo e à realização de Assembléia Geral;
- (xxi) taxa de custódia dos Valores Mobiliários e Outros Ativos integrantes da Carteira do Fundo; e
- (xxii) despesas com a contratação de terceiros para prestar serviços legais, fiscais, contábeis e de consultoria especializada, as quais (i) durante o Período de Investimento, serão limitadas a 0,6% (seis décimos por cento) do Capital Comprometido corrigido pela variação do IPCA; e (ii) durante o Período de Desinvestimento, não terão limitação de valor.

18.1.1. – As despesas incorridas pelo Gestor acima do limite estabelecido no inciso (xi) da Cláusula 18.1 somente poderão ser cobradas do Fundo se aprovadas pelo Comitê de Investimento nos termos do inciso (vi) da Cláusula 4.3.3. acima.

18.2. – Quaisquer despesas não previstas como encargos do Fundo correrão por conta do Administrador, salvo decisão contrária da Assembléia Geral, observado o quorum de deliberação de que trata a Cláusula 5.6. deste Regulamento.

18.3. – O Administrador poderá estabelecer que parcelas da Taxa de Administração sejam pagas diretamente pelo Fundo aos prestadores de serviços que eventualmente tenham sido sub-contratados pelo Administrador, desde que o somatório dessas parcelas não exceda o montante total da Taxa de Administração.

Seção XIX - Das demonstrações contábeis

19.1. – O Fundo terá escrituração contábil própria, devendo as aplicações, as contas e as demonstrações contábeis do Fundo ser segregadas daquelas do Administrador, bem como do custodiante do Fundo.

19.2. – O Fundo está sujeito às normas de escrituração, elaboração, remessa e publicidade de demonstrações contábeis determinadas pela CVM.

19.3. – O exercício social do Fundo será do ano civil, com encerramento em 31 de dezembro de cada ano.

19.4. – As demonstrações contábeis do Fundo, elaboradas ao final de cada exercício social, deverão ser auditadas por auditor independente registrado na CVM.

Seção XX – Da solução de conflitos

20.1. – Os conflitos oriundos da interpretação e/ou implementação do disposto neste Regulamento, inclusive quanto à sua interpretação ou execução, serão solucionados por meio de arbitragem a ser administrada pela Câmara, de acordo com o Regulamento da Câmara.

20.2. – A arbitragem será decidida por um tribunal arbitral sediado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, constituído por 3 (três) árbitros a serem nomeados nos termos do Regulamento da Câmara, devendo a parte requerente nomear um árbitro de sua confiança e a parte requerida nomear outro árbitro de sua confiança, sendo o terceiro árbitro, que presidirá os trabalhos, nomeado pelos dois árbitros acima mencionados. Não será permitida a instauração de arbitragem multilateral, ou seja, de procedimento arbitral composto por mais de dois pólos antagônicos entre si. Será, contudo, permitido haver mais de uma parte, pessoa física ou jurídica, em um dos pólos.

20.3. – Todo o procedimento arbitral será em língua portuguesa e serão aplicadas as leis brasileiras.

20.4. – Salvo quando de outra forma disposto na decisão arbitral, cada parte pagará os honorários, custas e despesas do árbitro que indicar, rateando-se entre as partes os honorários, custas e despesas do terceiro árbitro na proporção de 50% (cinquenta por cento) para cada uma. Caso haja mais de uma parte num dos pólos do procedimento arbitral, os honorários, custas e despesas alocados no referido pólo serão rateados de forma igual entre tais partes.

20.5. – Em face da presente cláusula compromissória acima referida, toda e qualquer medida cautelar deverá ser requerida (i) ao tribunal arbitral (caso este já tenha sido instaurado) e cumprida por solicitação do tribunal arbitral ao juiz estatal competente, ou (ii) diretamente ao Poder Judiciário (caso o tribunal arbitral ainda não tenha sido instaurado), no foro da comarca onde a medida cautelar deva ser cumprida pela parte requerida.

Seção XXI - Dos Co-Investimentos

21.1. – O Administrador e/ou o Gestor, a seu exclusivo critério, poderão realizar investimentos em uma ou mais Companhias Alvo e/ou Companhias Investidas juntamente com o Fundo, bem como oferecer (i) aos Quotistas do Fundo e/ou respectivas Partes Relacionadas, (ii) às suas Partes Relacionadas, e/ou, ainda, (iii) a quaisquer terceiros interessados, a oportunidade de realizar investimentos juntamente com o Fundo em uma ou mais Companhias Alvo e/ou Companhias Investidas. O Administrador e/ou o Gestor terão o direito de cobrar de cada co-investidor uma comissão de transação sobre o valor do Co-Investimento realizado

pelo co-investidor nos termos deste item 21.1., exceto se o co-investidor for Quotista já ingresso no Fundo.

21.1.1. – Os procedimentos e prazos para aceitação e demais condições das ofertas de Co-Investimento a serem realizadas serão estabelecidas detalhadamente pelo Gestor, a seu exclusivo critério, quando da apresentação de cada investimento nas Companhias Investidas ao Comitê de Investimento.

21.1.2. – Eventuais Co-Investimentos realizados por qualquer Quotista não serão considerados como integralização de Quotas subscritas pelo referido Quotista no Fundo e não afetarão, de nenhuma maneira, a obrigação de integralizar Quotas subscritas pelo referido Quotista.

Seção XXII - Das disposições gerais

22.1. – Para fins do disposto neste Regulamento, considera-se o correio eletrônico como uma forma de correspondência válida nas comunicações entre o Administrador, o Gestor, o Comitê de Investimento, o Conselho Consultivo, o custodiante do Fundo e os Quotistas.

22.2. – O Fundo poderá contrair Empréstimos, mediante decisão exclusiva do Comitê de Investimento. Sem prejuízo da autorização acima, os Empréstimos não poderão representar valor superior a 30% (trinta por cento) do valor total dos ativos da Carteira.

22.3. – O Fundo não cobrará taxa de ingresso, quando da subscrição e integralização de Quotas, ou taxa de saída, quando do pagamento de amortização ou resgate de Quotas aos Quotistas.

22.4. – Os Quotistas do Fundo deverão manter (a) as informações constantes de estudos e análises de investimento, elaborados pelo Administrador e pelo Comitê de Investimento, que fundamentem as decisões de investimento do Fundo, incluindo os registros apropriados com as justificativas das recomendações e respectivas decisões, (b) as suas atualizações periódicas, que venham a ser a eles disponibilizadas e (c) os documentos relativos às operações do Fundo, sob absoluto sigilo e confidencialidade, não podendo revelar, utilizar ou divulgar, direta ou indiretamente, no todo ou em parte, isolada ou conjuntamente com terceiros, qualquer destas informações, salvo (i) com o consentimento prévio e por escrito do Administrador e do Comitê de Investimento ou (ii) se obrigado por ordem expressa de autoridades legais, sendo que, nesta última hipótese, o Administrador e o Comitê de Investimento deverão ser informados por escrito de tal ordem, previamente ao fornecimento de qualquer informação.

Anexo I - DEFINIÇÕES

Para fins do disposto neste Regulamento, as expressões indicadas em letra maiúscula terão os respectivos significados a elas atribuídos a seguir:

Administrador ou Griffó	Hedging-Griffó Corretora de Valores S.A., sociedade devidamente autorizada pela CVM para o exercício profissional de administração de fundos de investimento, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Juscelino Kubitschek, n.º 1.830, Torre IV, 7º andar, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 61.809.182/0001-30
Agente de Avaliação	Empresa especializada na avaliação de empresas escolhida pelo Comitê de Investimento ou pelo Gestor, conforme a Cláusula 7.4. acima, dentre uma das maiores empresas de auditoria e/ou consultoria e/ou banco de investimento atuantes no mercado, a qual será responsável pela elaboração do Estudo de Avaliação
Assembléia Geral	Assembléia Geral de Quotistas do Fundo
BOVESPA	Bolsa de Valores de São Paulo S.A. – BVSP
Câmara	Câmara de Arbitragem do Mercado da Bolsa de Valores de São Paulo S.A. – BVSP
Capital Comprometido	Valor correspondente à quantidade de Quotas que todos os subscritores de Quotas se comprometam a integralizar, de forma irrevogável e irretratável, por meio de assinatura de cada Compromisso de Investimento, multiplicado pelo Preço de Emissão
Carteira	Carteira de investimentos do Fundo, formada por Valores Mobiliários e Outros Ativos
CETIP	CETIP – Câmara de Custódia e Liquidação

Chamadas de Capital	Cada chamada de capital aos Quotistas para aportar recursos no Fundo, mediante a integralização, parcial ou total, das Quotas que tenham sido subscritas por cada um dos Quotistas, nos termos dos Compromissos de Investimento celebrados com o Fundo. As Chamadas de Capital serão realizadas pelo Administrador, de acordo com orientação do Comitê de Investimento, na medida em que o Fundo (i) identifique necessidades de investimento em Valores Mobiliários ou (ii) identifique necessidades de recebimento pelo Fundo de aportes adicionais de recursos para pagamento de despesas e encargos
Co-Investimentos	Os investimentos em uma ou mais Companhias Investidas que sejam realizados pelo Fundo em conjunto com (i) Quotistas do Fundo e/ou respectivas Partes Relacionadas, ou (ii) o Administrador e/ou respectivas Partes Relacionadas, (iii) o Gestor e/ou respectivas Partes Relacionadas, ou (iv) quaisquer terceiros interessados, nos termos da Seção XXI deste Regulamento
Comitê de Investimento	O Comitê de Investimento do Fundo, que terá por função principal auxiliar e orientar o Gestor na gestão da Carteira, conforme descrito neste Regulamento
Companhias Alvo	As Companhias que atendam aos requisitos descritos neste Regulamento, de forma que sejam passíveis de investimento pelo Fundo
Companhias Investidas	As Companhias Alvo que efetivamente recebam aporte de recursos pelo Fundo
Compromisso de Investimento	Cada “Instrumento Particular de Compromisso de Investimento para Subscrição e Integralização de Quotas”, que será assinado por cada Quotista na data de subscrição de suas Quotas

Conflito de Interesses	Qualquer situação em que uma Parte Interessada e/ou uma Parte Relacionada possua interesse pessoal, efetivo ou em potencial, direto ou indireto, na resolução de determinada questão ou negócio relacionado com o Fundo e/ou com Companhia Alvo e/ou Companhia Investida, efetivo ou potencial, pelo Fundo
Conselho Consultivo	O Conselho Consultivo do Fundo, que terá como funções analisar e opinar acerca de eventuais Conflitos de Interesse, envolvendo investimentos em Companhias Alvo e/ou Companhias Investidas, quando solicitado pela Assembléia Geral, pelo Administrador ou pelo Gestor, auxiliar o Gestor nas atividades relacionadas à gestão da Carteira e aconselhar o Fundo com relação às Companhias Investidas
Contrato de Gestão	O contrato de administração de carteira de títulos e valores mobiliários a ser celebrado entre o Administrador e o Gestor
CVM	A Comissão de Valores Mobiliários – CVM
Data de Encerramento para Subscrição da Primeira Emissão	Último dia útil do período de distribuição das Quotas, que poderá ter prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias contados da data de publicação do anúncio de início da distribuição pública das Quotas da Primeira Emissão, nos termos da regulamentação aplicável.
Empréstimos	Empréstimos a serem eventualmente contratados pelo Fundo, mediante decisão exclusiva do Comitê de Investimento, para completar a sua estratégia de investimento, desde que tais empréstimos sejam concedidos por organismos multilaterais, agências de fomento e/ou bancos de desenvolvimento, que possuam recursos provenientes de contribuições e quotas

	integralizadas majoritariamente com recursos orçamentários de um único ou diversos governos, e cujo controle seja governamental ou multi-governamental, e desde que não representem valor superior a 30% (trinta por cento) do valor total dos ativos da Carteira
Estudo de Avaliação	Relatório de avaliação econômico-financeira elaborado pelo Agente de Avaliação em conformidade com métodos de avaliação adequados e apropriados sugeridos pelo próprio Agente de Avaliação e previamente aprovados pelo Administrador e pelo Gestor, nos termos da Cláusula 7.4. do Regulamento, para a reavaliação dos Valores Mobiliários de renda variável sem liquidez
FIQs	Mellon FAMA Private Equity I – Fundo de Investimento em Quotas de Fundo de Investimento Multimercado, administrado pela Mellon e gerido pela Fama, e CSHG FAMA Private Equity I – Fundo de Investimento em Quotas de Fundo de Investimento Multimercado, administrado pela Griffo e gerido pela Fama, quando referidos em conjunto
Fundo	FAMA Private Equity I – Fundo de Investimento em Participações
Gestor ou Fama	FAMA Private Equity Administração de Carteira de Valores Mobiliários Ltda., sociedade devidamente autorizada pela CVM para o exercício profissional de administração de carteira de títulos e valores mobiliários, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, à Rua Samuel Morse, n.º 74, conjunto 172, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 09.224.821/0001-86
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE
Instrução CVM n.º 391/03	Instrução CVM n.º 391/03, de 16 de julho de 2003, conforme alterada

Instrução CVM n.º 409/04	Instrução CVM n.º 409/04, de 18 de agosto de 2004, conforme alterada
IPCA	Índice de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, divulgado pelo IBGE
Justa Causa	Será considerada justa causa a comprovação de que o Administrador e/ou o Gestor (i) atuou com dolo, fraude ou violação no desempenho de suas funções e responsabilidades como Administrador e/ou Gestor, conforme o caso, ou em qualquer outra forma de relacionamento com o Fundo; (ii) descumpriu obrigações legais ou contratuais que deveria observar como Administrador ou Gestor, conforme o caso; (iii) foi condenado em última instância por crime de fraude ou crime contra o sistema financeiro, ou ainda; (iv) foi impedido de exercer, temporária ou permanentemente, atividades no mercado de valores mobiliários em qualquer mercado do mundo. A ocorrência de falência, recuperação judicial ou extrajudicial do Administrador e/ou do Gestor também será considerada justa causa
Mellon	Mellon Serviços Financeiros Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida Presidente Wilson, n.º 231, 11º andar, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 02.201.501/0001-61, sociedade devidamente autorizada pela CVM para administrar fundos de investimento
Mercado de Balcão Organizado de Renda Variável	Mercado de Balcão Organizado de Renda Variável, mantido e operacionalizado pela BOVESPA
Outros Ativos	Quotas de emissão de fundos de investimento em quotas de fundo de investimento e/ou quotas de emissão de fundos de investimento classe renda fixa e/ou referenciado

	DI e/ou multimercado, regulados pela Instrução CVM n.º 409/04, títulos públicos federais, títulos de emissão do Banco Central do Brasil e certificados de depósito bancário
Partes Interessadas	Serão consideradas partes interessadas: (i) Quotistas; (ii) Administrador; (iii) Gestor; e (iv) membros dos comitês e conselhos criados pelo Fundo que tenham sido nomeados pelo Administrador ou pelo Gestor
Partes Relacionadas	Serão consideradas Partes Relacionadas (i) funcionário, diretor, sócio ou representante legal de qualquer Parte Interessada; (ii) cônjuges e/ou parentes até o 2º grau de parentesco de qualquer Parte Interessada; (iii) sociedade controladora, coligada, subsidiárias ou que exerça controle comum em relação a qualquer Parte Interessada; e (iv) conforme o caso, fundos de investimento e/ou carteiras de títulos e valores mobiliários administrados pelo Administrador e/ou pelo Gestor
Patrimônio Inicial	O patrimônio do Fundo, após a Primeira Emissão de Quotas, que será formado por até 400.000 (quatrocentas mil) Quotas
Período de Desinvestimento	Período que se iniciará no 1º dia útil seguinte ao término do Período de Investimento e se estenderá até a data de liquidação do Fundo, durante o qual o Gestor interromperá todo e qualquer investimento nas Companhias Investidas e dará início a um processo de desinvestimento total do Fundo, mediante estudos, análises e estratégias de desinvestimento elaborados em conjunto com o Comitê de Investimento que, conforme a conveniência e oportunidade, e sempre no melhor interesse do Fundo, propiciem aos Quotistas o melhor retorno possível
Período de Investimento	Período inicial de investimentos do Fundo em Valores Mobiliários, que se iniciará no primeiro dia útil seguinte à

	publicação do anúncio de encerramento da distribuição pública das Quotas da Primeira Emissão e se estenderá por até 3 (três) anos ou até a data em que o Comitê de Investimento entender não ser mais necessária a realização de qualquer investimento pelo Fundo
Preço de Emissão	O preço inicial e unitário de emissão das Quotas da Primeira Emissão, correspondente a R\$ 1.000,00 (um mil reais)
Preço de Integralização	O valor de integralização de cada Quota representativa do Patrimônio Inicial, correspondente ao valor da Quota na data da integralização
Primeira Emissão	Primeira Emissão de Quotas do Fundo formada por até 400.000 (quatrocentas mil) Quotas
Prospecto	O prospecto do Fundo
Quotistas	Investidores que venham a adquirir Quotas de emissão do Fundo
Quotista Inadimplente	Quotista que deixar de cumprir, total ou parcialmente, sua obrigação de aportar recursos no Fundo, mediante integralização de Quotas por ele subscritas, conforme estabelecido no respectivo Compromisso de Investimento
Quotas	Quotas de uma única classe, nominativas e escriturais, de emissão do Fundo, representativas do patrimônio do Fundo
Regulamento	Este regulamento do Fundo
Regulamento da Câmara	Conjunto de regras que regem a atuação da Câmara
Remuneração do Administrador	A remuneração devida ao Administrador em contraprestação ao serviço de administração do Fundo,

	conforme estabelecido no Contrato de Gestão
Remuneração do Gestor	A remuneração devida ao Gestor em contraprestação ao serviço de gestão da Carteira, conforme estabelecido no Contrato de Gestão
Resolução CMN nº 2689/00	Resolução do Conselho Monetário Nacional nº 2689, de 26 de janeiro de 2000, conforme alterada
SFF	Sistema de Fundo Fechado – SFF, mantido e operacionalizado pela CETIP
Taxa de Administração	Taxa devida pela administração do Fundo e gestão da Carteira, equivalente ao percentual de 0,15% (quinze centésimos por cento) ao ano, calculado da seguinte forma: (i) durante o Período de Investimento, a Taxa de Administração será calculada sobre o valor do Capital Comprometido corrigido pelo IPCA, todo último dia útil de cada ano, e (ii) durante o Período de Desinvestimento, a Taxa de Administração será calculada sobre o valor do Capital Comprometido efetivamente integralizado, corrigido pelo IPCA todo último dia útil de cada ano, sendo que a Taxa de Administração contemplará a Remuneração do Administrador e a Remuneração do Gestor
Valores Mobiliários	Ações, debêntures, bônus de subscrição e/ou outros títulos e valores mobiliários conversíveis ou permutáveis em ações de emissão de Companhias Alvo e/ou Companhias Investidas que poderão ser adquiridos pelo Fundo